



POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Cláudia Gavinho Burrows

**Dissertação de Mestrado em Tradução, área de
especialização em Inglês**

Dezembro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução, área de especialização de Inglês, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Garcia Bernardo e da Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento.

Dedico esta dissertação ao meu marido Stephen

e aos meus pais, Beatriz e Vítor

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Maria Garcia Bernardo e à Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento o meu agradecimento pela confiança, motivação e sugestões na orientação da dissertação.

Aos professores do mestrado pelas diferentes abordagens teóricas e práticas e aos colegas pelas conversas estimulantes e partilhas de conhecimento.

Ao Stephen, pela compreensão e incentivo que me ajudam a ultrapassar as dificuldades. Aos meus pais, pelo apoio e força incondicionais.

POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

RESUMO

A política de tradução é uma área relativamente nova que ainda não se encontra plenamente delimitada, tanto no campo dos Estudos de Tradução como no campo das Políticas Públicas. Com esta investigação pretendemos apresentar um contributo para a planificação de uma política de tradução inserida na política da língua portuguesa. O nosso objetivo é o de demonstrar como estas podem concorrer para a divulgação não só do português, mas também das línguas nativas dos países de língua oficial portuguesa ao promoverem normas e uma padronização linguística e, em última instância, favorecerem um processo de internacionalização das línguas e das culturas. Assim, traçamos um panorama linguístico destes países, observando a sua diversidade cultural e multilingue, onde várias línguas nativas convivem com a língua oficial em situações de plurilinguismo ou diglossia num cenário onde existem tensões linguísticas tanto a nível interno como externo. Seguindo uma abordagem descritiva, estabelecemos a diferença entre o número de habitantes destes países e o número real de falantes da língua portuguesa – uma diferenciação importante se tivermos em conta que nem todos os habitantes dos países da CPLP são falantes de língua portuguesa. Averiguamos como as línguas podem constituir um “capital linguístico” ao atribuir aos seus falantes um “poder simbólico” (Bourdieu) e como se encontram distribuídas num “modelo gravitacional” no qual uma língua “hipercentral” convive com outras “centrais” e “periféricas”, dependendo do grau de bilinguismo ou multilinguismo dos seus falantes (Calvet). Analisamos o potencial de comunicação das línguas tendo em conta os fenómenos de multilinguismo existentes nos países de língua oficial portuguesa para verificar que, o que poderia parecer uma incompatibilidade com o processo de tradução é, na realidade, uma vantagem em termos de valorização linguística – porquanto o número de falantes influencia a “prevalência” de uma língua, o número de multilingues influencia a sua “centralidade” (De Swaan). Ou seja, quantos mais multilingues houver, mais estes contribuem para uma cadeia de transmissão de conhecimento e cultura. Referimos ainda a importância do ensino bilingue na língua nativa (como reforço da identidade cultural) e na língua oficial (com veículo de conhecimento, comunicação e de prestígio internacional). Observamos as linhas gerais das políticas de língua internas e externas estabelecidas por países europeus que detinham colónias e disseminaram a sua língua e cultura em várias partes de mundo, assim como a ideia de “lusofonia”, baseada numa identidade cultural construída num cenário pós-colonial com o propósito político de criar uma unidade linguística e, em última instância, uma unidade administrativa. Questionamos a existência de uma política explícita de língua portuguesa e analisamos criticamente as medidas tomadas unilateralmente pelos países de língua oficial portuguesa e, multilateralmente, pela CPLP através do IILP, verificando um *modus operandi* descentralizado, desconcertado e difuso na promoção da língua portuguesa. Por fim, identificamos alguns eixos de intervenção na planificação de uma política da língua portuguesa onde a tradução surge como um dos seus instrumentos.

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa, política de língua, planificação linguística, política de tradução, multilinguismo, pós-colonialismo.

TRANSLATION POLICY AND INTERNATIONALISATION OF PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT

Translation policy is a relatively new area that has not yet been fully defined in the fields of Translation Studies or Public Policies. It is intended that this research will contribute to the planning of a translation policy within a Portuguese language policy. How a translation policy can be accounted in the dissemination not only of Portuguese language but also of native languages from Portuguese speaking countries in terms of promoting norms, linguistic standardization and, ultimately, developing a process of internationalisation of languages and cultures. A linguistic panorama of these countries is therefore outlined by observing their cultural and multilingual diversity where many languages coexist with the official language in plurilingual or diglossic situations in an environment in which there are internal and external linguistic tensions. Following a descriptive approach, the difference between the number of residents in these countries and the real number of Portuguese speakers is established – a relevant differentiation if we consider that not all the residents of the CPLP (Community of Portuguese Language Countries) are speakers of Portuguese language. How languages can become “linguistic capital” and provide a “symbolic power” to its speakers (Bourdieu) is then focussed upon how they are distributed in a “gravitational model” in which a “hypercentral” language coexists with “central” and “peripheral” languages, depending on the degree of bilingualism and multilingualism of its speakers (Calvet). The communication potential of languages is analysed considering the multilingual phenomena that exist in Portuguese language countries to confirm multilingualism is not an incompatibility with the translation process, it is in fact an advantage in terms of linguistic strength – since the number of speakers influences the “prevalence” of a language and the number of multilinguals influences its “centrality” (De Swaan). In other words, the more multilingual individuals, the more they contribute to the transmission of knowledge and culture. The importance of bilingual education in the native language (as a reinforcement of cultural identity) and in the official language (as a means of knowledge, communication, and international prestige) is then examined. Internal and external language policies established by European countries that had colonies and disseminated their language and culture throughout the world are outlined, as well as the idea of “lusofonia” based on a cultural identity built in a postcolonial scenario with the political purpose of creating a linguistic unity and, ultimately, an administrative unity. The existence of an explicit Portuguese language policy is questioned, and the unilateral measures taken by the Portuguese language countries and the multilateral ones taken by the CPLP through the International Portuguese Language Institute (IILP) are critically analysed to confirm a decentralised, disconcerted, and diffuse *modus operandi* in terms of promotion of Portuguese language. Finally, some areas of action in the planning of a Portuguese language policy where translation appears as one of its instruments are identified.

KEYWORDS: Portuguese language, language policy, language planning, translation policy, multilingualism, postcolonialism.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Conjunturas linguísticas nos países de língua oficial portuguesa	5
1.1. Número de falantes	6
1.2. Blocos económicos e políticos onde o português é língua oficial	16
1.3. Diferença entre número de falantes e influência de uma língua.....	18
1.4. Prevalência e centralidade da língua	27
2. Multilinguismo nos países de língua oficial portuguesa	28
2.1. Capital linguístico e padronização da língua.....	29
2.2. Diversidade linguística	33
2.3. Pressões linguísticas internas e externas	42
3. Paradoxos da lusofonia	49
3.1. Língua e identidade cultural	49
3.2. Internacionalização da língua portuguesa	54
4. Política da língua	56
4.1. Políticas da língua europeias adotadas em contextos pós-coloniais	57
4.1.1. Norma descentralizada da língua portuguesa	57
4.1.2. Norma centralizada da língua francesa	60
4.1.3. Norma descentralizada da língua alemã	62
4.1.4. Norma centralizada da língua espanhola	63
4.1.5. Norma descentralizada da língua inglesa	65
4.2. Planificação linguística	67
4.3. Eixos de intervenção na planificação da política da língua portuguesa	69
5. A tradução como instrumento da política da língua	72

5.1. Tradução, multilinguismo e redes de comunicação	73
5.2. O português como língua de partida e de chegada	79
5.3. Planificação da tradução na política da língua	88
Conclusão	92
Bibliografia	101
Anexos	111
Apêndice A: Decreto-Lei n.º 21/2012 do Ministério dos Negócios Estrangeiros	
Apêndice B: Plano de Ação de Brasília de 31 de março de 2010	
Apêndice C: Plano de Ação de Lisboa de 20 de fevereiro de 2014	
Apêndice D: Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	

LISTA DE ABREVIATURAS

ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo

ALUSTP – Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional

L1 – Língua primeira

L2 – Língua segunda

LP1 – Língua portuguesa como primeira língua

LP2 – Língua portuguesa como segunda língua

ONU – Organização das Nações Unidas

PAB – Plano de Ação de Brasília

PALis – Plano de Ação de Lisboa

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

Introdução

Apesar de existirem vários estudos na área da política da língua, a política de tradução é um tema relativamente novo, que ainda não foi plenamente abordado nem pelos Estudos de Tradução, nem pelo estudo das Políticas Públicas.

O campo dos Estudos de Tradução como disciplina académica independente é relativamente recente, tendo sido criado a partir da interseção de áreas tão diversas como a literatura, a linguística, a filologia, a terminologia, a história e a ciência computacional. A sua autonomização data do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta do séc. XX e prova da sua recente implantação científica é a coexistência de diferentes termos em várias línguas para designar o mesmo campo de estudo: em francês *traductologie*, em alemão *translatologie* (ou ainda *translationswissenschaft*) e em inglês *translation studies*. Neste campo interdisciplinar ainda relativamente novo, a *política de tradução* é, por sua vez, um termo abrangente e generalista que abarca significados tão vastos como a planificação linguística adotada pelo governo de um estado ou por órgãos executivos de uma organização; as decisões linguísticas de tradutores; os critérios estratégicos de editores; ou a criação e atribuição de prémios e bolsas de tradução por instituições públicas ou privadas. Podemos afirmar que é ainda um conceito pouco operacional, como se pode constatar pela sua ausência ou omissão nos estudos da área. Ao percorrer a bibliografia seminal dos Estudos de Tradução verificamos que o termo é abordado sem nunca ter sido definido de forma rigorosa ou sequer ocupado um lugar de destaque neste campo de estudos.

No estudo “Translation as a Decision Process”, de 1967, Levy refere-se a políticas de tradução como estando relacionadas com processos de decisão tradutórios, ou seja, com as estratégias escolhidas e usadas pelo tradutor ao passar um texto de uma língua para a outra. James S. Holmes que, em 1972, abriu o caminho à formação do campo dos Estudos Descritivos de Tradução com “The Name and Nature of Translation Studies”, refere-se às políticas de tradução relativamente às obras traduzidas num dado contexto social e cultural, ao papel do tradutor na sociedade e ao contributo da tradução no ensino das línguas estrangeiras (Holmes 1972: 182). Para Even-Zohar, que desenvolveu a teoria dos polissistemas com “Polysystem Studies” em 1990, a política de tradução corresponde à posição dos textos traduzidos no seio da cultura que os recebe, ou seja, ela difere de acordo com a sua maturidade. Se a cultura de

chegada é jovem, periférica ou está em crise, é mais provável que a literatura traduzida ocupe um lugar central nesse sistema. A principal consequência dessas debilidades é a influência e incorporação das características dos textos de partida, dos seus modelos, géneros e estilos na cultura de chegada. De acordo com o autor, a posição normal dos textos traduzidos seria a de se adaptar aos modelos da cultura de chegada, sem introduzir novidades estilísticas (Meylaerts 2011: 164). Já para Gideon Toury, na sua obra “Descriptive Translation Studies and Beyond” publicada em 1995, a política de tradução pode referir-se aos fatores que estão na base da escolha de importação de textos de uma cultura para a outra num determinado tempo e espaço. Para o autor, esse critério não é arbitrário e por detrás de uma escolha está sempre uma opção deliberada de grupos ou agentes (Toury 1978: 202).

A nossa hipótese de trabalho começa por traçar um panorama linguístico do português nos países de língua oficial portuguesa, incorporando a sua diversidade cultural e natureza multilingue, fazendo referência ao número de falantes, aos blocos económicos e políticos onde o português é falado e aferindo o seu grau de influência internacional através de critérios que medem a sua prevalência e centralidade no mapa mundial das línguas. Vamos abordar a questão do multilinguismo nos países de língua oficial portuguesa, a padronização das línguas e as pressões linguísticas que existem a nível interno e externo. De seguida procuramos entender se existe uma política de língua concertada e multilateral entre os estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo em conta os paradoxos inerentes à ideia de lusofonia e à construção de uma identidade cultural baseada numa língua comum, analisando ainda as principais estratégias levadas a cabo unilateralmente pelo Instituto Camões, a partir de Portugal e pelo Ministério das Relações Exteriores, a partir do Brasil, apurando se coincidem e se existe uma convergência das ações planeadas no sentido de valorizar e difundir a língua portuguesa a nível internacional. Iremos, ainda, averiguar como o multilinguismo existente concorre para a presença de tensões linguísticas internas e externas, porquanto uma língua compete com outras em termos de domínio e perceber se, de forma aparentemente contraditória, o mesmo pode contribuir para internacionalizar os idiomas. Vamos ainda aferir se o facto de existirem duas variantes de português pode constituir um entrave à padronização da língua e a uma estratégia de difusão e internacionalização da mesma.

Ao analisarmos as linhas essenciais da política da língua portuguesa, destacamos o papel que a tradução pode assumir na promoção e internacionalização, não só da língua portuguesa, mas também das línguas nativas dos restantes países num contexto pós-colonial. O modelo de construção de uma política de tradução surge, assim, subjacente a uma estratégia maior, de planificação linguística, onde a tradução, os textos traduzidos e os tradutores ganham relevância na divulgação e promoção tanto da língua e cultura de partida como de chegada.

Tendo em conta que a língua portuguesa tem uma presença e importância muito diversas nos países de língua oficial portuguesa (desde o caso do Brasil, que a tem como língua materna, até à posição de diglossia para largas faixas da população de Cabo Verde), pretendemos demonstrar que o incentivo à tradução do português para as línguas nativas destes países – e no sentido inverso – pode contribuir para o posicionamento das línguas e das culturas, valorizar os seus autores e divulgar a diversidade histórica, linguística, cultural e simbólica dos diversos povos que falam português. Tencionamos, deste modo, apresentar a tradução como instrumento da planificação linguística na qual as línguas não são um fator de concorrência ou de divisão, mas de enriquecimento e diversidade.

Relativamente à estrutura do trabalho, na primeira parte apresentamos um panorama linguístico do português nos países de língua oficial portuguesa e analisamos as informações relativas aos falantes e aos blocos económicos e políticos internacionais onde o português é língua oficial através de dados recolhidos por barómetros linguísticos. Tendo por base os conceitos de “capital linguístico”, “mercado linguístico” e “poder simbólico” sugeridos por Pierre Bourdieu em “Language and Symbolic Power” (1992), desenvolvemos uma reflexão crítica sobre a posição da língua portuguesa relativamente às restantes mais faladas no mundo através da recolha e análise de dados estatísticos de publicação de livros, jornais, revistas e produção de bens culturais por língua. Iremos abordar ainda os critérios de “centralidade” e “prevalência” das línguas segundo os parâmetros propostos por De Swaan em “Words of the World” (2001) que medem o seu potencial comunicativo segundo a fórmula “Q-value”: quanto maior for o número de falantes de uma língua, mais valor ela tem – qualidade da “prevalência”; quantos mais falantes de uma língua forem multilingues, mais central é a língua – qualidade de “centralidade”.

Na segunda parte vamos determinar de que forma uma língua se pode constituir como “capital linguístico” e como acontecem historicamente os processos de padronização linguística. Vamos, ainda, analisar a questão do multilinguismo existente nos países de língua oficial portuguesa e averiguar como umas línguas são preferencialmente usadas em detrimento de outras, tendo como fonte o Ethnologue.

Na terceira parte iremos apurar o que é o espaço lusófono e de que forma se pode delimitar esta entidade com significados tão diferentes para os países envolvidos. Vamos questionar a génese desse conceito, a sua ligação a identidades culturais construídas e a sua legitimação através de organizações políticas.

Na quarta parte identificamos as linhas gerais das políticas de língua adotadas em contextos pós-coloniais por países europeus, nomeadamente por Portugal, e fazemos uma comparação entre as normas seguidas em cada um dos casos. Vamos ainda analisar o processo de planificação linguística sugerido por Cooper (“Language Planning and Social Change”, 1989) e proceder à identificação e caracterização de possíveis eixos de intervenção na política da língua portuguesa.

Na quinta parte averiguamos as causas que levam as línguas a adquirirem uma importância global histórica e de que forma o multilinguismo pode ser um fator de enriquecimento e desenvolvimento, ao permitir que a informação e o conhecimento circulem entre línguas e culturas. Seguindo uma abordagem descritiva, iremos fazer um levantamento do número de multilingues na língua portuguesa através de indicadores que medem o número de comunicações na internet, e uma recolha do volume de traduções de e para português recorrendo às informações do Index Translationum da UNESCO. Por fim, descrevemos como a tradução pode ser planificada dentro da política da língua, identificando atores, instrumentos e medidas e aferindo a sua importância como um fator de internacionalização das línguas.

1. Conjunturas linguísticas nos países de língua oficial portuguesa

Na obra *Language and Symbolic Power* Pierre Bourdieu utiliza termos como “capital”, “poder” e “mercado” para definir a língua como um instrumento de exercício de poder. De acordo com o autor, uma língua oficial constitui um “capital linguístico” e os seus detentores possuem um “poder simbólico” que é exercido sobre os que não dominam a língua nesse “mercado” ou território (Bourdieu 1992: 50-52).

Assim, paralelamente ao capital económico (riqueza material), ao capital cultural (conhecimento, competências, qualificações técnicas ou educativas), e ao capital simbólico (prestígio e mérito) existe o capital linguístico (capacidade de produzir conteúdo). As propriedades de cada mercado determinam o valor dos produtos linguísticos e cada falante possui uma determinada quantidade de capital linguístico que lhe permite produzir conteúdo nesse mercado¹. Quanto mais capital linguístico um falante possuir, mais ele pode exercer o seu poder simbólico. Por outras palavras, quanto mais fluência e abundância de vocabulário tiver numa determinada língua, mais facilmente poderá aspirar a um lugar de prestígio nessa sociedade.

Nos pontos seguintes iremos analisar os diferentes critérios passíveis de quantificar e posicionar a língua portuguesa (capital linguístico) no mapa das línguas, assim como os blocos económicos e políticos (mercados) em que é língua oficial. De seguida fazemos a distinção entre número de falantes (detentores de poder simbólico) e influência real de uma língua, clarificando as diferenças entre prevalência e centralidade.

¹ “Todo o discurso é produzido para e por intermédio de um mercado ao qual deve a sua existência e as suas propriedades mais específicas” (Bourdieu 1992: 76). (Esta e as traduções que se seguem são da nossa autoria).

1.1. Números de falantes

A língua portuguesa é uma das mais faladas no mundo, contudo, não existem números definitivos sobre a sua posição nos chamados *rankings* das línguas. Alguns estudos colocam-na no sétimo lugar e outros, mais favoráveis, posicionam-na no quarto lugar². Esta divergência na classificação depende dos critérios utilizados: uns usam apenas o número de falantes de língua materna, outros consideram o número de pessoas que a usam como primeira ou como segunda língua ou, ainda, fatores como a presença em órgãos internacionais ou na internet. Outra questão não-consensual é a presença geográfica da língua portuguesa. Alguns estudos referem que é língua nacional ou oficial em nove estados: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor Leste e Guiné Equatorial³. Outros estudos ainda incluem Macau – onde é língua oficial até 2049 – e Goa, Damão e Diu – onde existe uma presença linguística histórica.

O valor económico de uma língua é um tema que não costuma ser abordado por linguistas em geral por ser considerado um conceito do domínio da economia. No entanto, há vários estudos que mostram a língua como um ativo importante no campo da sociolinguística, passível de ser classificado de acordo com diversos tipos de parâmetros. Um dos mais relevantes estudos nesta área sobre a língua portuguesa foi publicado em 2012. Intitulado “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, este estudo encomendado pelo Instituto Camões e desenvolvido por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa coordenada por Luís Reto, analisou o posicionamento da língua e avaliou o impacto do seu valor linguístico em quatro dimensões: no comércio externo, no investimento direto estrangeiro em Portugal, nos fluxos de turismo e nos fluxos migratórios.

² O Ethnologue, o Baromètre Calvet des langues du monde e o Ostler posicionam a língua portuguesa no sétimo lugar do ranking mundial das línguas, enquanto o Observatório da Língua Portuguesa a coloca no quarto lugar, como é possível ver nas classificações apresentadas no Quadro 1 *Número de falantes e posição relativa das 10 principais línguas mundiais*.

³ Onde, de facto, é língua oficial (a par do espanhol e do francês) desde 2010, uma condição para pertencer à CPLP, que viria a acontecer quatro anos mais tarde, mas a difusão da língua neste país é pouco expressiva e não tem tido desenvolvimentos recentes. Segundo notícia da agência Lusa veiculada pelo Observatório da Língua Portuguesa a 22 de maio de 2017: “O cônsul português na Guiné Equatorial disse hoje que a língua portuguesa se reduz a pequenos núcleos naquele país, como ministros, diplomatas e alunos bolseiros em Portugal, e considerou muito difícil 1,2 milhões de pessoas aprenderem a falar português”.

Uma das dificuldades com que a nossa pesquisa se deparou foi, precisamente, com a classificação e hierarquização das línguas mundiais e com a escolha dos critérios a adotar: devemos ter em conta apenas o número de falantes? E, nesse caso, o número de indivíduos que a usam como primeira língua ou também as que a dominam como segunda língua? Ou, considerando ainda um outro cenário, devemos ordenar as línguas segundo a sua influência institucional de acordo com o seu uso em organizações internacionais? As conclusões não são coincidentes, como se pode ver no quadro seguinte que mostra os resultados obtidos a partir de quatro fontes distintas: Ethnologue, Baromètre Calvet des langues du monde, Observatório da Língua Portuguesa e Ostler (com valores relativos aos anos de 2009, 2011, 2010 e 2005, respetivamente), apresentados no estudo supracitado.

Quadro 1

Número de falantes e posição relativa das 10 principais línguas mundiais

Posição relativa	<i>Ethnologue</i> (Lewis, 2009)		<i>Baromètre Calvet des langues du monde</i> (Portalingua, 2011)		Observatório da Língua Portuguesa, 2010		Ostler, 2005	
	Língua	N.º de falantes como 1. ^a língua (milhões)	Língua	N.º de falantes como 1. ^a língua (milhões)	Língua	N.º de falantes como 1. ^a língua (milhões)	Língua	N.º de falantes como 1. ^a ou 2. ^a língua (milhões)
1.º	Chinês (Mandarim)	1213 (845)	Mandarim	845	Mandarim	845	Chinês (Mandarim)	1052
2.º	Espanhol	329	Espanhol	329	Espanhol	329	Inglês	508
3.º	Inglês	328	Inglês	328	Inglês	328	Hindi	487
4.º	Árabe	221	Árabe	222	Português	240	Espanhol	417
5.º	Hindi	182	Hindi	182	Hindi	182	Russo	277
6.º	Bengali	181	Bengali	181	Bengali	181	Bengali	211
7.º	Português	178	Português	178	Russo	144	Português	191
8.º	Russo	144	Russo	143	Japonês	122	Alemão	128
9.º	Japonês	122	Japonês	122	Alemão	90	Francês	128
10.º	Alemão	90	Alemão	90	Javanês	85	Japonês	126

Fontes: Lewis, M. Paul (ed.) (2009), *Ethnologue: Languages of the World*, 16.^a ed., Dallas, SIL International (<http://www.ethnologue.com>).

Calvet, Alain e Calvet, Louis-Jean (2011), *Baromètre Calvet des langues du monde*, in Portalingua: Observatoire des langues dans la connaissance (<http://www.portalingua.info>).

Observatório da Língua Portuguesa (2010) (<http://www.lingua-lp.sapo.pt>).

Ostler, Nicholas (2005), *Empires of the Word: A Language History of the World*, New York, Harper.

(Fonte: Número de falantes e posição relativa das 10 principais línguas mundiais in “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, Reto 2012: 40)

Como podemos ver, a língua portuguesa está colocada em sétimo lugar em três estudos e num generoso quarto lugar num estudo efetuado pelo Observatório da Língua Portuguesa. A disparidade destes valores está relacionada com a diferença das metodologias seguidas: o Observatório da Língua Portuguesa tem em conta apenas o número de pessoas que usam uma língua como primeira língua e não contempla o árabe (por não o considerar uma língua totalmente unificada). Segundo o estudo, estas diferenças devem-se “a uma profunda desatualização das estatísticas demográficas por parte das restantes fontes, uma vez que o Brasil ultrapassou recentemente a marca dos 200 milhões de habitantes e esse valor não está refletido no *ranking*” (Reto 2012: 41). Apesar deste dado novo não se encontrar refletido em três dos observatórios apresentados acima, devemos aqui ressaltar a diferença entre habitantes e falantes. De facto, não se confirma que virtualmente toda a população brasileira fale português, dado o número de falantes de línguas indígenas e uma elevada de taxa de analfabetismo em várias regiões do país, apesar de ser uma tendência em queda⁴.

O quadro seguinte apresenta os valores relativos aos *rankings* de população e do respetivo PIB dos países de língua oficial portuguesa em 2010.

⁴ Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de analfabetismo de indivíduos com mais de 15 anos tem vindo, paulatinamente, a descer no Brasil, apesar de ser um recuo lento (Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015).

Quadro 2

Falantes nativos de português no mundo em 2010

Países de Língua Portuguesa	População (milhões)	Ranking mundial de população	PIB (milhões €)	Ranking mundial de PIB
Brasil	203,4	5	1 561 801	7
Moçambique	22,9	51	7391	122
Angola	13,3	70	63 741	62
Portugal	10,8	75	171 350	38
Guiné-Bissau	1,6	151	657	170
Timor-Leste	1,8	158	524	174
Cabo Verde	0,56	170	1231	160
São Tomé e Príncipe	0,18	185	147	181
Total	254,54		1 806 841	
Percentagem da população mundial	3,66%		3,85%	

Fonte: População – CIA, Country Comparison – Population, julho de 2011.

PIB – World Development Indicators database, Banco Mundial, julho de 2011 (valores convertidos para € usando a taxa de conversão EUR/US de 31.12.2010. 1EUR = 1,3384 US). O PIB mundial era, em 2010, de 46 980 067 milhões de euros.

(Fonte: *Falantes nativos de português no mundo em 2010 in “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, Reto 2012: 42)*

Estes dados mostram o português como língua oficial de 3,66% da população mundial com um PIB conjunto que atinge 3,85% da riqueza total mundial. Como os autores do estudo referem, é importante referir que nem todos os naturais destes países têm o português como língua materna, nem são aqui considerados os falantes de outros territórios (tais como Goa e Macau), ou a diáspora portuguesa (estimada aproximadamente em cinco milhões de pessoas), a diáspora brasileira ou os emigrantes provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa. No entanto, os valores “constituem uma boa aproximação geral ao universo falante, ou potencialmente falante, do português enquanto língua principal” (Reto 2012: 42).

Um outro aspeto importante a considerar e que tem cada vez maior impacto a vários níveis é o número de falantes e utilizadores da língua na internet. O quadro seguinte mostra esses valores e a taxa de crescimento entre 2000 e 2008.

Quadro 3

Utilizadores de Internet e total de falantes por língua (milhões)

10 línguas principais	Total de utilizadores da Internet (%)	Utilizadores da Internet (milhões)	Acesso à Internet (%)	Crescimento da Internet (2000-2008) (%)	Utilizadores da língua (2008) (milhões)
Inglês	30,4	427	21,0	201,1	2039
Chinês	16,6	233	17,1	622,0	1365
Espanhol	8,7	122	27,1	395,7	452
Japonês	6,7	94	73,8	99,7	127
Francês	4,8	67	16,4	451,8	410
Alemão	4,5	64	66,0	129,6	96
Árabe	4,2	60	16,7	2062,2	357
Português	4,1	58	24,3	668,0	240
Coreano	2,5	34	47,9	82,9	73
Italiano	2,4	34	57,9	155,4	58
Top 10	84,8	1194	22,9	263,6	5218
Outras	15,2	213	14,6	556,7	1458
Total mundial	100,0	1408	21,1	290,0	6676

Fonte: www.internetworldstats.com

(Fonte: *Utilizadores de Internet e total de falantes por língua in “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, Reto 2012: 45*)

Embora estes valores sejam relativos a 2008, é interessante verificar como o uso da língua portuguesa cresceu nos meios de comunicação que surgiram *online* (acompanhando, aliás, o crescimento que a própria internet tem vindo a revelar nas últimas décadas) e apresentou uma das mais elevadas taxas de crescimento relativamente a outras línguas. Se atentarmos em 2017, os valores são ainda mais otimistas. O próximo quadro apresenta as estatísticas mais recentes sobre as línguas usadas na internet⁵.

⁵ Informação disponível em “Internet World Stats – Top Ten Languages Used in the Web, June 30, 2017”. Disponível em www.internetworldstats.com/stats7.htm.

Quadro 4

10 línguas mais usadas na internet – utilizadores da internet por língua (junho de 2017)

10 línguas principais	Total de utilizadores (%)	Utilizadores da internet (milhões)	Acesso à internet (%)	Crescimento (2000-2017) (%)	Utilizadores da língua (2017) (milhões)
Inglês	25,3	985	68,6	600	1,435
Chinês	19,8	771	54,1	2,286	1,425
Espanhol	8,0	312	61,1	1,616	510
Árabe	4,8	185	43,8	7,247	421
Português	4,1	158	56,2	1,991	282
Indonésio/ Malaio	4,1	158	53,4	2,650	295
Japonês	3,0	118	94,0	152	126
Russo	2,8	110	76,4	3,434	143
Francês	2,8	108	26,6	800	406
Alemão	2,2	85	89,2	208	95
Total top 10	76,9	2,989	58,2	907	5,139
Outras línguas	23,1	897	37,7	1,296	2,380
Total mundial	100,0	3,886	51,7	976	7,519

(Fonte: *Internet World Stats*, junho de 2017)

Segundo estes resultados atualizados, a língua portuguesa subiu do oitavo para o quinto lugar e regista agora cerca de 158 milhões de utilizadores, correspondentes a 4,1% do total do universo mundial de utilizadores. Dos 282 milhões de falantes de português, apenas 56,2% têm acesso à internet, uma taxa bem abaixo da verificada em outras línguas (como o japonês, o alemão e o russo) mas muito superior aos 24,3% registados em 2008, colocando-a numa posição favorável relativamente às restantes línguas.

De seguida analisamos o número de utilizadores e o acesso à internet por países de língua oficial portuguesa.

Quadro 5

Utilizadores da internet falantes de português (junho de 2017)

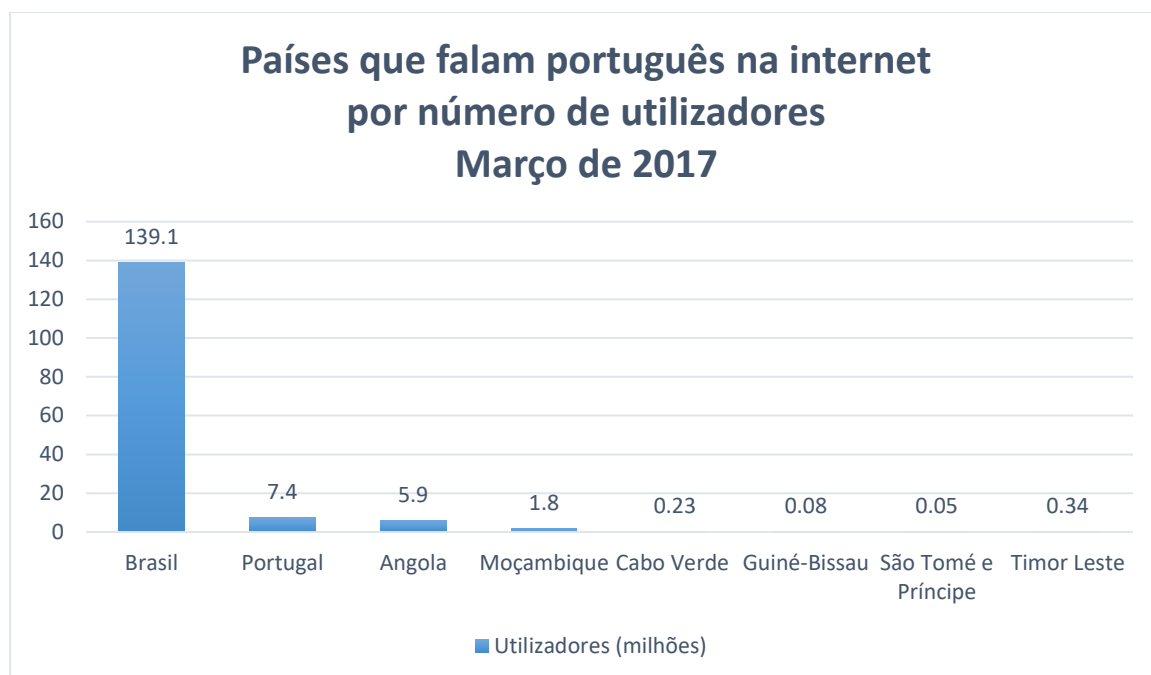
Países	População em 2017 (milhões)	Utilizadores da internet (milhões)	Acesso à internet (%)
Angola	26,656	5,951	22,3
Brasil	211,243	139,111	65,9
Cabo Verde	0,533	235	44,1
Guiné-Bissau	1,933	84	4,3
Moçambique	29,538	1,834	6,2
Portugal	10,265	7,431	72,4
São Tomé e Príncipe	0,198	50	25,0
Timor Leste	1,237	340	27,5
TOTAL	281,604	155,037	55,1

(Fonte: *Internet World Stats*, junho de 2017)

Como é possível observar, o maior número de utilizadores de língua portuguesa na internet tem origem no Brasil, devido à demografia do país. Se atendermos aos números de acesso à internet, verificamos que são mais elevados em Portugal e que esses valores são muito baixos na Guiné-Bissau e em Moçambique conduzindo, necessariamente, a uma baixa taxa de utilização.

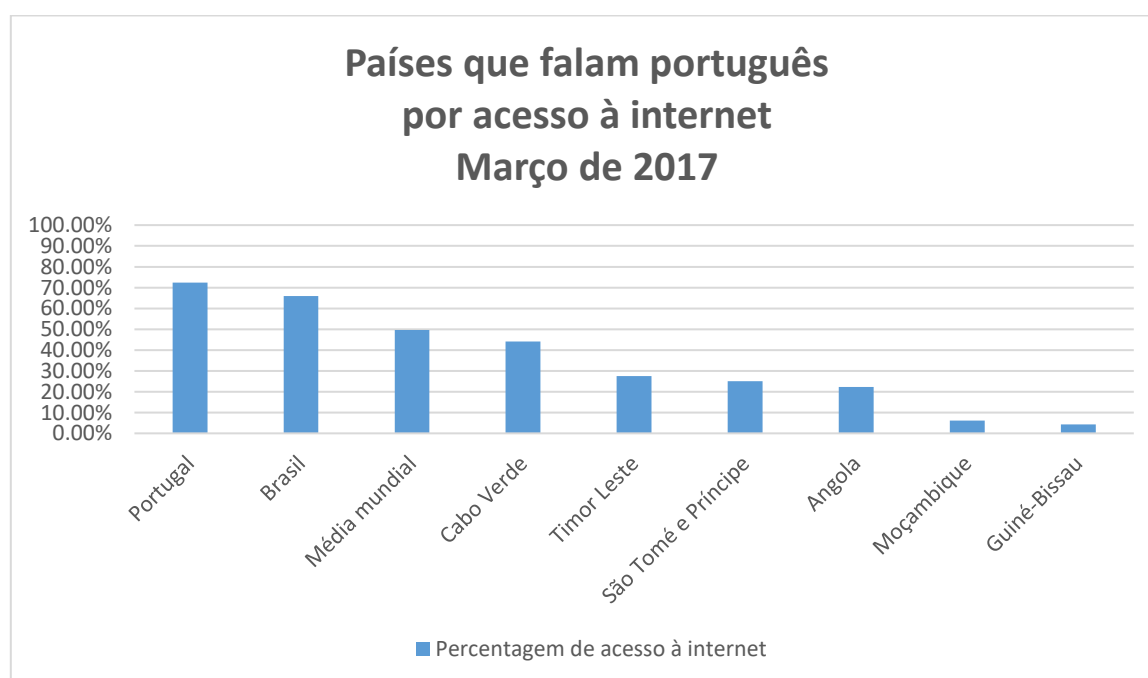
Os dois gráficos seguintes apresentam estes dois parâmetros comparando-os com os restantes países de língua oficial portuguesa.

Gráfico 1



(Fonte: *Internet World Stats*, junho de 2017)

Gráfico 2



(Fonte: *Internet World Stats*, junho de 2017)

Pela observação dos gráficos acima apresentados podemos confirmar que a primazia do uso da língua *online* pertence ao Brasil, apesar de o predomínio do acesso à internet caber a Portugal.

Voltando ao estudo desenvolvido pelo Instituto Camões e pelo ISCTE em 2012, de todos os observatórios de línguas destacados, os autores privilegiaram o Barómetro Calvet por “não se limitar a questões estritamente linguísticas” (Reto 2012: 46). Com efeito, Calvet propõe um instrumento de observação das línguas a partir da análise de dez parâmetros⁶ (Reto 2012: 47 e 48):

1. Número de falantes: total de falantes de primeira língua;
2. Entropia: forma como os falantes da língua estão distribuídos pelas regiões onde é falada. Quanto mais elevada for a dispersão geográfica, maior é a entropia;
3. Índice de desenvolvimento humano: valores apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos seus relatórios anuais relativos ao desenvolvimento humano de cada país;
4. Índice de fecundidade: taxa que mede o número de filhos por mulher baseada no relatório da ONU acima referido;
5. Índice de penetração da internet: taxa de acesso à internet obtido pelo número de utilizadores dividido pela população total do país;
6. Número de artigos na Wikipédia: soma dos artigos publicados numa determinada língua no sítio da Wikipédia;
7. Línguas oficiais: aferidas apenas as línguas oficiais *de jure*;
8. Prémios literários internacionais: soma do número de prémios literários por língua;
9. Traduções na língua de partida: soma dos valores disponíveis no sítio Index Translationum da UNESCO;

⁶ O “Baromètre Calvet des langues du monde” foi criado em 2012 pelo sociolinguista Louis-Jean Calvet e pode ser consultado em <http://wikilf.culture.fr/barometre2012>

10. Traduções na língua de chegada: soma dos valores disponíveis no sítio Index Translationum da UNESCO.

O quadro seguinte compara a língua portuguesa com as línguas que estão nos lugares cimeiros em cada um dos parâmetros do Barómetro Calvet.

Quadro 6

Barómetro Calvet – comparação entre o português e o primeiro idioma de cada parâmetro

	Português		Primeiro	
	Valor	Posição relativa	Idioma	Valor
Número de falantes	177 981 576	7	Mandarim	845 456 760
Entropia	0,4051	56	Espanhol	2,52
Índice de desenvolvimento humano	0,8185	31	Sueco	0,9629
Taxa de fecundidade	1,8711	91	Luba-kasai	6,1
Índice de penetração da Internet	34,4509	32	Inglês	88,9944
Número de artigos na Wikipédia	429 730	8	Inglês	2 567 509
Línguas oficiais	8	5	Inglês	63
Prémio Nobel da literatura	1	12	Inglês	27
Traduções: língua de origem	9752	15	Inglês	1 032 456
Traduções: língua de destino	71 287	7	Alemão	271 085

Fonte: Observatório Calvet. Consulta efetuada em março de 2011. O luba-kasai é uma língua banto falada na República Democrática do Congo (Wikipédia). É importante sublinhar que um valor elevado nos diversos parâmetros tende a reforçar a posição relativa de uma língua, com exceção do parâmetro 2, entropia. Neste caso, a dispersão dos falantes por diversos países agrava o risco de desagregação da língua, com dificuldade de intercompreensão dos seus utilizadores, à semelhança do que foi acontecendo com o latim e já é visível entre alguns tipos de inglês como língua materna.

(Fonte: *Barómetro Calvet – comparação entre o português e o primeiro idioma de cada parâmetro in* “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, Reto 2012: 48)

Como se pode verificar pela informação recolhida no quadro acima, as línguas posicionam-se em diferentes lugares consoante os parâmetros analisados. Segundo estes valores de 2011, o português está colocado no quinto lugar no número de países que a têm como língua oficial e no sétimo lugar em termos de número de falantes, mas relativamente

ao fator “entropia”, fica na 56ª posição devido à sua forte dispersão geográfica. Confirma-se a hegemonia da língua inglesa no índice de penetração da internet, no volume de artigos na Wikipedia, no número de países que têm o inglês como língua oficial, no total de prêmios literários e na quantidade de traduções de origem inglesa. No entanto, é interessante verificar que o alemão disputa a primazia do inglês na tradução para a sua língua. Em relação às traduções por língua de partida e língua de chegada (aqui designadas por “língua de origem” e “língua de destino”), constatamos que a língua portuguesa se encontra numa posição desfavorável no que concerne ao volume de traduções de português para outras línguas e mais favorável na quantidade de traduções que são efetuadas de outras línguas para português. Voltaremos a estes indicadores mais adiante, quando analisarmos em concreto os fatores que determinam estes valores.

1.2. Blocos económicos e políticos onde o português é língua oficial

Muitos dos países conservaram nos seus territórios a língua dos países colonizadores com o estatuto de línguas oficiais, a par das línguas nativas existentes, passando depois a integrar organizações internacionais cujo enfoque passa em maior ou menor grau pela partilha da mesma língua. Exemplos dessas organizações são a *Commonwealth of Nations* (formada em 1931, anteriormente conhecida por *British Commonwealth*), a *Organisation Internationale de la Francophonie* (formada em 2005, antecederada pela *Agence Intergouvernementale de la Francophonie* em 1998 e, ainda, pela *Agence de Cooperation Culturelle et Technique*, em 1970) e a *Organización de Estados Iberoamericanos* (formada em 1949 com o nome *Oficina de Educación Iberoamericana* e que teve várias denominações até esta designação, oficializada em 1985). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, é igualmente um produto desse cenário pós-colonial, apesar de ter sido estabelecida 22 anos após a independência da última colónia portuguesa⁷.

Em África, o português é língua oficial na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (organização intergovernamental com vista à cooperação política, social e económica), na União Africana (cujo foco é a promoção da democracia e do desenvolvimento

⁷ Informações retiradas da UNESCO sobre organizações educacionais.

económico), e ainda na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e na Comunidade Económica dos Estados da África Central (duas organizações de integração económica regional), entre outros. Na América Latina, é língua oficial no Mercosul (organização intergovernamental de livre-comércio entre os países da região), na União de Nações Sul-Americanas e Organização dos Estados Americanos (ambas essencialmente de cooperação económica), e na Organização dos Estados Ibero-americanos (para o desenvolvimento nas áreas da educação, ciência e cultura), entre outras organizações internacionais de cariz semelhante. Na Europa a organização mais relevante que tem o português como uma das línguas oficiais é a União Europeia e as suas instituições económicas, políticas, judiciais e socioculturais.

A distribuição da língua portuguesa com uso administrativo ou de trabalho por todas estas instituições é significativa para o seu estatuto de língua internacional, no entanto, não parece ser suficiente para fazer parte do leque de línguas oficiais de organizações internacionais como a ONU, por exemplo. Em 2013 os representantes de Portugal, Moçambique, Timor-Leste, Brasil, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe discursaram em português na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e participaram nas várias sessões e nas reuniões paralelas na mesma língua. A finalidade é “ter o português como língua de trabalho (o que tornaria imperativa a tradução em simultâneo das intervenções) ou ir mais longe e conquistar o estatuto de língua oficial (o que faria da interpretação uma ferramenta obrigatória mas também a disponibilização de todo o material e documentação em português)”.⁸ A falta de meios financeiros é um dos principais entraves à prossecução destes objetivos, como refere Georgina Mello, a diretora da CPLP: “introduzir a língua portuguesa significa um orçamento muito importante que não temos para cobrir todas as organizações internacionais [...]. Há alguns anos fez-se uma tentativa para introduzir o português em algumas reuniões da UNESCO, mas custava mais de 5 milhões de euros anuais”⁹.

⁸ Não é a primeira vez que estas iniciativas acontecem. Elas correspondem a tentativas de concertação, dentro da CPLP, para “incentivar o uso da língua portuguesa”, como explicou o secretário executivo da CPLP, o moçambicano Murade Murargy.” (“O português conquistou a Internet, agora quer ser língua oficial nas organizações internacionais” in Público de 20 de setembro de 2013).

⁹ “Falta de recursos financeiros impede a expansão do português” in Blogue do IILP, publicado em 13 de maio

1.3. Diferença entre número de falantes e influência de uma língua

Como acabámos de ver, apesar da posição favorável nos *rankings* de classificação das línguas mundiais, a língua portuguesa não faz parte dos grandes fóruns internacionais de discussão política e económica como a ONU. Uma das razões está relacionada com condicionamentos financeiros e os custos associados de manutenção, mas o que nos dizem os indicadores sobre a influência cultural da língua no mundo?

Um estudo realizado em 2008 sobre a produção de informação a nível internacional procura compreender quais as línguas mais usadas na produção e disseminação de informação cultural (Lobachev: 2008). Para tal consideraram-se elementos como a edição de livros, publicações académicas, jornais, revistas, realização de filmes e produção de páginas da internet.

Quadro 7

Publicação de livros por língua (2008)

Língua	Número de títulos	Percentagem
Inglês	200,698	21,84 %
Mandarim	100,951	10,99 %
Alemão	89,986	9,78 %
Espanhol	81,649	8,88 %
Japonês	56,221	6,12 %
Russo	48,619	5,29 %
Francês	44,224	4,81 %
Coreano	35,864	3,90 %
Italiano	34,768	3,78 %
Holandês	34,067	3,71 %
Português	33,430	3,64 %

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

O quadro comparativo mostra os resultados obtidos a partir do Instituto de Estatística da UNESCO. Sem surpresas, o inglês surge no topo como a língua em que mais se publicam livros. O português surge em 11º lugar, responsável por apenas 3,64% da publicação mundial. Se considerarmos que a língua portuguesa tem mais falantes do que o alemão (3º lugar) ou do que outras línguas mais bem posicionadas nesta tabela, este é um resultado pouco favorável no campo da produção literária.

Quadro 8

Publicação de jornais e revistas por língua (2008)

Língua	Número de títulos	Porcentagem
Inglês	2499	62.55 %
Espanhol	277	6.93 %
Alemão	235	5.88 %
Mandarim	156	3.90 %
Hindi	117	2.93 %
Francês	95	2.38 %
Polaco	44	1.10 %
Russo	38	0.95 %
Italiano	36	0.90 %
Português	35	0.88 %

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

A informação que consta nesta tabela foi retirada da *Ulrich's Periodicals Directory*, o maior banco de dados bibliográficos do mundo. De acordo com este quadro comparativo verificamos, mais uma vez, que a língua portuguesa surge no último lugar (10º) no que respeita à publicação de jornais e revistas, contrastando com o claro predomínio da língua inglesa. A presença do polaco é aqui digna de nota, dada a sua fraca expressão (em comparação com as restantes) no sistema ecolinguístico.

Quadro 9

Publicações académicas por língua (2008)

Língua	Número de títulos	Percentagem
Inglês	28,131	45,24%
Alemão	6,848	11,01%
Mandarim	4,047	6,51%
Espanhol	3,522	5,66%
Francês	3,074	4,94%
Japonês	2,149	3,46%
Italiano	1,860	2,99%
Polaco	1,060	1,70%
Português	1,055	1,70%
Holandês	922	1,48%
Russo	808	1,30%

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

Tendo também por base os dados os disponíveis na *Ulrich's Periodicals Directory*, a produção científica, medida pela quantidade de trabalhos académicos publicados em publicações periódicas especializadas (jornais e revistas), revela resultados semelhantes para a língua portuguesa, aqui apenas mais bem posicionada do que a o holandês.

O sítio *SCImago Journal Rank* apresenta um quadro mais ilustrativo da situação da produção científica, medindo a influência e o prestígio de trabalhos académicos e o impacto qualitativo dos mesmos: número de documentos publicados, número de citações por artigo e áreas científicas mais dinâmicas. Uma pesquisa por países de língua oficial portuguesa revela os seguintes resultados:

Quadro 10

Trabalhos científicos publicados por país (1996-2016)

País	Número de documentos publicados	Número de citações noutras publicações	Número médio de vezes que foi citado (por documento)
Brasil	749 498	7 557 916	10,08
Portugal	242 513	3 290 224	13,57
Moçambique	2 802	51 281	18,3
Angola	844	7 049	8,35
Guiné-Bissau	525	11 386	21,69
Cabo Verde	238	2070	8,7
Timor-Leste	155	885	5,71
São Tomé e Príncipe	51	810	15,88

(Fonte: *SCImago Journal Rank*, 2017)

Como podemos ver, o Brasil lidera a tabela no número de publicações e no número de vezes em que os trabalhos são citados. No entanto, se atentarmos no número médio de vezes em que os documentos são citados, a Guiné-Bissau é o país que apresenta o índice mais elevado, seguido de São Tomé e Príncipe. Estes valores podem ser explicados pela reduzida produção científica nestes países e pelo consequente afunilamento dos trabalhos passíveis de serem citados.

Relativamente às áreas científicas mais dinâmicas¹⁰, a pesquisa revela que em 2016, no Brasil, foram realizados mais trabalhos na área da medicina (18,247), seguida da agronomia e das ciências biológicas (13,780). As áreas menos dinâmicas foram a economia e finanças com apenas 573 trabalhos registados. No mesmo ano e em Portugal, verifica-se uma distribuição mais homogénea de trabalhos por áreas científicas, destacando-se a medicina (5,253), a engenharia (4,384) e as ciências computacionais (3,459). As áreas menos ativas são a odontologia (75) e a veterinária (153). Em São Tomé e Príncipe, na base da tabela, verificam-se picos de produção científica em determinados anos e valores residuais nos restantes, sendo realizados mais trabalhos na medicina, imunologia e microbiologia. Em termos de resultados globais podemos concluir que existem áreas onde a produção científica escrita em

¹⁰ Resultados não apresentados neste quadro, mas disponíveis em <http://www.scimagojr.com>

português é praticamente inexpressiva, como é o caso de economia e finanças, ciências da terra, enfermagem, neurociências e psicologia.

Quadro 11

Produções de cinema e vídeo por língua (2008)

Língua	Número de títulos	Porcentagem
Inglês	158,611	34,89%
Espanhol	23,256	5,12%
Alemão	16,523	3,63%
Francês	15,171	3,34%
Japonês	7,811	1,72%
Italiano	4,927	1,08%
Dinamarquês	3,967	0,87%
Holandês	3,445	0,76%
Português	3,213	0,71%
Russo	2,715	0,60%
Hindi	2,357	0,52%

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

Os resultados foram obtidos a partir de valores disponíveis no sítio *Internet Movie Database* (IMDb), que reúne informação fidedigna sobre o número de filmes, programas de televisão e vídeos produzidos em todo o mundo. O quadro revela um baixo índice de produção em língua portuguesa, sendo o Brasil o país que mais contribui para os valores, ainda que reduzidos, neste setor.

Quadro 12

Publicações de páginas na internet por língua (2008)

Língua	Número de títulos	Porcentagem
Inglês	1142,5	56,43%
Alemão	156,2	7,71%
Francês	113,1	5,59%
Japonês	98,3	4,86%
Espanhol	59,9	2,96%
Mandarim	48,2	2,38%
Italiano	41,1	2,03%
Holandês	38,8	1,92%
Russo	33,7	1,66%
Coreano	30,8	1,52%
Português	29,4	1,45%

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

Os resultados deste quadro sobre a distribuição de línguas na internet foram obtidos através da realização de pesquisas nos motores de busca Google e Alltheweb usando filtros linguísticos. A língua portuguesa ocupa, uma vez mais, o último lugar no que diz respeito ao número de páginas na internet. É interessante comparar estes valores com os que apresentámos anteriormente no *Quadro 3* (“Utilizadores de Internet e total de falantes por língua”) para o mesmo período (2008), onde o português surge à frente do coreano e do italiano no número de utilizadores, mas atrás no acesso à internet. De 2008 para cá o potencial da língua portuguesa evoluiu significativamente – se considerarmos o *Quadro 4* (“10 línguas mais usadas na internet”) com dados mais recentes relativos ao ano de 2017 os valores são mais favoráveis ao português.

Quadro 13

População alfabetizada por língua (2008)

Língua	População alfabetizada	Porcentagem
Mandarim	794,947,565	14,68%
Inglês	572,977,034	10,58%
Espanhol	295,968,824	5,47%
Hindi	230,560,488	4,26%
Árabe	229,444,922	4,24%
Francês	220,326,329	4,07%
Russo	194,503,049	3,59%
Português	191,739,619	3,54%
Japonês	126,159,159	2,33%
Bengali	107,897,009	1,99%
Alemão	93,969,555	1,74%

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

Para estabelecer os níveis de literacia por língua foram consideradas estatísticas realizadas pelo Ethnologue e pela CIA. Estes valores dizem respeito à taxa de alfabetização de cada país (nos casos em que há mais do que uma língua oficial, foi aplicada a mesma taxa para cada uma das línguas). Segundo estes dados, apenas 3,54% da população que fala português é alfabetizada, o que constituiu naturalmente um entrave à produção de informação e circulação de bens culturais. A confirmarem-se as projeções avançadas pelo “Novo Atlas da Língua Portuguesa” (Reto:2016), o número de habitantes de países de língua oficial portuguesa não só aumentará consideravelmente como também a própria geografia da língua, com o crescimento demográfico em Angola e Moçambique. Ao todo, prevê-se que o total de habitantes seja de 387 milhões em 2050 e de 487 milhões em 2100, com estes dois países africanos arrecadando a maior fatia de população ao somarem 266 milhões no seu conjunto. Aqui devemos, mais uma vez, fazer a distinção entre “falantes” e “habitantes”, uma vez que nem todos os indivíduos falam e escrevem em português – fator que nem sempre é levado em conta nos estudos sobre a presença da língua portuguesa no mundo. Daí que nos pareça de extrema importância que o foco do investimento nos próximos tempos seja colocado na educação, na cultura e na produção científica, caso contrário, os valores relativos

à alfabetização nestes países podem ser ainda mais reduzidos do que os que acabámos de apresentar.

Quadro 14

Utilizadores e produção de informação por língua (2008)

Língua	População alfabetizada	Produção de informação
Inglês	10,58%	44,29%
Alemão	1,74%	7,60%
Espanhol	5,47%	5,91%
Mandarim	14,68%	4,85%
Francês	4,07%	4,21%
Japonês	2,33%	3,34%
Italiano	1,09 %	2.16%
Russo	3,59%	1,96%
Português	3,54%	1,68%
Holandês	0,43 %	1.67%
Coreano	1,36%	1,20%
Hindi	4,26%	0,96%
Árabe	4,24%	0,43%
Bengali	1,99%	0,12%

(Fonte: *Top languages in global information production*, 2008)

Esta tabela mostra os resultados globais, calculados pela média percentual do total da produção de informação nos vários setores comparados com a percentagem de população alfabetizada correspondente a cada uma das línguas. O quadro revela que cerca de 78% da informação no mundo é produzida em dez línguas. O português surge a meio da tabela, perto do russo (com valores similares) mas atrás do italiano na criação de informação (o que não deixa de ser surpreendente, uma vez que menos de 2% da população mundial é literata nesta língua). O inglês tem uma posição dominante, sendo responsável pela produção de 44% de informação, seguido do alemão, que representa apenas 1,74% da população mundial alfabetizada – um índice quase inverso ao do mandarim, que tem a fatia maior de literacia, mas apenas 4,85% da informação produzida nesta língua.

Como é explicado pelo autor do estudo (Lobachev, 2008), estes valores foram retirados de diferentes fontes, razão pela qual a precisão e a qualidade dos resultados podem não ser as mais fiáveis, mas servem o propósito de apresentar dados comparativos, determinar as línguas mais ativas na produção de informação e a proporção de recursos disponíveis nesses idiomas.

Apesar de este ser um estudo efetuado em 2008, podemos, ainda assim, inferir para a atualidade que apesar de a língua portuguesa ser uma das mais faladas no mundo, não é uma das maiores produtoras de informação e bens culturais. É também interessante verificar que línguas como o italiano, o holandês, o dinamarquês, o polaco e o coreano – que têm um número consideravelmente menor de falantes e são, também por essa razão, excluídas do barómetro de Calvet – apresentam bons resultados na produção de informação se comparadas com outras línguas com maior peso demográfico.

Assim, podemos concluir que o número de falantes não é o único fator nem o mais determinante quando procuramos medir a importância de uma língua a nível político, económico e sociocultural. Existe um conjunto variado de condições que precisam de estar reunidas para que essa influência seja exercida na esfera internacional:

“Ao desacerto entre o peso da língua portuguesa no contexto internacional e o seu valor objetivo no quadro de um reconhecimento efetivo mais condicente com a sua afirmação como 7ª língua materna mais falada no mundo não pode ser estranho o facto de uma enorme fatia dos mais de 230 milhões de falantes do português viverem num patamar de desenvolvimento económico e social que lhes retira voz já que a pobreza e o fraco desenvolvimento económico dos seus falantes se reflete inevitavelmente na projeção internacional dos países que a falam e no seu peso político no concerto internacional das nações. Fracos índices de escolarização e a pouca penetração da língua portuguesa daí decorrente devido a situações específicas internas de alguns dos países membros da CPLP, também concorrem para uma imagem empobrecida da língua portuguesa. Hoje, a afirmação e o valor internacional e económico de uma língua sustentam-se em alicerces económicos, tecnológicos, científicos e políticos. A dispersão geográfica, e o conjunto de fatores acima referidos constituem uma adversidade para a língua portuguesa, não só no quadro interno da CPLP, o espaço geolinguístico de referência da língua portuguesa. No quadro externo as fraquezas consubstanciam-se na presença pouco significativa, por pouco mais de nominal, do português em instâncias de afirmação hoje em dia

fundamentais, como as organizações internacionais multilaterais onde o português é língua oficial ou de trabalho, por clara falha de concertação com os seus parceiros da CPLP, o que impede que a língua portuguesa seja língua oficial ou de trabalho de facto. Outras áreas como a produção de *software* educativo ou a presença na Internet; a oferta do ensino do português no estrangeiro, ainda que não seja negligenciável a evolução positiva operada nos últimos anos, peca por uma opção centrada nos meios universitários sem alternativas de oferta para outros públicos mais amplos e menos marcados academicamente, que não encontram oferta fora das universidades” (Filipe, 2009: 3 e 4).

Mário Filipe resume aqui as razões pelas quais a língua portuguesa não assumiu, até agora, um lugar de preponderância no espaço público internacional. Além dos fracos índices de desenvolvimento económico, há que considerar ainda os reduzidos níveis de escolarização, de produção científica, a dispersão geográfica da língua, a ausência de acordo entre os países da CPLP e a oferta reduzida do ensino do português no estrangeiro fora das universidades (de que falaremos mais adiante), embora estas sejam tendências que se têm vindo a alterar nos últimos anos. A este conjunto de fatores, acresce ainda um outro que contribui para o aumento do potencial comunicativo da língua, como iremos ver no ponto seguinte.

1.4. Prevalência e centralidade da língua

A linha de investigação desenvolvida pelo sociolinguista Abram de Swaan em *Words of the World: The Global Language System* avalia a “prevalência” e a “centralidade” de uma língua, tendo por base os dois principais fatores que concorrem para o seu potencial comunicativo:

- 1) quanto maior for o número de falantes de uma língua, mais atrativa e valiosa ela se torna – qualidade da “prevalência”;
- 2) quantos mais falantes de uma língua souberem outras línguas, isto é, quanto mais multilingues houver, mais central é a língua – qualidade de “centralidade” (2001).

O potencial comunicativo de uma língua é calculado através de uma fórmula (“Q-value”) que combina a prevalência com a sua centralidade. Ou seja, uma língua que reúna prevalência e centralidade está bem posicionada para se internacionalizar. Tanto De Swaan

(2001) como Calvet (1996) sugerem um “modelo gravitacional” das línguas, no qual o sistema linguístico é composto por várias “constelações” que, por sua vez, constituem “galáxias”. O bilinguismo ou multilinguismo dos indivíduos organiza a comunicação entre as diferentes línguas e permite traçar as relações entre elas em termos de gravitação. Nesta galáxia, o inglês ocupa o centro da constelação, cabendo-lhe a posição hipercentral, em torno da qual gravitam 13 línguas supercentrais (onde o português está incluído, juntamente com o espanhol, o francês, o alemão, o inglês, o árabe, o turco, o chinês, o russo, o hindi, o japonês, o malaio e o suaíli). Abaixo estão as línguas centrais (cerca de uma centena) as quais, por sua vez, têm quatro ou cinco mil línguas periféricas em seu redor (De Swaan: 2001).

Ivo Castro aplica os critérios de prevalência e centralidade ao caso português e às suas duas variantes mais conhecidas chegando à conclusão de que a prevalência pertence ao português brasileiro – por ter um maior número de falantes – e a centralidade ao português europeu – por ter um maior número de multilingues – concluindo que a fórmula da internacionalização da língua portuguesa reside no desenvolvimento do multilinguismo e no estímulo da aprendizagem de outras línguas (Castro, 2009: 6). No entanto, se tomarmos o caso inglês como exemplo, essa distinção entre variantes não é tida em consideração. O nódulo nuclear desta galáxia linguística pertence à língua inglesa, sem que a sua proveniência seja questionada. Ou seja, é secundário distinguir se a variante prevalecente ou mais central é britânica, norte-americana, canadiana ou australiana. A sua origem deixa de ser relevante porque, como língua global, é intrinsecamente desterritorializada e apropriada nos diversos países e contextos em que é utilizada (De Swaan: 2001).

2. Multilinguismo nos países de língua oficial portuguesa

Como acabámos de ver, uma população multilingue é um fator mais importantes no exercício de influência de uma língua junto de outras. Neste capítulo abordamos a importância do capital linguístico, analisamos a padronização e a diversidade linguística nos países de língua oficial portuguesa e averiguamos como o multilinguismo pode constituir fator de vantagem, mas também de pressão a nível interno e externo.

2.1. Capital linguístico e padronização da língua

Segundo Bourdieu, os processos de comunicação não se limitam a meras relações entre emissores e recetores, são eminentemente relações simbólicas de poder, muitas vezes velado ou invisível, mas sempre exercido sobre uma determinada comunidade linguística (1992: 37-38). O autor defende que é no processo de formação do estado que são criadas as condições para que se constitua um mercado linguístico unificado e legitimado. Esse mercado é dominado por uma língua oficial, usada obrigatoriamente em ocasiões e lugares oficiais como escolas, administração pública e instituições políticas (1992: 45-46). O autor usa o exemplo do processo de unificação da língua francesa para ilustrar essa integração linguística numa determinada sociedade:

“Até à Revolução Francesa, este processo andou lado a lado com o processo de construção do estado monárquico. A partir do século XIV, nas províncias centrais do *pays d’oïl*, os dialetos deram progressivamente lugar à língua comum que se desenvolveu nos meios cultivados de Paris e a qual, ao ser promovida ao estatuto de língua oficial, era usada tal qual era administrada, i.e., de forma erudita e escrita. (...) A situação linguística era muito diferente nas regiões da *langue d’oc*. Apenas no século XVI, com a progressiva constituição de uma organização administrativa ligada ao poder real (que implicou o surgimento de uma multiplicidade de agentes administrativos, tenentes, diretores, magistrados, etc.), o dialeto parisiense começou a dominar os vários dialetos da *langue d’oc* em documentos legais. (1992: 46-47)

Bourdieu dá como exemplo o facto de padres, médicos e professores (cuja profissão dependia da sua eloquência e retórica) terem, em determinado momento no séc. XIX em França, decidido começar a falar o dialeto parisiense e de como esse capital linguístico lhes permitiu exercer um poder simbólico na sociedade francesa do seu tempo beneficiando, assim, desta mudança linguística:

“A promoção de língua oficial ao estatuto de língua nacional deu-lhes o monopólio da política de facto e, em geral, da comunicação com o governo central e com os seus representantes ajudando a definir quem eram os notáveis locais em todas as repúblicas francesas.” (1992: 47)

O sistema educativo teve, deste modo, um papel decisivo no processo de construção, legitimação e reconhecimento do francês como uma língua oficial. O domínio do dialeto parisiense sobre os restantes e a consequente unificação dos sistemas educativo e linguístico esteve relacionada com a introdução de qualificações educativas válidas em todo o país. Mas talvez o fator mais decisivo tenha sido o uso da língua por indivíduos detentores de capital simbólico. Os mecanismos subjacentes ao processo de unificação linguística pressupõem uma unificação política ou económica que, por sua vez, sai reforçada pela adoção de uma só língua. Por outras palavras, a adesão a uma língua oficial atribui aos falantes capital linguístico, económico e simbólico e estes, por sua vez, têm interesse em apoiar uma unificação linguística que lhes permita exercer um domínio simbólico (Bourdieu, 1992: 50).

O que determina então que uma língua se possa constituir, efetivamente, como capital linguístico? Bourdieu refere que ela tem de ser legitimada como dominante num estado de direito pelo poder político (governo, parlamento, constituição) fazendo, no entanto, uma ressalva:

“Os efeitos de dominação que acompanham a unificação do mercado são sempre exercidos através de um conjunto específico de instituições e mecanismos dos quais a política linguística específica do estado e até as intervenções declaradas de grupos de pressão constituem apenas o aspeto mais superficial” (*ibid*: 50).

Ou seja, o uso e a escolha preferencial de uma língua sobre as outras não mudam simplesmente por decreto nem através de meros intervencionismos políticos sobre a mesma:

“Qualquer dominação simbólica pressupõe, por parte de quem a ela se submete, uma forma de convivência que não é nem uma submissão passiva a constrangimentos externos nem uma livre adesão a valores. O reconhecimento da legitimidade de uma língua oficial não está relacionado com uma deliberada e explicitamente professada convicção nem com um ato intencional de aceitar uma “norma”. Está inscrito, de forma pragmática, em disposições intangíveis instituídas pelas sanções do mercado linguístico através de um longo e moroso processo de aquisição.” (1992: 50-51).

Isto é, as prescrições legais podem atribuir legitimidade à aquisição de uma

determinada língua, mas não conseguem impor o seu uso espontâneo e generalizado. Como o autor afirma, é difícil que uma língua seja simplesmente imposta por medidas legais, a sua unidade é produto de um processo histórico de padronização que resulta da exclusão ou supressão de outras línguas ou de variantes não-padronizadas. E como se padroniza uma língua? Através da sua sistematização e codificação feita por meio de gramáticas, prontuários ortográficos, tratados linguísticos, manuais, obras fundamentais (posteriormente tidas como cânone), produção literária, investigação científica, uso oral e escrito por instituições ou em contextos institucionais – alguns dos veículos de prestígio linguístico que contribuem para a sua legitimação. É um processo que pressupõe uma dominação simbólica dos que dominam a língua culta sobre os que não a falam ou escrevem (1992: 43-65).

A padronização da língua leva-nos à questão dos acordos ortográficos, no nosso caso, especificamente, do acordo firmado em 1990 por todos os países de língua oficial portuguesa (Timor-Leste assinou em 2004) com o objetivo de criar uma ortografia unificada para o português e de pôr fim à existência de duas normas ortográficas oficiais divergentes, uma no Brasil e outra nos restantes países de língua oficial portuguesa. O acordo entrou em vigor em 2009, embora não tenha sido ratificado nem aplicado por todos os países envolvidos, o que é demonstrativo da falta de concordância em relação ao teor substantivo e ao valor jurídico do tratado. Os acordos ou reformas ortográficas não são uma novidade na história da língua portuguesa. Outros houve adotados à revelia da maioria, incluindo de linguistas, filólogos, escritores, professores, tradutores e de outras figuras dos setores académico, artístico, político e empresarial. Desde a publicação das *Bases da Ortografia Portuguesa* em 1885 por Gonçalves Viana, que veio instaurar uma maior ênfase na pronúncia (até esta altura a grafia era essencialmente etimológica) até às alterações promulgadas em Portugal e no Brasil ao longo do século XX com vista a reduzir as divergências ortográficas entre os dois países, foram várias as modificações levadas a cabo pelos órgãos tutelares (Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras) com o intuito de uniformizar, simplificar e tornar a língua mais operacional (com destaque para as reformas ortográficas de 1911 e 1945 em Portugal e as de 1943 e 1971 no Brasil)¹¹.

¹¹ Para uma breve cronologia das reformas ortográficas da língua portuguesa ver a “História da Ortografia do Português” do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) disponível em

Os seus defensores afirmam que este tipo de acordos foi igualmente adotado para o espanhol (que apresenta diferenças, tanto na pronúncia como no vocabulário, entre Espanha e os países hispanofalantes) e que, embora possa causar um impacto negativo nas gerações que aprenderam a ler e a escrever segundo a antiga ortografia (toda a população ativa e mais velha), é uma solução para normalizar a ortografia entre os países de língua oficial portuguesa, de forma a facilitar a sua comunicação e aceitação em organizações internacionais e a aprendizagem do ensino do português numa perspetiva mundial. Por outro lado, a aplicação do acordo também pode contribuir para o aumento da circulação do livro e de investigação técnica e científica entre os países de língua oficial portuguesa. Da mesma forma que é importante registar, codificar, sistematizar e criar normas ortográficas para línguas nativas que se encontram num processo de padronização ou estão simplesmente desvitalizadas (sob a ameaça de desaparecerem), o mesmo se aplica a uma língua como a portuguesa, que pode correr o risco de uma das variantes (brasileira) se sobrepor à outra (portuguesa) por via do peso demográfico e influência política, económica e cultural. Para além da coexistência de duas ortografias oficiais, a lacuna de um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) é outra das divergências apontadas à língua, sendo que “a recentíssima publicação de um VOLP fora da chancela da Academia das Ciências de Lisboa é mais uma prova da dispersão interna de esforços” (Filipe 2009: 4).

Os opositores do acordo contrapõem dizendo que o mesmo não foi necessário, por exemplo, para a língua inglesa, cuja ortografia diverge conforme as variantes escritas nos países anglófonos e se tornou numa língua franca sem que tenha sido necessário impor leis linguísticas. De facto, o acordo não passa de um “desacordo” que traz uma forte incidência na pronúncia, com o progressivo fechamento das vogais e uma perda do critério etimológico, descaracterizando assim a língua e renunciando às suas marcas históricas. Outro argumento apresentado é o de que, em vez de diminuir o número de palavras que se escrevem diferentemente em Portugal e no Brasil, aumenta-o consideravelmente, criando uma falsa unidade (mantendo acentos agudos na norma portuguesa onde a brasileira tem acentos circunflexos) e criando várias facultatividades e inconsistências, com situações de possível dupla grafia.

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>

Como é possível constatar por este exemplo, a imposição de normas linguísticas por via legalista não tem gerado consensos, antes pelo contrário, tem sido amplamente discutida e contestada, não obstante os pressupostos de contribuir para uma normalização convergente, prestígio e internacionalização da língua.

2.2. Diversidade linguística

Em primeiro lugar devemos considerar a diversidade da língua portuguesa falada e escrita nos países onde é língua oficial. Considera-se que é composta por um sistema dotado de duas variantes, a portuguesa e a brasileira, ambas amplamente reconhecidas, como é referido por Ivo Castro:

“Estamos perante uma língua (...) dotada, para já, de duas variedades nacionais plenamente desenvolvidas em Portugal e no Brasil, cada uma com seu mapa dialetal e socioletal, derivado de bases populacionais muito diversas, mas coordenado por normas cultas próprias, que se reconhecem mutuamente, e por gramáticas que podem ser estudadas do ponto de vista contrastivo, pois a descrição de uma não se aplica automaticamente à outra” (Castro: 2010: 4).

Na sua 20ª edição, *A Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha e Cintra reconhece ainda uma terceira variante, a africana:

“As variedades africanas correspondem ao português falado nos países africanos de expressão portuguesa. As mais estudadas, do ponto de vista linguístico, são as de Angola, mais especificamente de Luanda, e de Moçambique” (2013: 30).

No entanto, parece-nos que a variedade linguística existente não nos permite verdadeiramente reconhecer esta terceira variante, antes um conjunto de normas faladas e escritas diferenciadas consoante os países (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau).

De seguida vamos analisar a diversidade de línguas faladas e escritas nos países de língua oficial portuguesa. O Ethnologue apresenta uma lista exaustiva do número de línguas

faladas em cada país, atribuindo-lhes um “estatuto” de acordo como uma escala de 13 categorias¹²:

0) Internacional: a língua é usada entre nações para efeitos de comércio, trocas de conhecimento e política internacional;

1) Nacional: a língua é usada em contexto educativo, laboral, de comunicação de massa e por órgãos governativos nacionais;

2) Regional: a língua é usada em contexto educativo, laboral, de comunicação de massa e por órgãos governativos regionais;

3) De comunicação alargada: a língua é usada em contextos de trabalho e de comunicação de massa sem, no entanto, usufruir de um estatuto que lhe permite transcender as diferenças linguísticas de outras regiões;

4) Educacional: a língua tem um uso robusto e a sua padronização e literatura são sustentadas através de um sistema educativo institucional alargado;

5) Em desenvolvimento: a língua tem um uso robusto e a sua literatura, usufruída apenas por alguns, encontra-se numa fase de padronização, não sendo ainda sustentável;

6a) Robusta: a língua é usada em comunicações presenciais por todas as gerações de forma sustentável;

6b) Ameaçada: a língua é usada em comunicações presenciais por todas as gerações mas está a perder utilizadores;

7) Em mudança: a geração em idade fértil usa a língua entre si mas não a transmite à geração seguinte;

8a) Moribunda: os únicos utilizadores ativos da língua são avós ou membros de gerações mais velhas;

8b) Quase extinta: os únicos utilizadores ativos da língua são avós ou membros de gerações mais velhas com poucas ou nenhuma oportunidade para a usar;

¹² Cf. A definição do Ethnologue de “Language Status” em www.ethnologue.com/about/language-status e de “Language Development” disponível em www.ethnologue.com/language-development.

9) Estagnada: a língua é uma evocação a um património identitário partilhado por uma comunidade étnica e o seu uso tem uma proficiência apenas simbólica;

10) Extinta: a língua já não é usada e ninguém retém um senso de identidade étnica associado à mesma.

É ainda sugerido o conceito operativo de “língua institucional” (que preenche os critérios das primeiras quatro categorias acima mencionadas), um termo encontrado para designar uma língua que não é necessariamente oficial, mas é falada fora do contexto familiar e comunitário a um nível internacional, e/ou nacional, e/ou regional, e/ou de comunicação alargada, e/ou educacional.

No quadro seguinte apresentamos os valores disponíveis para o número de falantes de língua portuguesa e o número de falantes de outras línguas nacionais mais faladas nos países de língua oficial portuguesa. A leitura destes valores permitir-nos avaliar até que ponto o português é a língua mais utilizada nestes territórios. Como é possível constatar, os registos não são completamente análogos e correspondem a anos diferentes.

Quadro 15

Diversidade linguística nos países de língua oficial portuguesa

Países	População	Língua portuguesa	Outras línguas nacionais mais usadas
Angola	25,831,000 (2016)	14,630,000 (2010)	Umbundu
		LP1: 9,750,000 (2014)	6,000,000 (2012)
Brasil	204,260,000 (2015)	194,000,000 (2015)	Tikúna
			32,600 (1998)
Cabo Verde	527,000 (2016)	s/d ¹³	Kabuverdianu
			492,000 (2010)
Guiné-Bissau	1,759,000 (2016)	5,110 (2014)	Kriol
			839,000 (2016)
Moçambique	27,200,000 (2016)	7,880,000	Makhuwa
		LP1: 1,580,000 (2014)	3,170,000 (2014)

¹³ O Ethnologue não tem registo do número de falantes de língua portuguesa em Cabo-Verde, onde existe uma situação de bilinguismo e de diglossia (português e kabuverdiano).

LP2: 6,300,000			
Portugal	10,427,000 (2016)	10,000,000 (2012)	Língua Gestual Portuguesa 52,000 (2014)
São Tomé e Príncipe	200,000 (2016)	2,580 (1993)	Santome 68,800 (2015)
Timor-Leste	1,202,000 (2014)	600 (2010)	Tétum Praça 385,000 (2009)

Fonte: Ethnologue (www.ethnologue.com)

Assim, segundo o Ethnologue, existem 41 línguas em Angola (uma, o kwadi, está extinta); destas, 35 são nativas, 6 são institucionais, 18 estão em desenvolvimento, 13 são robustas e 3 estão ameaçadas. O português é a língua mais difundida no país, falada por 60% de angolanos (mas apenas por 40% como primeira língua), usada maioritariamente pelas gerações mais novas nos centros urbanos. As principais línguas nacionais são o umbundo, língua materna de 26% da população (Benguela, Huambo, Bié e Huíla), o quimbundo, língua materna de 20% dos angolanos (nas províncias de Lunda, Malange, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Bengo), o quicongo (Uíge e Zaire), o otchicuanyama (Cunene), o kôkwe (Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico) e o nganguela (Cuanda Cubango).

Já o Brasil é um dos países com maior diversidade linguística do mundo. São listadas 237 línguas, 21 das quais estão extintas, 201 são nativas, 6 são usadas a nível institucional, 31 estão em desenvolvimento, 26 têm um uso robusto, 56 estão ameaçadas e 97 encontram-se em vias de extinção. O português é falado pela maioria da população (194 milhões de indivíduos) mas, além das línguas indígenas, o património linguístico brasileiro inclui ainda línguas de imigração (alemão, italiano, japonês, espanhol, holandês), de comunidades afro-brasileiras, línguas crioulas e de sinais. Segundo o último levantamento censitário feito no território (Censos de 2010, que contabilizou 274 línguas indígenas, excluindo as originárias de outros países), dos 786,7 mil indígenas de 5 anos ou mais de idade, 293,9 mil (37,4%) falavam uma língua indígena, 57,3% dentro das terras e 12,7% fora delas. O português é falado por 605,2 mil (76,9%) e por praticamente todos os indígenas fora das terras (96,5%), criando, nestes casos, situações de bilinguismo¹⁴.

¹⁴ Os resultados do Censo 2010 no Brasil relativo às populações e línguas indígenas pode ser consultado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias->

Para Cabo-Verde o Ethnologue não disponibiliza informações sobre o número de falantes de língua portuguesa, referindo apenas que existem poucos LP1 utilizadores (a maioria portugueses ou brasileiros monolíngues que vivem em centros urbanos). São listadas apenas duas línguas, ambas com estatuto institucional: o português (língua oficial, usada por órgãos governativos e na comunicação social) e o kabuverdianu (língua nativa, crioulo de base lexical portuguesa mais utilizado pela população). Cada ilha tem as suas especificidades linguísticas, mas Cunha e Cintra (2013:28) identificam as duas variantes com mais vitalidade: a do Barlavento (nas ilhas de Boavista, São Nicolau, São Vicente e Santo Antão) e a do Sotavento (em Santiago, Maio, Fogo e Brava). Esta diversidade dialetal constitui um dos entraves à padronização da língua. A maioria dos indivíduos tem o primeiro contato com a língua portuguesa quando ingressa na escola, constituindo-se, assim, como língua de veículo de educação, mas essa é uma situação que está a mudar com a aprovação da resolução governativa “Estratégias de Afirmação e Valorização da Língua Cabo-Verdiana” que introduz o crioulo como língua de aprendizagem no sistema do ensino e o português como língua segunda ou língua-não materna¹⁵.

No pequeno território da Guiné-Bissau estão listadas não menos do que 23 línguas, 18 das quais são nativas, 1 é institucional, 8 estão em desenvolvimento, 9 são robustas, 3 estão ameaçadas e 2 estão em vias de extinção. O kriol, de base portuguesa, é a língua *de facto* usada por cerca de metade da população guineense (839 mil falantes em 2016) e encontra-se em fase de desenvolvimento. O português, apesar de língua oficial, é falado por apenas 5,110 indivíduos (2014) e a sua maior zona de influência corresponde ao espaço geográfico conhecido como "a praça", no centro da capital, Bissau. Como referem Lopes da Silva e Jorge Sampa:

“O país tem mais de 20 grupos étnicos (...) e cada um tem a sua própria língua, o que torna a Guiné-Bissau um país pluricultural, com grande diversidade étnica e linguística (...). Além das línguas étnicas, há também no cenário linguístico da Guiné-Bissau a língua crioula que é falada por mais de 90,4% da população guineense, de todos os grupos étnicos em diferentes faixas etárias, mesmo não sendo ainda considerada pelas autoridades do país

[censo?idnoticia=2194&view=noticia](#)

¹⁵ “Português passa a ser ensinado como língua não-materna a partir do próximo ano letivo”, publicado em Expresso das Ilhas em 7 de dezembro de 2016.

como uma língua oficial da Guiné-Bissau (...). Basta ver as estatísticas para descobrir que o crioulo é usado para quebrar as barreiras existentes no que diz respeito às várias línguas étnicas que existem no país, como também nas trocas comerciais, nos meios de comunicação social (rádio), nos três poderes do estado (executivo, legislativo e judiciário) e, principalmente, nos debates e discussões que decorrem na Assembleia Nacional Popular (...). Em função desses elementos, é possível evidenciar a língua crioula como uma língua franca, por ser falada por quase toda a população guineense, pois mesmo as pessoas que não a usam no dia-a-dia, de alguma forma, sabem-na falar” (2017: 229 e 230).

No caso de Moçambique, não foi possível averiguar o ano a que se refere o número de falantes de LP no Ethnologue mas essa informação está disponível relativamente aos números de LP1 e LP2 (1,580 milhões e 6,300 milhões respetivamente), ou seja, o português é falado maioritariamente como segunda língua e a língua materna mais falada no território é a makhuwa, por 3,170 milhões de indivíduos. Ao todo, encontram-se registadas 43 línguas, 41 das quais são nativas, 2 são institucionais, 24 estão em desenvolvimento e 17 têm atualmente um uso robusto. Segundo informações contidas num relatório elaborado para o Banco Mundial e o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique¹⁶:

“Há uma variedade de línguas faladas por todo o Moçambique. O português é a única língua que é falada na maior parte do país e por quase toda a gente nos principais centros urbanos. Contudo, é a primeira língua para apenas uma percentagem relativamente pequena de moçambicanos. A capacidade de falar português varia entre menos de 20 por cento da população em algumas áreas rurais e mais de 60 por cento nos principais centros urbanos. A capacidade de falar português também está grandemente associada com a idade e género. A maioria dos homens com menos de 55 anos fala português (mais de 60 por cento); já nas mulheres essa capacidade depende em grande medida da idade. Por exemplo, 63 por cento das mulheres com idade entre os 11 e 15 anos falam português, comparativamente a 36 por cento com idade entre 31 e 35 anos e 17 por cento com idade compreendida entre 51 e 55 anos”.

O facto de a grande maioria dos moçambicanos ser multilingue está refletida na atual política educativa do país que, desde 2003, introduziu o ensino bilingue (uso da língua

¹⁶ “Moçambique Outrora e Agora: Um Atlas de Estatísticas Socioeconómicas, 1997-2007”, publicado em 2012, pág. 8.

portuguesa, a oficial, e autóctones) como “forma de melhorar a qualidade de ensino nacional”¹⁷. O reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Orlando Quilambo, afirmou igualmente a necessidade de o país desenvolver o multilinguismo “sob risco de ao perder línguas maternas, se perder uma parte da cultura”¹⁸ e, nesse sentido, foram criados em 2017 novos cursos de mestrado na Faculdade de Letras e Ciências Sociais desta universidade: um em Bilinguismo e Educação Bilingue e outro em Ensino de Português Língua Segunda¹⁹.

Em São Tomé e Príncipe o Ethnologue regista 4 línguas, 3 das quais nativas. Destas, 1 é institucional (português), outra tem um uso robusto (angolar), 1 está ameaçada (santome, ou forro, nativa na Ilha de São Tomé) e outra está em riscos de extinção (principense, ou lung’lé, nativa na Ilha do Príncipe). Segundo estes dados, a língua portuguesa é falada por apenas 2,580 pessoas e o santome, um crioulo de base portuguesa, é a mais falada no país (por 68 mil pessoas) e, ao mesmo tempo, uma das que corre o risco de desaparecer. É curioso cruzar estas informações com as de outras fontes como, por exemplo, os resultados do último recenseamento geral da população levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, que refere²⁰:

“As principais línguas faladas em São Tomé e Príncipe são o português (98,4%) e o fôrro (36,2%) e as línguas menos faladas são o inglês (cerca de 5%) e o lung’lé (cerca de 1%). Depois seguem-se as línguas intermédias que são: o cabo-verdiano, o francês e o angolar, faladas por 8,5%, 6,8% e 6,6% respetivamente.”

Na mesma linha, o estudo “As línguas de São Tomé e Príncipe” chega à conclusão que o país “vive atualmente uma situação de multilinguismo” e que, segundo os censos de 1991 e 2001, o português é a língua mais falada pela população (99,8% e 98,9%, respetivamente), seguida pelo santome (73,5% e 72,4%), ressalvando que “os censos não explicitam se estas

¹⁷ Cf. “Ensino bilingue cria expectativas num país habituado ao português”, artigo publicado em 17 de setembro de 2011 no portal Sapo Notícias.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ A notícia da criação dos dois novos cursos de mestrado nesta faculdade, de 15 setembro 2017, pode ser lida no sítio da faculdade em <http://www.flcs.uem.mz/index.php/noticias/66-ha-novos-cursos-de-mestrado-na-flcs>.

²⁰ In “IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012. Características Educacionais da População”, capítulo VII “Línguas faladas e curso superior”, pág. 74, Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

línguas são utilizadas como L1 ou L2 (o que não será fácil de determinar) e qual é o grau de bilinguismo” (Hagemeijer 2009:18). Além destas, o crioulo cabo-verdiano também tem uma forte implantação no território, “sendo a língua dominante em diversas roças e na ilha do Príncipe”. (Hagemeijer 2009:17). Assim, de acordo com este estudo, temos a seguinte realidade linguística:

“O português é a língua mais falada, uma tendência que atualmente parece estar a intensificar-se em detrimento das línguas crioulas autóctones. Se, no passado, o mundo português e o mundo crioulo se encontravam num contexto de diglossia clássica, favorável à manutenção dos crioulos, a independência alterou o rumo dos acontecimentos. A maior mobilidade social, à qual não é alheio o fenómeno da emigração, o acesso generalizado ao ensino e aos meios de comunicação na língua oficial, a ausência de políticas orientadas para as línguas crioulas, assim remetidas à informalidade e à oralidade, são fatores que têm desfavorecido cada vez mais as línguas minoritárias das ilhas.” (Hagemeijer 2009:19)

Como tal, apesar do multilinguismo existente, o português tem vindo a ganhar influência e uma preponderância como língua de prestígio, relativamente às línguas nativas.

Em Timor-Leste, o Ethnologue lista 21 línguas (1 extinta), 19 das quais são nativas, 2 institucionais, 1 em desenvolvimento, 11 têm um uso robusto, 5 estão ameaçadas e 1 está em riscos de extinção. Duas são línguas oficiais, o português e o tétum praça (conhecida ainda como tetun prasa ou tetun dili, língua austronésia com léxico derivado do malaio e do português), mas apenas uma pequena minoria domina a língua portuguesa. O número de 600 falantes de português em Timor-Leste pode não parecer corresponder à realidade linguística do país, mas a verdade é que o uso real da língua portuguesa está remetido apenas a um número reduzido de indivíduos nas zonas urbanas e não existem dados reais e concretos sobre este universo de falantes. Como refere a linguista Hanna Batoréo²¹, que tem trabalhado no terreno:

²¹ Sobre a situação da língua portuguesa em Timor-Leste ver ainda a entrevista que Hanna Batoréo deu ao jornal “Hoje Macau”, publicada no sítio “Portalíngua” em 23/09/2011, em que refere: “Se consultarmos a Wikipédia, no artigo dedicado às línguas de Timor-Leste, deparamo-nos com a informação de que atualmente cerca de 25% dos timorenses falam português. No entanto, na discussão que se segue encontramos o seguinte comentário: «Atualmente cerca de 25% dos timorenses falam português só nos sonhos de alguns fazedores de relatórios da Cooperação Portuguesa»”.

“Os cinco por cento dos timorenses que utilizam a língua portuguesa (quase) correntemente pertencem predominantemente a uma geração da meia-idade ou mais velha, com importância histórica na formação do Timor independente e, neste momento, responsável pela educação e formação local em língua portuguesa” (Batoréo 2009: 58).

Sabemos, no entanto, que este número aumentou desde a independência do país em 2002, com a oficialização da língua portuguesa e a intensificação do seu ensino no território. Apesar disso, o indonésio e o inglês continuam a ser as línguas de trabalho por excelência e as línguas locais são amplamente usadas no dia-a-dia pelas populações.

Em Portugal, a situação é completamente diferente, estão listadas 9 línguas no Ethnologue, das quais 6 são nativas (português, mirandês, barranquenho, minderico, caló português e língua gestual portuguesa), 2 são institucionais (português e língua gestual portuguesa), 4 estão em desenvolvimento (caló português, língua gestual portuguesa, mirandês e galego), 2 estão ameaçadas (asturiano e barranquenho) e 1 está em vias de extinção (minderico). Não deixa de constituir uma certa estranheza ver aqui incluído o galego e o asturiano – que associamos aos dialetos minhoto, transmontano ou à língua mirandesa – mas ambos são considerados talvez por a fronteira linguística entre Portugal e a Galiza ser bastante permeável e o “mirandês padrão” corresponder aqui ao mirandês e o sendinense ao asturiano. É igualmente interessante ver incluído o caló português, falado por 5 mil indivíduos, a língua de muitos ciganos ibéricos que terá uma base portuguesa e vocabulário proveniente do romani. É, aliás, daqui, que advém a palavra “calão”, com o sentido pejorativo de linguajar chulo e a importação de termos como “baque”, “ralar”, “dica” e “pechincha”²². Da lista constam também o mirandês que, segundo o Ethnologue, é falado por cerca de 10 mil pessoas no nordeste de Portugal, o kabuverdiano (por 63,900 imigrantes e portugueses de origem cabo-verdiana), a língua gestual portuguesa (língua oficial, a par do português e do mirandês, usada por uma comunidade de 52 mil indivíduos), o barranquenho (língua de fronteira falada em Barrancos, no distrito de Beja, objeto de estudo de Leite de Vasconcelos que lhe dedicou um livro de filologia) e o minderico (falado por na zona da Serra de Aire e Candeeiros). Nenhuma destas línguas concorre diretamente com a língua portuguesa que conta com 10 milhões de falantes, segundo dados de 2012.

²² Segundo informações da página em inglês da Wikipédia relativa à língua caló.

Ao analisarmos a conjuntura linguística dos países de língua oficial portuguesa verificamos uma enorme heterogeneidade e diversidade ao nível das línguas usadas *de facto*. Cabo Verde é o único país bilingue, os restantes são estruturalmente multilingues, excetuando Portugal, que apresenta o panorama linguístico mais uniforme. Tirando Portugal, Brasil e São Tomé e Príncipe, o português é a língua materna de uma pequena fatia da população, oriunda de centros urbanos e detentora do poder político, económico e cultural. Na Guiné-Bissau e em Timor-Leste a difusão do português é quase residual e as línguas mais difundidas são crioulas.

2.3. Pressões linguísticas internas e externas

Após a revolução portuguesa de 1974 e os processos de descolonização, os países africanos adotaram o português como língua oficial essencialmente pelas razões aqui enumeradas por Macaringue:

“a) impossibilidade de unificar a diversidade linguístico-cultural a partir de uma língua autóctone; b) tentativa de unificar na diversidade, contornando possíveis levantamentos intra- e inter-étnicos de insubordinação e que atentassem contra a soberania e a consolidação do Estado-Nação em caso de escolha de uma língua autóctone como língua oficial; c) inexistência de línguas autóctones mais representativas à escala nacional; d) incapacidade do Estado Nacional vencer a ideologia neocolonialista” (2017: 59).

Desta forma criou-se um cenário onde a língua portuguesa convive com outras línguas num ambiente linguístico bastante complexo, com pressões linguísticas dentro dos próprios países e em que, muitas vezes, as línguas são concorrentes entre si.

Antes de nos debruçarmos sobre as tensões linguísticas internas e externas nos países de língua oficial portuguesa convém clarificar e distinguir conceitos como “plurilinguismo”, “multilinguismo”, “bilinguismo” e “monolingüismo”. Segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas do Conselho da Europa, “plurilinguismo” diz respeito ao repertório linguístico de um indivíduo, à sua competência de falar duas (“bilinguismo”) ou mais línguas e à sua capacidade de alternar o discurso entre elas de acordo com as circunstâncias sociais, opondo-se, assim, ao “monolingüismo”. O “multilinguismo”, por seu lado, está relacionado

com a existência de várias línguas num dado território e com o seu uso paralelo nessa sociedade (onde existem indivíduos monolíngues ou plurilíngues)²³.

Como acabámos de verificar, nestes países existe um plurilinguismo generalizado que se reflete em multilinguismos, bilinguismos ou mesmo situações de completa diglossia (coexistência de duas línguas com usos alternados, consoante a situação comunicativa), como é o caso do kabuverdianu e do português. Em muitos casos, a língua portuguesa é oficialmente usada nos meios de comunicação, na escolarização e na administração do estado, mas é ultrapassada pelo uso generalizado de línguas nativas em situações informais de comunicação e na oralidade do dia-a-dia.

Em termos de difusão das línguas autóctones, estes países têm-se mantido essencialmente exoglóssicos, isto é, continuam a promover uma língua que não é nativa em detrimento das suas línguas nacionais, regionais e locais. No que diz respeito ao ensino, têm seguido quatro opções distintas em diferentes períodos e partes do território: 1) ensino monolíngue do português (durante o período colonial e no presente, por razões diferentes); 2) ensino monolíngue de uma língua tendo como referência uma outra; 3) ensino monolíngue de uma língua nativa; 4) e ensino bilingue, procurando um equilíbrio das duas línguas nas suas funções pedagógicas e comunicacionais. De momento, parecem não estar implementadas ainda metodologias nacionais de ensino bilingue em todos estes países africanos, mas esta será a opção preferencial e a tendência a adotar no futuro, segundo as propostas e reflexões de profissionais e investigadores nesta área²⁴. Neste contexto, surge também a questão de saber qual a variante de português a adotar e a regra, até agora, tem sido a adoção do português europeu (Martinho, 1994: 84-85).

²³ Cf. A diferença entre plurilinguismo e multilinguismo no texto “Education and Languages, Language Policy” do Conselho da Europa publicado em https://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Division_EN.asp.

²⁴ O linguista moçambicano Armando Jorge Lopes recomenda um modelo de “bilinguismo inicial” para as escolas de Moçambique: “Sugiro que a mudança para o ensino exclusivo através do português L2 ocorra na 4ª classe: antes da 4ª classe, o professor e as crianças devem utilizar tanto a língua bantu como o português como línguas de ensino em todas as disciplinas. A avaliação periódica e os testes devem permitir que os alunos utilizem a sua língua materna ou qualquer língua (língua bantu ou língua portuguesa) em que se sintam mais à vontade. Contudo, só será permitida a utilização do português para a avaliação e testagem do português como disciplina e apenas a língua bantu para o caso da língua bantu como disciplina” (Lopes, 1997: 32 e 33).

Em Cabo Verde, onde existe uma forte diglossia entre a língua oficial e a língua nacional, tem-se vindo a assistir à padronização do kabuverdianu e são notórios os esforços institucionais para que passe a língua oficial. O contributo do linguista e ex-Ministro da Cultura Manuel Veiga tem sido no sentido de normatizar o crioulo, apesar das diferenças das variantes faladas no arquipélago. Embora o kabuverdianu tenha alfabeto, instituído oficialmente em janeiro de 2009, dez anos após a introdução do ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo), a uniformização da escrita tem sido um dos fatores da falta de consenso (Veiga, 2015: 184).

Em Moçambique, o reconhecimento da necessidade de estudar e sistematizar as línguas africanas bantu iniciou-se em 1989, com um trabalho que visa proceder à fixação ortográfica de treze línguas, após uma recolha linguística realizado pela Universidade Eduardo Mondlane e um estudo da autoria de Graça Machel sobre a política linguística no território (Vilela, 2001: 38). Como já foi referido, o ensino bilingue está também a ser introduzido no sistema educativo desde 2003.

Em Angola, o Instituto de Línguas Nacionais (ILN) é o órgão responsável pelo estudo científico das línguas nativas faladas no território bem como pela transmissão da tradição oral das mesmas. Está em curso uma proposta de descrição e fixação fonológica de algumas línguas autóctones de origem banta (Kukanda 2000: 112) e a aprovação dos alfabetos das línguas kicongo, kimbundo, tchócue, umbundu, mbunda e oxicuanhama e as respetivas regras de transcrição (Ndombele 2017: 80). No que diz respeito à educação, só a partir de 2006 foi implementada a aprendizagem de línguas nacionais no sistema de ensino, ainda que de uma “forma tímida e regional” (*ibid*) e “sem obrigatoriedade” (*ibid*: 82).

Em São Tomé e Príncipe, só a partir do início deste século é que as línguas nacionais foram alvo de tentativas de normalização ortográfica. Assim, em 2010 foi apresentado o “Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe” (ALUSTP) relativo às línguas santome, angolar e lung’le (Agostinho e Bandeira 2017: 207). O lung’le, a menos falada das três línguas, é a única que faz parte do currículo escolar, sendo ensinada nas escolas da Ilha do Príncipe por iniciativa do governo regional desde 2009 (*ibid*: 215). Uma das razões para a sua promoção pode estar relacionada com o facto de haver mais falantes de kabuverdianu nesta ilha do que de lung’le (*ibid*: 212). No entanto, “não há professores treinados para lecionar a língua, nem material didático. Os professores são os principenses

mais idosos, que ainda têm conhecimento ativo da língua” (*ibid*: 215). Com o ALUSTP, que se encontra em período experimental até 2018, pretende-se que todas as línguas nativas passem a ter a mesma grafia, no entanto, apesar da sua implementação, “o acordo ortográfico continua desconhecido pela maioria, inclusive para os professores” (*ibid*: 216).

Na Guiné-Bissau, um país com cerca de 1 milhão e 800 mil habitantes, a língua portuguesa é falada por apenas 5,110 indivíduos (segundo dados do Ethnologue) oriundos na sua grande maioria da capital e não figura na letra da Constituição como a língua oficial do país nem é usada nos trabalhos parlamentares nem no poder judiciário (Silva 2017: 232). O kriol é o principal meio de comunicação entre os guineenses, usado no dia-a-dia por 839 mil indivíduos apesar de não haver ainda uma normalização ortográfica, não obstante a existência de alguns dicionários e livros escritos nesta língua patrocinados por entidades particulares, organizações não-governamentais e instituições religiosas – “as igrejas evangélicas são as pioneiras na elaboração de dicionários do crioulo, como também na tradução desses para as línguas étnicas e na dobragem de filmes cristãos” (*ibid*: 234). O português está reservado para o ensino e para os meios de comunicação, principalmente os jornais impressos e a televisão porque “nas rádios o crioulo predomina” (*ibid*: 242). Assim, de forma paradoxal, a instrução é feita em português mas esse contato não parece ser suficiente para os alunos se familiarizarem com a língua: “falam a língua durante as aulas, (...) em média 20 horas por semana, de segunda a sexta-feira. O resto é preenchido com a língua crioula e, em alguns lugares, pelas línguas étnicas a que pertencem os alunos” (*ibid*: 236 e 237).

A nível interno, além da diversidade de línguas autóctones, juntam-se ainda as línguas resultantes dos antigos contatos com a Europa, como o inglês, o francês (que está a enfraquecer com a tendência para o bilinguismo língua nativa/ francês ou língua nativa/ inglês nos países de língua oficial francesa) e o português que, como acabámos de ver, sofre pressões destas duas línguas, maioritárias no continente africano. Daí que se assista à utilização do inglês em Moçambique e no sul de Angola e ao uso do francês no norte de Angola, em São Tomé e Príncipe e na Guiné Bissau (Kukanda, 2000: 109).

Em termos de pressões linguísticas exteriores, os países africanos que têm o português como língua oficial estão linguisticamente isolados, a nível externo:

“A Guiné-Bissau está rodeada de vizinhos que têm o francês como língua oficial (...). São Tomé e Príncipe está numa zona onde dominam o inglês e o francês. Angola tem quatro vizinhos dos quais os dois ao norte (RDC e Congo) e os dois ao sul e ao leste têm respetivamente o francês e o inglês como línguas oficiais. Quanto a Moçambique, é completamente rodeada por países anglófonos (Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul, Swazilândia)” (Kukanda, 2000: 108).

Timor-Leste, onde convivem mais de vinte línguas (segundo informações do Ethnologue) num pequeno território, é o único estado dos oito membros da CPLP que desde a sua independência, em 2002, adotou duas línguas oficiais – o tétum e o português. Contudo, a variedade linguística deste país não é exceção nesta zona geográfica: “considera-se que a área ocupada pelas ilhas da Malásia e da Indonésia é representativa da maior diversidade linguística do mundo” (Batoréo 2009: 53). Esta abundância de línguas reflete-se também a nível das etnias:

“Um único grupo pode atualmente falar até cinco línguas diferentes (...) e a diversidade pode ser observada a nível da própria família, em que cada um dos pais pode ser falante nativo de uma língua materna diferente, utilizando uma terceira língua – frequentemente o tétum – como língua veicular” (*ibid*).

Esta diversidade linguística também se observa na rotina diária dos timorenses, que estão habituados a viver num ambiente poliglóstico onde cada uma das línguas representa um poder diferente (administrativo, político ou cultural):

“a conta da luz vem em inglês, o formulário para o livrete de carro em tétum, os comunicados do governo em português e a informação policial em indonésio, enquanto a comunicação social utiliza tanto a língua veicular e as línguas oficiais como as do trabalho” (*ibid*: 55).

A ocupação indonésia trouxe para Timor o malaio indonésio (ou bahasa), proibindo ao mesmo tempo o uso da língua portuguesa (*ibid*: 54), motivo pelo qual existe uma geração inteira que a desconhece. Por esta razão, a língua portuguesa é falada por uma geração mais velha escolarizada ainda no sistema colonial português que, por sua vez, a impunha como língua materna enquanto proibia o uso de outros idiomas. O português penetrou no território “pela influência dos comerciantes e da ação missionária”, constituindo um “instrumento administrativo, religioso e cultural” associado à resistência da ocupação de

Jakarta (*ibid*). Além destas e de outros idiomas autóctones, são ainda amplamente usados no território timorense o inglês (proveniente da Austrália) e o malaio (da Indonésia) – ambos reconhecidas pela constituição como línguas de trabalho – e línguas de minorias étnicas “das quais se destaca a comunidade chinesa com o mandarim, o cantonês e o hakka (*ibid*: 55).

No Brasil, o português funciona como uma língua de união num vasto território que conta com mais de 200 línguas registadas. A questão aqui não é tanto da competição, mas de proteção linguística, uma vez que muitas destas línguas se encontram ameaçadas e em riscos de extinção. Nesse sentido, foram decididas medidas de proteção às línguas nativas através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) numa lógica de promoção, valorização e garante dos direitos linguísticos. A criação do “Inventário Nacional da Diversidade Linguística”, instituído em 2010 sob a alçada do Ministério da Cultura, serve de “instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”²⁵, ou seja, das línguas indígenas (nativas) e alóctones (de imigração, herança familiar ou legado cultural). A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o apoio da UNESCO, criou o “Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras” com vista igualmente à preservação deste património linguístico. A integração de algumas destas línguas no sistema educativo é ainda uma medida recente e por enquanto não existe um modelo estruturado que atenda inteiramente às necessidades escolares dos povos indígenas, contudo, há algumas experiências-piloto em curso e esta questão tem vindo a ser regulamentada sucessivamente em revisões constitucionais e nas leis de educação, fazendo agora parte da “pauta política” em defesa dos direitos dos índios, mobilizando recursos de várias instituições²⁶.

Em termos de pressões linguísticas de fora para dentro, sendo o único país que fala português no continente americano, o Brasil sente essas tensões essencialmente em relação

²⁵ Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010.

²⁶ Em 2001 organizou-se o Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação com o tema “Educação escolar indígena” onde se discutiram políticas linguísticas, diversidade cultural, ensino de línguas indígenas, formação de professores e legislação escolar.

aos seus vizinhos hispanofalantes com quem o país mantém relações multilaterais e que fazem parte das mesmas organizações internacionais, como o Mercosul.

Em Portugal, não existem pressões linguísticas internas dignas de nota uma vez que existem apenas três línguas oficiais, dentre elas uma com a função específica de viabilizar a comunicação de surdos (língua gestual portuguesa) e outra de caráter puramente regional (mirandês). A nível externo, convive com as restantes línguas oficiais do espaço da União Europeia, no entanto, se analisarmos a questão do ponto de vista das variantes da língua, o português europeu concorre efetivamente com o português brasileiro, como se pode compreender pelo número de falantes de cada um dos países e pela influência educativa e cultural a nível global que daí advém.

A nível interno, a língua gestual portuguesa é reconhecida como língua oficial desde 1997. A Constituição²⁷ apresenta-a como a língua através da qual se deve desenrolar o ensino-aprendizagem das crianças surdas portuguesas, mas a questão remete apenas para o ensino e não abrange todas as atividades da vida pública e social. Além da lei constitucional, está ainda enquadrada pelo projeto de lei nº 452/IX de 2004 que atribui o “Reconhecimento da língua gestual portuguesa como meio oficial de comunicação e expressão do estado português”. De forma a assegurar as necessidades educativas da comunidade de surdos, foi necessário formar docentes nesta área e atualmente há diversos cursos de língua gestual portuguesa em vários institutos e universidades do país.

A atribuição de estatuto oficial ao mirandês foi feita dois anos mais tarde, em 1999²⁸ como uma medida especial de proteção de uma língua que, se estima, é falada por cerca de 10 mil pessoas no nordeste de Portugal. Os que estudam esta língua – que tem vivido quase exclusivamente na oralidade e à margem do ensino – e se interessam por ela, têm feito um esforço no sentido de estabelecer uma convenção ortográfica, dotando-a de instrumentos que permitem a sua expressão por escrito com um mínimo de variações gráficas. Em 1999 foi estabelecida uma convenção ortográfica, patrocinada pela Câmara Municipal de Miranda do Douro e conduzida por um grupo de linguistas do Centro de Linguística da Universidade de

²⁷ Lei Constitucional nº 1/97, artº 74º, alínea h.

²⁸ Lei nº 7/99.

Lisboa, com vista estabelecer regras claras para escrever, ler e ensinar o mirandês, bem como para estabelecer uma escrita o mais unitária possível. O ensino do mirandês, como opção, nas escolas do concelho de Miranda do Douro, é ministrado desde o ano letivo 1986/87, por autorização do Ministério da Educação.

3. Paradoxos da lusofonia

A história da língua portuguesa passou por vários períodos indissociáveis da história da colonização portuguesa: foi língua de prestígio quando os exploradores portugueses estabeleceram comunicações e trocas comerciais com os povos africanos e asiáticos entre os séculos XV e XVII; foi língua de expansão na construção do império e na dominação de escravos; foi língua franca utilizada entre Portugal, o Brasil, o litoral africano e os portos da Índia e o sudeste asiático; foi ainda língua de veículo e dilatação da fé cristã nestes territórios (Mateus, 2008: 1). Mas podemos perguntar: de prestígio, de expansão e de veículo para quem? Para os portugueses que a impuseram e a procuraram difundir ou para os povos a quem foi prescrita? Como é que uma língua não-nativa pode estar associada a uma identidade cultural? E, paradoxalmente, porque razão os povos a quem ela foi imposta se interessam pela sua difusão e internacionalização?

3.1. Língua e identidade cultural

Durante o extenso período de colonização, Portugal nunca associou à expansão do território uma política de implementação da língua portuguesa (ao contrário do que aconteceu com outras potências coloniais) e a sua difusão ficou maioritariamente a cargo de missionários que a disseminaram sem uma estratégia delineada. O surgimento de diversos crioulos, que misturam o português com as línguas nativas em África, na América e na Ásia, é a prova dessa difusão não-planeada (Silveira 1998: 226). Foi a partir do século XVII, com as diretivas de Marquês de Pombal para que se usasse o português como forma de comunicação com autóctones e escravos no Brasil que a língua portuguesa se sobrepôs às restantes línguas ameríndias e africanas. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro no século XIX intensificou o seu uso, estabeleceu-a como língua nacional e, consequentemente, como língua de subjugação cultural, não só no Brasil, mas em África (Mateus, 2008: 2).

No caso dos países africanos, o ensino da língua portuguesa foi igualmente tardio, tarefa primeiro deixada às missões religiosas e posteriormente a professores de escolas públicas (Castro 1973: 203). Mais tarde, com a independência destes países, a língua portuguesa passou de um estatuto de língua de subjugação cultural para língua de unidade nacional, funcionando como uma “cola” que, pela primeira vez, servia os interesses dos estados emergentes fazendo frente ao multilinguismo e às tribos existentes. O português passa a ser uma opção política com uma estreita ligação à “sobrevivência dos territórios como países independentes” (Mateus, 2008: 3).

O termo *lusófono* deriva do adjetivo *lusitano* (relativo à província romana da Lusitânia onde hoje se situa Portugal) e do verbo grego *foneo* (que significa emitir sons ou falar) e é frequentemente usado para designar os falantes da língua portuguesa, tal como *anglófono* e *francófono* são usados para os falantes de inglês e francês. No entanto, este não é um conceito unânime e subsistem vários equívocos interpretativos por diversas razões, entre elas: pelo facto de a maioria dos falantes de português não serem “lusos” ou originários deste território; por querer abarcar o universo geográfico dos países cuja língua oficial é o português, mas onde a língua não é nativa; por criar a ilusão de que nos países “lusófonos” todos os habitantes falam português; por reconstruir as narrativas do império por via do luso-tropicalismo; e ainda, por ser considerado por muitos como um conceito neocolonial, construído a partir de uma centralidade portuguesa com reminiscências de um passado de dominação política, económica e cultural, nomeadamente de assimilação no campo linguístico. Por estas razões, optamos por não usar o termo “lusófono” para nos referirmos aos países de língua oficial portuguesa sem, no entanto, deixar de notar que o facto de partilharem uma mesma língua os aproxima, apesar das diferenças culturais e das distâncias territoriais. Não existe uma cultura africana, da mesma forma que não existe uma cultura europeia ou americana. A cultura moçambicana está, em muitos aspetos, mais próxima da de países como África do Sul ou Tanzânia, que lhes são vizinhas, do que da angolana, na costa ocidental do continente. Como refere Vilela: “os países africanos de língua oficial portuguesa são, em todos os sentidos, o resultado de muitas diversidades, que vão desde as línguas ao clima, à flora e às chamadas tradições africanas” (2001: 52).

Como é que podemos falar então de uma identidade cultural ligada à língua portuguesa quando existem todas estas diferenças e de que forma é que essa identidade

aconteceu ou foi forjada? Como vimos anteriormente, o modelo do uso da língua nestes países pode ser resumido da seguinte forma:

- 1) uma pequena parte da população usa o português exclusivamente como primeira língua – geralmente as elites políticas, culturais e económicas;
- 2) uma parte maior da população fala uma língua nativa, usando ao mesmo tempo o português como segunda língua;
- 3) uma outra parte é monolíngue e fala uma língua nativa, ou multilíngue, dando preferência a línguas regionais.

Assim, somos confrontados com uma realidade onde os falantes de português que adquiriram um bom domínio da língua tiveram acesso a uma ascensão e mobilidade social que não estaria ao seu alcance se falassem exclusivamente uma língua nativa. Neste sentido, o domínio da língua portuguesa facilitou o acesso ao poder (Lopes 1997: 23) e é, *per si*, um instrumento de poder, como afirma Bourdieu. Muitos intelectuais africanos foram ainda educados em universidades europeias e houve uma certa relutância em rejeitar a língua de aprendizagem após a independência. O sistema escolar foi estabelecido durante o período colonial e será necessário fazer mais do que uma reforma educativa para o adaptar às línguas nativas. É desta forma que o português se estabelece e afirma como língua de conhecimento, de cultura, de estudo, de trabalho, de negócios, de produção científica e tecnológica, usada na internet por milhões de utilizadores em todo o mundo.

Por outro lado, as fronteiras coloniais criaram estados que dividiram grupos étnicos e uniram outros que nada tinham em comum, daí que o receio de tensões entre estes grupos tenha favorecido a manutenção do uso da língua do colonizador. A língua portuguesa, que antes dividiu, foi assim usada para potenciar a unidade política e territorial. Em termos internos, como as línguas competem entre si no mesmo espaço geográfico, foi necessário optar por uma língua oficial que é também de representação política, diplomática e de negócios internacionais. Após a descolonização, a língua foi-se estabelecendo nestes países como denominador comum da ideia de lusofonia, no entanto,

“os estudos pós-coloniais não podem deixar de interrogar o modo como o português modelou a história e a cultura de diferentes povos e se estabeleceu como fator da sua identidade, ou seja, como tempo e espaço que os situa, histórica e culturalmente” nem

podem deixar de projetar a lusofonia como “realidade híbrida, miscigenada, e como construção” (Martins 2016: 30).

Por outras palavras, é inegável que a língua, enquanto processo histórico, é uma das dimensões de pertença identitária, mas não podemos ignorar que “depende não apenas do conhecimento que dela se tem, mas também do reconhecimento que dela se faz” (Martins 2004: 3). E se muitos não a falam nem a escrevem esse processo apenas lhes pode ser imposto e apenas os poderá afetar de modo concomitante, em coexistência com outros processos de formação de identidade baseados noutras línguas que lhes são mais próximas:

“a identidade nacional, produto de dinâmicas que tendem a circunscrever os grupos, pode ser entendida como atos de totalização efetuados pelas instituições (totalização institucional) – por exemplo, a oficialização de uma língua – ou pelos indivíduos (totalização existencial) e, portanto, objetos da crença social” (Martins 2004: 5). Por isso, é fundamental considerar o fenómeno da diversidade linguística: “qualquer reflexão acerca do papel da língua na configuração de uma identidade nacional passa pela análise das condições contextuais da comunidade que a utiliza, uma vez que a língua, ao mesmo tempo em que se refere às atividades sociais é, também, uma prática social” (Martins 2004: 8).

De facto, sabemos que a oficialização pode atribuir legitimidade a uma língua, mas não consegue impor plenamente o seu uso generalizado por toda a população (Bourdieu 1992: 50). Como refere Mia Couto em relação ao caso moçambicano:

“Fala-se hoje mais português em Moçambique do que se falava na altura da Independência. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa do que os quinhentos anos de colonização. Mas não o fez por causa de um projeto chamado lusofonia. Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador. Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade” (2009: 192-193).

Assim, podemos concluir que a lusofonia é uma ideia em construção, com uma essência mais político-administrativa do que cultural, desejada por uns, rejeitada por outros²⁹, mas usada por muitos como “um lugar de não conhecimento e de não

²⁹ A este respeito é interessante ler a polémica em torno da origem e do uso da palavra “lusofonia” entre o português Ivo Castro (que defende que a ideia de um bloco linguístico vem do Brasil e foi apresentada pela

reconhecimento das comunidades desse espaço geocultural transnacional e transcontinental” (Martins 2016: 31), ignorando o plurilinguismo como um dos principais elementos identitários destes povos. Como refere ainda Eduardo Lourenço:

“O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o imaginário da pluralidade e da diferença e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença (...). É natural que seja no espaço da nossa ficção, quero dizer, da portuguesa, que mais fundo se manifeste uma espécie de nostalgia imperial, uma exigência de unidade, ou melhor, de universalidade simbólica, suscetível de nos inventar, em termos novos, aquela Atlântida submersa, ou mesmo perdida, que imaginávamos possuir e habitar nos tempos em que lhe chamávamos o «mundo português». Esse real e mítico mundo que o português teria criado, na famosa expressão de Gilberto Freyre, mas que o meu mestre Sílvio de Lima preferia imaginar com o mundo que criou o português” (2004: 112).

No sentido oposto, a língua suaíli (também conhecida por kiswahili), por exemplo, tomou um rumo radicalmente diferente do das chamadas línguas coloniais. Com origens numa tribo da África oriental, o suaíli é hoje a língua banto com o maior de número de falantes³⁰ e uma das línguas de trabalho da União Africana. Como é que o suaíli passou de uma língua tribal para uma língua continental? Na época colonial, quando os ingleses ocupavam o Quênia e os alemães a Tanzânia, os missionários alemães adotaram o suaíli, mas depararam-se com o problema de a língua ser escrita em árabe. A potência europeia decidiu, então, alterar a escrita para o alfabeto romano e instaurá-la como a língua oficial da Tanzânia. Após a I Guerra Mundial, quando a Alemanha perdeu as colónias, a Grã-Bretanha ocupou este território e, deparando-se com inúmeros dialetos, decidiu padronizar um, o kiunguja, falado em na ilha de Zanzibar (ou Unguja). A partir daí o suaíli expandiu-se, tornando-se na língua

primeira vez em 1902 por Sílvio Romero) e o brasileiro Carlos Alberto Faraco (que afirma que a ideia de lusofonia tem ampla circulação em Portugal e quase nenhuma no Brasil) em “A internacionalização da língua portuguesa”, Ivo Castro, 2010 (pp. 66-69).

³⁰ É língua materna na Tanzânia e no Quênia, falada ainda no Uganda, República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Sudão do Sul, sul da Somália e da Etiópia, Malawi, Zimbabué e no norte de Moçambique, entre outros países.

oficial do então governo colonial e é atualmente, a língua franca e pan-africana por excelência, associada a valores de unidade e liberdade³¹. Este processo de padronização e oficialização da língua foi acontecendo ao mesmo tempo que o processo de identidade se foi formando em realidades distintas, colonial e pós-colonial, mas em ambos os casos, indo sempre de encontro às expectativas das populações de comunicarem numa língua sua, nativa.

3.2. Internacionalização da língua portuguesa

Numa definição ampla a internacionalização de uma língua pode ser entendida como:

“um processo fundamentalmente político (...) e um instrumento de afirmação estratégica que transcende a estrita dimensão da esfera linguística” (Filipe, 2009: 1).

Num sentido mais estrito, a internacionalização da língua portuguesa pode ser definida como:

“um processo de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na arena internacional, enquanto idioma utilizado em países externos à CPLP, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas sem deixar de abranger outras utilizações que podem garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de comunicação e cultura: ciência, internet, tradução e interpretação, negócios, artes, meios de difusão de massas” (2009: 2).

Sabemos que a língua é ao mesmo tempo um legado patrimonial, um reflexo de crenças e valores societários e um repositório de memórias e de referências culturais que os povos reconhecem como parte da sua história e da sua identidade. A nível político pode funcionar como um fator de união administrativa interna e de demarcação externa. No entanto, como acabámos de ver, o conceito de lusofonia é uma construção que assenta numa falsa hegemonia do português falado e escrito nos países de língua oficial portuguesa, no não-reconhecimento do multilinguismo existente e numa comunidade imaginada que partilha a mesma identidade cultural baseada numa só língua. É natural, por isso, que os estados que

³¹ Sobre a ascensão global do suaíli vale a pena ouvir o relato “How the Swahili language took hold across Africa, and beyond” do *podcast* “The World in Words” narrado por Daniel A. Gross de 22 novembro de 2016, disponível em <https://www.pri.org/node/155891> acedido em novembro de 2017.

fazem parte desta “comunidade” (CPLP) apresentem uma relutância em adotar o termo “lusofonia” (tirando Portugal), e não sejam os mais entusiastas na sua difusão internacional.

Se a internacionalização implica uma estreita articulação da língua e da cultura, esta deve ser entendida na sua pluralidade, enquanto instância de afirmação dos valores das várias identidades nacionais. Daí a importância que as diversidades linguísticas e culturais assumem numa estratégia de promoção e difusão internacional. Portugal, através do Instituto Camões, principalmente nos últimos anos, tem investido neste objetivo e uma das linhas orientadoras da CPLP é, precisamente “a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”³², cujo objetivo é, entre outros, o de difundir a língua em instituições internacionais³³. No entanto, fora da CPLP, esta estratégia não tem sido adotada de forma unilateral pelos restantes países, pelas razões que já descrevemos. O Brasil, com o maior número de falantes, tem sido a exceção e é, a par de Portugal, um dos principais interessados e impulsionadores da ideia de internacionalização da língua, um interesse que despertou ao mesmo tempo que emergiu como potência económica regional e internacional e se substancializou em decisões políticas de estabelecer relações culturais e económicas não só com países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola e Moçambique, mas com o resto do mundo.

Daí que tenha intensificado o ensino de português no estrangeiro, nas últimas décadas, através da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (gerida pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores e formada por Centros Culturais do Brasil, Institutos Culturais bilaterais e Lectorados brasileiros) e criado um Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), à semelhança do realizado pelo Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (CAPLE) português. O já antigo projeto de criação de um Instituto Machado de Assis (análogo ao Instituto Camões português) continua em cima da mesa, num processo cheio de impasses, mas ao ser concretizado tudo indica que será tutelado pelo Ministério da Educação³⁴.

³² Artigo 3º dos Estatutos da CPLP.

³³ Artigo 9º dos Estatutos da CPLP.

³⁴ Nos termos da Portaria N° 4.056 de 29 de novembro de 2005 do Ministério da Educação que institui a “Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa –

Atendendo a este cenário de internacionalização da língua através de uma estratégia unilateral, quer por parte de Portugal quer do Brasil, e multilateral por parte da CPLP (sem a participação ativa dos restantes membros), não podemos antever um resultado que não seja o de uma certa competição entre a variante portuguesa e a variante brasileira, não só a nível da ortografia, mas em termos de planeamento e gestão destas políticas. Tendo em conta o alargado espaço que hoje ocupa, o centro da língua portuguesa não é claro e não parece haver resposta para a pergunta sobre como se gere e quem gere a negociação de poderes neste processo.

4. Política da língua

Segundo Mira Mateus, a política da língua é “um conjunto de ações definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e coletivo dos cidadãos que utilizam a língua (...) devendo, ainda, suscitar a aceitação da variação que exibem todas as línguas, variação que se aceita como diversidade, mas não como prova de inferioridade ou superioridade” (2009: 2-3). Por política da língua entendemos, portanto, o conjunto de decisões implementadas por agentes políticos e sociais, com autoridade e legitimidade para tal, tendo como objetivo intervir nas linhas orientadoras de uso linguístico de uma determinada comunidade humana.

Quais são as motivações que levam ao desenho e à implementação de uma política da língua? Para Cobarrubias, são quatro os fatores que determinam estas escolhas: assimilação linguística, pluralismo linguístico, vernaculização e internacionalização do idioma (1983: 63). Com a assimilação linguística pretende-se que todos os falantes de línguas minoritárias passem a falar e a funcionar na língua dominante. O pluralismo linguístico visa atribuir um estatuto equiparado às várias línguas coexistentes, assim como autonomia na persecução de direitos linguísticos igualitários a essas comunidades. A vernaculização diz respeito à vontade

COLIP” constituída por 19 membros, entre os quais um representante do Ministério das Relações Exteriores e um do Ministério da Cultura, que assume, entre outras atividades, a estruturação do “projeto de criação do Instituto Machado de Assis, nos termos da Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade de Porto em 13 de outubro de 2005.

de revitalizar e reelaborar as línguas nativas, restaurando de alguma forma o seu estatuto de língua oficial. A internacionalização tem em vista a adoção de uma língua não-nativa para um uso mais amplo, seja como língua oficial, como meio de comunicação alargado ou para propósitos educacionais, políticos ou de natureza comercial, por exemplo. Tendo em vista estes fatores, vamos analisar algumas das políticas da língua adotadas por países europeus ex-detentores de colónias, incluindo Portugal, e ainda ver como podem afetar a planificação linguística e se podem materializar na planificação de uma política da língua portuguesa.

4.1. Políticas da língua europeias adotadas em contextos pós-coloniais

De seguida traçamos em linhas gerais um panorama de gestão das principais línguas europeias ex-coloniais, fazendo uma breve comparação entre o português, francês, alemão, espanhol e inglês no que diz respeito à centralização ou descentralização do estado em relação às estratégias de promoção da língua e cultura, fazendo ainda referência às principais diretivas linguísticas internas de cada país.

4.1.1. Norma descentralizada da língua portuguesa

A língua portuguesa tem uma ampla distribuição geográfica na Europa, na América do Sul, em África e na Ásia, sendo a língua oficial de 9 países. Em Portugal existem três línguas oficiais (o português, a língua gestual portuguesa e o mirandês)³⁵ e o Instituto Camões é a instituição pública com a missão de difundir o conhecimento da língua e da cultura, tendo por objetivos:

“propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução

³⁵ Dos 25 países membros do Conselho da Europa, Portugal foi um dos 14 países que não assinou nem ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, um dos mais relevantes textos sobre legislação no domínio da política da língua, adotado em 1992 para promover e proteger as línguas regionais e minoritárias históricas da Europa (como o catalão, o curdo, o romani ou o galês, por exemplo), bem como as línguas sem território e as línguas oficiais menos utilizadas. Sobre este assunto, ver artigo no jornal Público “Defensores do mirandês exigem assinatura da Carta Europeia de Línguas Minoritárias” no jornal Público de 22 de novembro de 2014 disponível em <https://www.publico.pt/2014/11/22/culturaipsilon/noticia/defensores-do-mirandes-exigem-assinatura-da-carta-europeia-de-linguas-minoritarias-1677128/amp>

daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário”³⁶.

A história do Instituto Camões tem início com a Junta de Educação Nacional, criada em 1929 como órgão do Ministério da Instrução Pública, que passa a coordenar os leitorados e o ensino de português no estrangeiro, sucedida pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952). Este é depois reorganizado, tornando-se autónomo da Junta Nacional de Educação, passando a designar-se Instituto de Alta Cultura (1952-1976). Segue-se o Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1980) e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-1992), que surge integrado no Ministério da Educação e Ciência. O Instituto Camões é criado em 1992 ainda no âmbito deste ministério passando a ser subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1994 (Rollo 2012: 396-431). A designação Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. é adotada a partir de 2012, com a fusão com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a aprovação dos novos estatutos de instituto público, que o estabelece como “o organismo da Administração Pública portuguesa responsável pela supervisão, direção e coordenação da cooperação para o desenvolvimento, cabendo-lhe a condução dessa política pública e pela política de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”³⁷.

Desde 2012, com o novo estatuto, o Instituto Camões viu as suas competências alargadas, nomeadamente na área da cooperação, das relações internacionais e da diplomacia cultural, com a coordenação de esforços entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura. Nos últimos anos, verificou-se um número superior de centros e institutos de cultura sediados no estrangeiro (e não apenas nos países de língua oficial portuguesa, refletindo-se no aumento do volume de certificações em língua portuguesa) o que, de alguma forma, contraria de forma positiva as linhas orientadoras do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para 2014-2020 (CECP), onde toda a cooperação portuguesa surge, exclusivamente, destinada a Angola, Cabo Verde, Guiné-

³⁶ Artigo 3º nº1 do Decreto-Lei n.º 21/2012 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³⁷ *Ibid.*

Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste³⁸. Verificou-se igualmente um investimento no número de leitores e professores em escolas e universidades estrangeiras, no apoio à tradução e edição de literatura portuguesa para outras línguas, no apoio a atividades culturais, e na concessão de bolsas a alunos estrangeiros para estudarem em Portugal (Rollo 2012: 369-392)

Quando nos anos 80 pós-revolucionários se falava em PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), passou-se depois a falar em CPLP, englobando o Brasil e, posteriormente, Timor-Leste e Guiné-Equatorial. Criada em 1996 num contexto pós-colonial como “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação”³⁹ entre os países de língua oficial portuguesa, e com responsabilidades de difusão da língua comum, é formalmente orientada por documentos de enquadramento de políticas multilaterais, nomeadamente pelo Plano de Ação de Brasília (PAB), de 2010, e pelo Plano de Ação de Lisboa (PALis), de 2013. Em relação ao PAB, o documento recomenda a cooperação multilateral e o ensino da norma nacional de português de cada país, preconizando ainda a integração das línguas maternas no currículo escolar através da educação bilingue. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa⁴⁰ ficou com a tarefa de criar uma plataforma digital comum de recursos didáticos para a aprendizagem de português como língua não materna⁴¹ e de produzir o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa⁴² nas oito ortografias nacionais. O PALis reitera grande parte das estratégias delineadas no PAB, inclui outras (como, por exemplo, o ensino do português para fins específicos e o incentivo à tradução para português de obras científicas), mas deixa cair por terra o vocabulário ortográfico comum. Como nota Feytor Pinto:

³⁸ Cf. o documento “Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para 2014-2020 (CECP)” do Governo de Portugal que traça as linhas gerais da política de cooperação para estes seis anos disponível no sítio do Instituto Camões em http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf acedido em novembro de 2017.

³⁹ Apresentação da CPLP na página <https://www.cplp.org> (sítio acedido em novembro de 2017).

⁴⁰ <http://iilp.cplp.org/> (sítio acedido em novembro de 2017).

⁴¹ Nesse sentido, foi criado o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna, disponível em <http://www.ppple.org> (sítio acedido em novembro de 2017).

⁴² O sítio pode ser consultado em <http://voc.cplp.org> (acedido em novembro de 2017).

“os documentos da CPLP assentam num pressuposto que é ignorado pelo legislador português: a diversidade linguística dos países parceiros da cooperação para o desenvolvimento. Enquanto nos documentos portugueses a língua portuguesa é uma e é a única língua referida, nos documentos da CPLP recomenda-se a adoção das normas nacionais do português e a introdução das línguas autóctones nos sistemas educativos, através da educação bilingue. Ou seja, Portugal subscreve uma política linguística ambivalente. Internamente, a promoção do português em contexto de cooperação para o desenvolvimento destina-se a países lusófonos monolíngues (que não existem). No exterior, reconhece-se que esses países são multilíngues e defende-se aproximação entre a língua de casa e a língua da escola”. (2014: 31-32).

Estamos, portanto, na presença de uma norma descentralizada, não apenas pela distribuição da gestão da língua entre o Instituto Camões e a CPLP com diretivas não-coincidentes e pela existência de duas variantes ortográficas, mas também pela partilha da promoção da língua com o Brasil e com a perda de proficiência em países como Cabo Verde.

4.1.2. Norma centralizada da língua francesa

No caso da língua francesa, a política protecionista da língua é assumida e defendida pela Academia Francesa num texto intitulado “A política linguística atual”⁴³, onde se pode ler:

“Tendo em conta que a competição com o inglês, mesmo na vida quotidiana, representa uma ameaça real ao francês e que as importações anglo-americanas no nosso léxico se tornaram demasiado grandes, as autoridades governamentais foram incumbidas, há cerca de trinta anos, de complementar o dispositivo tradicional de regulação da língua. Em 1972, foram constituídas as comissões ministeriais de terminologia e neologia. Estas comissões encarregam-se de indicar, por vezes até mesmo de criar, os termos franceses que devem ser utilizados para evitar esta ou aquela palavra estrangeira, ou para designar um novo conceito ou um novo objeto ainda sem nome. Estes termos impõem-se, por conseguinte à administração. Deixamos de dizer *tie-break* mas *jeu décisif*, *baladeur* substitui *walkman*, *logiciel* substitui-se a *software*, etc. Em 1975, a chamada lei “Bas-Lauriol” torna o uso obrigatório do francês em diversos domínios, tais como no

⁴³ O texto integral está disponível no sítio da Academia Francesa em <http://www.academie-francaise.fr/la-langue-francaise/le-francais-aujourd'hui>

audiovisual, no comércio (publicidade, manuais, notas fiscais, etc.) e no mundo do trabalho. Durante os anos noventa, é implementado um pacote legislativo mais coerente e abrangente. Em 25 de junho de 1992 é adicionada uma nova alínea ao artigo nº 2 da Constituição: *A língua da República é o francês*. Com base neste princípio, a lei de 4 de agosto de 1994, chamada "Lei Toubon" amplia as disposições da lei de 1975. O decreto de 3 julho de 1996 estabelece um novo comité geral de terminologia e neologia que desenvolve o dispositivo de enriquecimento da língua francesa, tornando-se assim indispensável para que os termos recomendados sejam publicados, com as suas definições, no Jornal Oficial. A magistratura moral da Academia é assim confirmada por lei, para grande benefício das instâncias e organismos envolvidos na defesa da língua francesa.”

A França, que apenas assinou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias em 1999⁴⁴, assistiu recentemente a um braço de ferro entre o presidente François Hollande, que prometeu ratificar o documento em janeiro de 2014 durante a sua campanha eleitoral, e o senado, que colocou um entrave à ratificação em outubro de 2015 invocando a anticonstitucionalidade do ato, uma vez que seria necessário rever a constituição que afirma categoricamente que a língua oficial é o francês⁴⁵. Apesar de, na década de noventa, o país ter assistido a uma discussão pública sobre a promoção do multilinguismo, a realidade é que esta ideia nunca foi efetivamente aplicada e, atualmente, a política da língua francesa não só exclui as suas línguas regionais como não presta especial atenção às restantes línguas da União Europeia (Oakes: 2002).

Portanto, a par da “Lei Toubon”, que torna obrigatório o uso do francês em vários domínios da esfera pública, verifica-se ainda que o estado francês não tem sido adepto de adotar medidas de proteção de línguas faladas no seu território como o provençal, o corso, o basco, o bretão, ou o occitano, entre outras. Assim, conclui-se que a principal estratégia da política da língua francesa se tem consubstanciado numa forte rejeição do multilinguismo, e da penetração da língua inglesa, optando pela adoção da ideia de francofonia dentro e fora

⁴⁴ A lista integral dos países que assinaram e/ou ratificaram o tratado pode ser consultada em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/148/signatures>

⁴⁵ Ver notícia sobre a oposição do senado francês à ratificação da Carta em *France Info*, disponível em http://www.francetvinfo.fr/elections/regionales/charte-des-langues-regionales-pourquoi-la-ratification-coince-encore-et-toujours_1147447.html

do seu território, nos países onde o francês é língua oficial. A sua norma é centralizada, com um “protagonismo da ex-potência colonial” marcado por um “estado forte” e um mercado linguístico médio “ajudado pelo estado, que financia a presença da língua com importantes recursos do orçamento público” (Oliveira 2013: 420).

4.1.3. Norma descentralizada da língua alemã

A Alemanha, que assinou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias em 1992 e ratificou o tratado em 1998⁴⁶, também partilha da preocupação relativamente à hegemonia da língua inglesa. O alemão tem uma norma descentralizada e é língua oficial *de facto* na Alemanha e *de jure* na Áustria, na Suíça e no Liechtenstein, sendo ainda co-oficial na Bélgica, no Luxemburgo e na província autónoma de Bolzano (Tirol do Sul, na Itália). Além da Europa, é ainda falado em várias regiões como primeira e segunda língua (em alguns países da América Latina e do continente africano, como a Namíbia e África do Sul). O estado alemão foi criticado internamente pela falta de proteção e promoção da língua na era “post-Wende”, perdendo terreno para o inglês e o francês, mas os governos mais recentes têm implementado medidas concretas com o objetivo de internacionalizar a língua, embora não exista uma política da língua explícita. Os dialetos da língua alemã são cultivados e fomentados a nível local e regional. O “Niederdeutsch” (baixo-alemão, conjunto de línguas que pertence à área dialetal das línguas germânicas ocidentais faladas no norte da Alemanha e no leste dos Países Baixos) tem o estatuto de língua regional, é protegido como tal e financiado pelo governo federal, não só na sua região de origem como nos estados federais (Länder) onde também é falado⁴⁷.

O Goethe-Institut promove a tradução de literatura alemã para outras línguas através do financiamento parcial de traduções e publicações. Nesse sentido, existem bolsas e programas de residências para tradutores que servem os objetivos traçados nas políticas culturais, educativas e de relações internacionais. Em 2007, este instituto organizou o fórum

⁴⁶ Segundo a informação do Conselho da Europa disponível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/148/signatures>

⁴⁷ In “Compendium – Cultural Policies and Trends in Europe”, Conselho da Europa, disponível em <http://www.culturalpolicies.net/web/germany.php?aid=425>

“Die macht der sprache” (“O poder da língua”) onde, entre outros temas, se discutiu a viabilidade e a premência de uma política da língua para o alemão. Uma das questões levantadas foi a de quem deve implementar tal política. As respostas foram diversas, entre sugestões de que a responsabilidade reside na sociedade civil e outras que entendem serem competências do governo. Outras propostas passaram pela promoção da língua alemã dentro do próprio território de forma a estreitar as relações entre alemães e imigrantes que vivem no país. E deveria o alemão ser considerado uma mais-valia cultural, expressa na constituição alemã? Enquanto alguns especialistas apoiaram a ideia, outros advertiram para o risco de marginalização da segunda língua mais falada na Alemanha: o turco⁴⁸.

Em 2006, já a Fundação Humboldt e o serviço de radiodifusão Deutsche Welle haviam discutido o tema com um painel de especialistas reunido em torno da questão “A Alemanha precisa de uma política de língua mais consciente e coerente?” A opinião unânime foi a de que era necessária uma política de promoção a nível nacional e internacional que reforce o uso da língua na investigação científica, nas universidades, nos media, nos negócios e na cultura⁴⁹.

4.1.4. Norma centralizada da língua espanhola

O caso da língua espanhola (ou castelhana) é bastante peculiar, devido às características do regionalismo vivido em Espanha. Durante a ditadura franquista, o castelhano era a única língua oficial reconhecida pelo estado, ignorando as outras línguas faladas nas várias províncias. Com a restauração da democracia, as elites espanholas – muitas delas oriundas dessas províncias – apoiaram uma mudança de paradigma sustentado nas diferenças culturais, étnicas e linguísticas das várias regiões. É neste cenário de coexistência idiomática que o estado espanhol assina a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias em 1992 e ratifica o tratado em 2001⁵⁰. Se olharmos para o mapa linguístico atual em Espanha,

⁴⁸ Os tópicos discutidos neste encontro estão disponíveis na página do Goethe-Institut em <http://www.goethe.de/lhr/prj/mac/spw/en1903077.htm>

⁴⁹ Notícia da organização do encontro disponível na página da Fundação Humboldt em <https://www.humboldt-foundation.de/web/2405.html>

⁵⁰ Informação disponível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/>

verificamos a existência de cinco línguas cooficiais: catalão (Catalunha e Ilhas Baleares), valenciano (Valência), galego (Galiza), basco (País Basco) e o aranês (Vale de Aran). Há ainda outras línguas com o estatuto não-oficial, como o aragonês (Aragão) e o asturo-leonês (Astúrias e Leão). Compreende-se, então, que o principal objetivo da política da língua castelhana seja não só a de a promover a um nível internacional e nas ex-colónias, como também a nível nacional, tendo em conta a diversidade linguística do país. As línguas cooficiais são usadas (ou podem ser usadas) nas comunicações com os governos regionais, os tribunais, a polícia e noutros contextos políticos, culturais e educativos. As instituições oficiais, os parlamentos e os governos regionais emitem (ou devem emitir) comunicados bilingues, o ensino da língua nativa é subsidiado nas escolas e nos canais de rádio e televisão regionais fala-se a língua local. Algumas comunidades autónomas são mais ativas na proteção do seu idioma do que outras e as políticas culturais e linguísticas da Catalunha, do País Basco e da Galiza são mais protecionistas do que nas restantes regiões. Segundos números do Ethnologue, o catalão é falado por 8 milhões e 900 mil pessoas, o galego por 2 milhões e 340 mil pessoas e o basco por 468 mil pessoas. E, de facto, as políticas são tanto mais agressivas em cada uma destas regiões quanto maior for o número de falantes. Para nacionalistas catalães, a fusão dos conceitos de “nação” e de “estado” nunca foi plenamente atingida e os dois não se confundem. Daí que as leis sejam mais explícitas na Catalunha do que na Galiza, por exemplo.

Fora de fronteiras, o espanhol é uma língua central não só pelo número de falantes (é língua oficial em 21 estados, 19 dos quais na América Central e do Sul) mas também devido ao aumento do interesse em aprendê-la como língua estrangeira. A Real Academia Espanhola, responsável pela normatização ortográfica da língua, refere-se mesmo a uma “política pan-hispânica” concertada entre Espanha e os países de língua oficial espanhola⁵¹ e o Instituto Cervantes, sob a tutela do Ministerio de Asuntos Exteriores, tem tido um papel importante na promoção da língua e da cultura. A política da língua espanhola é, portanto, implementada a um nível regional (com a promoção das línguas das comunidades autónomas) e a um nível

[/conventions/treaty/148/signatures](#)

⁵¹ A página da Real Academia Espanhola pode ser consultada em <http://www.rae.es/la-institucion/politica-panhispanica>

central com o castelhano a contribuir para a unificação do território nacional e com um mercado linguístico forte nas ex-colónias através de uma “ação estatal forte em Espanha e fraca no conjunto dos países falantes da língua”, concentrando, assim, “praticamente toda a ação sobre a língua” (Oliveira 2013: 421).

4.1.5. Norma descentralizada da língua inglesa

O inglês, sendo a língua hipercentral, sobre a qual as outras gravitam, não tem atualmente uma política de língua explícita. A Commonwealth é o elo de ligação entre os países que faziam parte do antigo império britânico (à exceção de Moçambique, ex-colónia portuguesa, e do Ruanda, ex-colónia belga) mas a cooperação entre países nesta organização intergovernamental insere-se no plano político, económico e cultural e a ênfase não é dada na “anglofonia”, como nos casos da “francofonia”, “lusofonia” e “comunidade de hispanohablantes”. Assim, cada país adota as suas próprias políticas linguísticas com vista a gerir as comunidades linguísticas dentro do estado, como é o caso do Canadá, da Austrália e da África do Sul. A norma é “descentralizada”, com uma “certa especialização entre os países, sem protagonismo da ex-potência colonial”, sendo ainda “língua de ciência em países que abrem mão da sua própria língua nacional, como é o caso da Holanda ou dos países escandinavos” (Oliveira 2013: 420). No entanto, o facto de não existir uma política da língua para a Commonwealth não impede que não sejam adotadas medidas concretas e definidas com vista à promoção da língua e da cultura.

O British Council é uma das principais instituições com a missão de “estabelecer relações culturais e oportunidades educativas”, de “criar conhecimento e entendimento”, de “contribuir positivamente para uma mudança através de oportunidades”, e de “estabelecer ligações e gerar confiança” entre o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) e outros países dentro e fora da Commonwealth⁵². Apesar de ser uma instituição pública de beneficência subsidiada pelo Foreign Office funciona de forma independente do ministério. A sua figura legal é a de um “non-departmental public body” (“organismo público

⁵² Os objetivos do British Council são apresentados no sítio da instituição em <https://www.britishcouncil.org/organisation>

não-ministerial”) e, nesse sentido, os seus estatutos são diferentes dos de outras entidades com missões semelhantes como o Instituto Camões, o Instituto Cervantes, o Institut Français e o Goethe-Institut. Como fica claro da apresentação da instituição e da sua ação no terreno, além de divulgar a cultura britânica, educar e transmitir conhecimento em inglês, a sua função é também a de influenciar as elites dos países onde está presente (o perfil dos alunos do British Council é, em geral, de classe média-alta) e a sua missão tem um alcance bastante maior do que apenas o da promoção da língua inglesa, tocando nomeadamente no plano da diplomacia política, cultural e económica.

O Reino Unido assinou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias em 2000 e ratificou o documento em 2001⁵³. Além do inglês, são ainda línguas reconhecidas o galês (falado no País de Gales), o scots (falado no sul da Escócia e em partes do Ulster, na Irlanda) e o corno (falado na Cornualha). A Ilha de Man e as Ilhas do Canal (Guernsey e Jersey) não fazem parte do Reino Unido, mas têm também as suas próprias línguas. A nível interno, cada país adota as suas próprias diretivas linguísticas. O País de Gales é o mais ativo na defesa e promoção do cymraeg e adotou uma política de bilinguismo no seu território. A língua é protegida sob o Welsh Language Act de 1993 e o Government of Wales Act de 1998. As informações de cariz oficial são comunicadas em galês e todos os órgãos do poder executivo, legislativo e judicial fazem as suas comunicações nas duas línguas. Existe uma estratégia delineada com metas concretas a atingir até 2050 e um grande incentivo à tradução para esta língua⁵⁴. Em Inglaterra os documentos e comunicações oficiais também são disponibilizados em galês e em algumas das línguas mais faladas por imigrantes (urdu, punjabi, bengali e árabe). Os cidadãos têm, ainda, o direito de se fazerem representar na sua língua nos tribunais e o serviço nacional de saúde inglês (NHS) publica folhetos informativos nessas línguas e tem um serviço de interpretação para imigrantes que não falam inglês. Na Escócia foi criado um gabinete ministerial com vista ao desenvolvimento da língua e em 2016 foi acionado um plano

⁵³ Lista completa de países que assinaram a carta publicada em <https://rm.coe.int/16806d3589>

⁵⁴ O programa de planificação linguística galês está disponível no sítio do governo do País de Gales em <http://gov.wales/topics/welshlanguage/?lang=en>

para uma política da língua scots⁵⁵. Na Cornualha existe também um plano delineado até 2025 para promover o número de falantes, e o uso da língua em contextos sociais⁵⁶.

4.2. Planificação linguística

Se a política da língua é a determinação de grandes escolhas relativas às relações entre as línguas e as sociedades, a planificação linguística é a aplicação da política explícita, a *praxis* dessas decisões. Segundo Cooper, na obra de referência “Language Planning and Social Change”, a planificação linguística “compreende os esforços deliberados de influenciar o comportamento de outras pessoas no que diz respeito à aquisição, à estrutura ou à correspondência funcional dos seus códigos linguísticos” (1989: 45).

Partindo do esquema de análise de Cooper, a planificação linguística compreende três eixos de intervenção: o estatuto, o corpus e a aprendizagem (ou aquisição, segundo outros autores). A estes três eixos foi acrescentado um outro – o prestígio – a vertente mais recentemente contemplada na literatura por académicos posteriores a Cooper, como Robert B. Kaplan e Richard B. Baldauf Jr. A planificação do estatuto é relativa à manutenção e à promoção da língua, tanto a nível nacional como internacional, e as decisões nesta esfera intervêm muitas vezes no reconhecimento de uma língua em detrimento da outra, na oficialização (estatutária, prevista na Constituição, ou simbólica, legitimada pela identificação de uma comunidade com uma determinada língua), na nacionalização (ou regionalização, quando o seu uso é restringido a uma zona geográfica), na revitalização (de línguas em declínio ou em risco de se extinguirem), na promoção da intercompreensão de falantes de outras línguas e na difusão de uma língua (por exemplo, junto de comunidades com uma língua materna diferente). Na planificação do corpus inclui-se a forma da língua, ou seja, a codificação (o sistema de escrita), a normalização ortográfica (estandardização da língua) e a descrição gramatical da variedade linguística adotada como padrão. A planificação da aprendizagem influencia as estratégias de ensino da língua de forma a ampliar a quantidade

⁵⁵ As informações sobre este plano podem ser consultadas no sítio do governo escocês em <http://www.gov.scot/Topics/ArtsCultureSport/arts/Scots/ScotsLanguagePolicy>

⁵⁶ Mais detalhes na página Cornwall.gov.uk disponível em <https://www.cornwall.gov.uk/leisure-and-culture/the-cornish-language/cornish-language/cornish-language-office/cornish-language-strategy-and-plans>

de falantes e a qualidade da aquisição da língua, assim com os métodos utilizados na sua persecução (Pinto: 2010, 68)⁵⁷. Aqui inclui-se também a decisão de assegurar o ensino de línguas minoritárias em países multilíngues, de forma a que a uma língua dominante não leve ao desaparecimento de outras. Por fim, a planificação do prestígio engloba a projeção da língua e o seu uso por pessoas, entidades ou instituições em contextos de visibilidade nacional e internacional. Alguns agentes deste processo são instituições intergovernamentais que optam por usar uma determinada língua em trabalho ou em comunicações oficiais, como são os casos da União Europeia, da Organização das Nações Unidas, mas também de escritores, figuras políticas, religiosas e de influência científica, técnica ou cultural. A criação de organismos de caráter linguístico supranacionais como, por exemplo, a CPLP, são também exemplos de estratégias para prestigiar e fortalecer a língua comum aos países que os compõem.

Subjacentes às decisões de delinear ou não uma política da língua, a planificação linguística é, também, influenciada por vários fatores que se relacionam entre si: aspetos sociais e demográficos (número de línguas existentes, de falantes e distribuição geográfica); linguísticos (relacionados com o estatuto, o corpus, a aprendizagem e o prestígio das línguas); psicossociais (atitudes e identidades culturais perante as línguas); políticos (relação entre o poder e as línguas); e religiosos (quando a língua é o principal veículo de religião) (Appel e Muysken, 1987).

Os resultados de uma planificação linguística implementada não são facilmente medidos ou quantificados e os fatores de sucesso dependem de critérios históricos e simbólicos, técnicos e de gestão (modelos de decisão adotados), custos e investimento dos meios e, ainda, eficiência e adequação das escolhas, e aceitação pela população (Calvet, 1996). Neste sentido, o sucesso depende tanto do conhecimento linguístico que se tem do sistema como da eficiência dos meios técnicos e dos fatores sociais em que ela é implementada. No entanto, poucos dos custos e benefícios resultantes de uma planificação linguística podem ser medidos e quantificados, acontece os indivíduos não aceitarem a

⁵⁷ Paulo Feytor Pinto prefere falar em “planificação da aquisição”, incluindo não só o número de aprendentes, mas a qualidade do ensino adquirido.

imposição de uma norma quando já existe uma outra adequada ou não tolerarem alterações linguísticas de fundo, como uma revisão ortográfica, por exemplo (Fasold 2004).

4.3. Eixos de intervenção na planificação da política da língua portuguesa

A política da língua pode ser analisada através de uma perspetiva dicotómica sobre o que está explicitado ou não nesta área em particular. A política pode ser explícita, quando declarada por via legal ou oficial, seja por leis do estado ou regulamentos internos de uma instituição. Apesar de estar explicitada, não significa necessariamente que seja implementada ou se, implementada, que resulte numa política de sucesso com resultados concretos (Spolsky, 2004:39). E pode ser implícita, quando não se encontra regulada e deliberadamente não atua sobre a posição de uma ou mais línguas numa determinada comunidade. É, por essa razão, mais difícil de definir do que a política explícita (*ibid*).

As tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade podem ser de nível macro (iniciativas do estado), meso (de grupos ou organizações) e micro (individuais) (Kaplan e Baldauf, 1997: 52). Não vamos aqui debruçarmo-nos sobre todas as dimensões explícitas de nível macro, meso e micro que têm orientado a política da língua nos países de língua oficial portuguesa ou ainda – tão ou mais importante – sobre a sua dimensão implícita e a omissão da mesma ao longo da história. Não vamos, portanto, enumerar um conjunto de propostas, leis, programas ou decisões que foram, ou deixaram de ser, implementadas pelos vários atores (estados, organizações ou indivíduos), mas identificar aqueles que pensamos serem os principais eixos de intervenção que devem orientar uma política explícita comum à CPLP. Apresentamos de seguida alguns dos objetivos desejáveis de serem alcançados no caso da língua portuguesa.

1) Relativamente ao **estatuto**, correspondente à promoção da língua, tanto a nível nacional como internacional, e à sua oficialização, nacionalização ou revitalização:

a) reforço da coordenação interministerial entre as entidades com responsabilidades nas áreas da língua e da cultura (ministérios da educação, da cultura, dos negócios estrangeiros, da economia);

b) desenvolvimento de planos estratégicos nacionais para a promoção da língua e cultura e realização de acordos com os outros países de língua oficial portuguesa;

c) aumento da cooperação e parceria entre os países de língua oficial portuguesa, no sentido de definir uma política concertada de difusão internacional;

d) implementação das medidas concertadas entre estados em sede de organismos supranacionais, como a CPLP através do ILLP, o seu principal instrumento de promoção e difusão do idioma.

2) Em relação ao **corpus**, ou seja, à forma da língua, à sua codificação, normalização e gramática:

a) criação de instrumentos de normalização oficiais ou legitimação dos já existentes, que possam ser uma referência no uso da língua e no desenvolvimento da investigação na área das variantes linguísticas;

b) desenvolvimento de léxico de especialidade para fins específicos (nos vários campos técnicos e científicos) e incentivo à tradução desse léxico de e para as línguas maternas dos países onde o português é língua oficial.

3) No tocante à **aprendizagem**, referente às estratégias de ensino da língua e à qualidade da aquisição e dos métodos utilizados, há que considerar a aprendizagem do português como primeira língua (L1); a aprendizagem do português como segunda língua (L2), também designada por língua de escolarização e veicular; e a aprendizagem do português como língua estrangeira:

a) enquanto primeira língua em Portugal e no Brasil, o objetivo será sempre atingir o melhor nível de escolarização, proficiência e domínio do idioma. Essa é uma condição de integração e de ascensão social e de acesso às estruturas da sociedade e de poder;

b) como segunda língua nos países africanos de língua oficial portuguesa, em Timor e em Macau, onde é oficial ou cooficial, a maioria dos alunos toma contato com o português apenas na fase de escolarização. O seu meio sociocultural e familiar é estabelecido na língua materna. Daí a importância que ambas as línguas (materna e

segunda) têm no espaço da escola e o benefício da opção pelo ensino bilingue (ou multilingue, conforme os casos). As vantagens são evidentes: além do desenvolvimento cognitivo que a aquisição de duas ou mais línguas traz para qualquer criança ou indivíduo, a aprendizagem da língua materna reforça a identidade cultural e a aprendizagem de uma língua segunda é um veículo de conhecimento, comunicação e de prestígio internacional. Para que os alunos adquiram competências de uso na L2 é importante que professores recebam formação adequada no ensino do português como língua de escolarização e garantir o acesso dos alunos à informação em língua portuguesa, nos seus mais variados domínios – culturais, técnicos, científicos (Mateus, 2008: 7 e 8). Algumas ações que podem contribuir para a concretização destes objetivos são:

i) o reconhecimento do multilinguismo e da diversidade cultural, a promoção do estudo e da investigação nas línguas maternas, em particular, numa perspetiva comparativa à língua portuguesa, sendo fundamental que as línguas nativas ocupem um espaço central no currículo;

ii) a aprendizagem nas variantes de cada país – a diversidade linguística, enquanto diferencial cultural, só pode ser um fator de enriquecimento do idioma e deve prevalecer no ensino da língua portuguesa;

iii) formação de professores com conhecimento das línguas maternas, das variantes de português, das culturas em que estão inseridos, das técnicas e dos métodos de aprendizagem de uma L2;

iv) produção e divulgação de materiais didáticos específicos a cada meio socioeducativo em que são adotados;

v) desenvolvimento de ações de cooperação no campo linguístico e apoio governamental dos países da CPLP, envolvendo instituições educativas (Mateus, 2008: 8 e 9).

c) como língua estrangeira, a tendência a nível mundial tem sido a de introduzir o ensino de línguas no currículo escolar. De igual modo, muitos indivíduos procuram aprender uma outra língua por motivos sociais ou de trabalho. Nesses contextos, onde

o português é língua estrangeira, as estratégias de difusão são necessariamente diferentes:

- i) fomento do ensino da língua junto do ensino primário, secundário e superior, além do ensino em cursos extracurriculares;
- ii) estabelecimento de acordos de cooperação com entidades educativas de forma a valorizar institucionalmente o ensino do português;
- iii) administração e divulgação do sistema de certificação em língua portuguesa;
- iv) produção de materiais educativos e de ferramentas adequadas aos públicos-alvo e graus de ensino.

4) No que diz respeito **ao prestígio**, à projeção da língua e ao seu uso em contextos de visibilidade nacional e internacional, deve ser objetivo principal fortalecer o português como língua de comunicação em contextos culturais, políticos e económicos através do:

- a) incentivo do uso como língua de trabalho em organismos internacionais plurilinguísticos;
- b) apoio à produção em língua portuguesa, tanto de manuais escolares como de obras de carácter cultural, técnico e científico de forma a valorizar o uso da língua para fins específicos;
- c) incentivo e subsídio de traduções de e para língua portuguesa de obras literárias, de textos científicos e técnicos como veículo de transmissão de conhecimento.

5. A tradução como instrumento da política da língua

Quando falamos de tradução referimo-nos à dimensão de traduzir línguas e culturas no sentido amplo, abarcando vários géneros e especialidades (tradução literária, científica, técnica, jurídica, comercial) e também à sua dimensão pública, enquanto instrumento da política da língua que regula o que é passível de ser traduzido num determinado “mercado linguístico” (utilizando a terminologia de Bourdieu), neste caso, da língua portuguesa. Ou seja,

falamos da sua adoção e uso por indivíduos (tradutores, editores, agentes culturais), organizações (instituições, empresas) e pelo estado enquanto legislador, administrador e entidade responsável pelo acesso – ou restrição – de serviços públicos através da prática da tradução e do apoio e incentivo à mesma. Falamos sobre o ato de traduzir enquanto decisão política de promover uma língua ou, noutro aspeto mais prático, de fazer passar informação ao maior número possível de pessoas.

5.1. Tradução, multilinguismo e redes de comunicação

As línguas variam na sua importância global por várias razões – históricas, demográficas, políticas, económicas, culturais, científicas, tecnológicas, entre outras. A novidade de um estudo realizado em conjunto por alunos do MIT, Harvard University, Northeastern University e Aix Marseille University⁵⁸, reside na aplicação de diferentes métodos quantitativos para definir a influência global das línguas chegando que o multilinguismo permite que a informação e o conhecimento transitem de uma língua, de uma cultura ou de uma região para outras. Por exemplo, um indivíduo fluente em português e francês pode aprender algo de novo com alguém que fale português e transmitir esse conhecimento a um falante de francês. Apesar de parecer uma observação óbvia, a tarefa de provar o valor destas redes globais de línguas tem-se mostrado difícil de demonstrar, daí que os autores deste estudo tenham proposto uma nova abordagem considerando uma variável que, até agora, não tinha sido levada em conta em estudos sobre o posicionamento e o *ranking* das línguas: a estrutura de redes que ligam falantes multilíngues a textos traduzidos, materializados em traduções de livros, edições da Wikipédia e produção de texto no Twitter.

Estes elementos traçam um quadro da importância das línguas para lá de critérios demográficos ou económicos e revelam uma dimensão importante que nos ajuda a compreender a verdadeira natureza de uma língua global – a capacidade de uma língua interligar pessoas que falam não só uma, mas outras línguas (Ronen *et al.*: 2014). O mapeamento de línguas que são cofaladas ou coescritas com outras foi feito usando três fontes de informação: o Twitter, a Wikipédia (através de um algoritmo que deteta quando

⁵⁸ *Global Language Network*, disponível em <http://language.media.mit.edu/rankings/books>

um indivíduo se expressa ou edita um texto em mais do que uma língua, contribuindo, assim para a conexão entre as línguas) e o Index Translationum da UNESCO (accedendo à base de dados de livros traduzidos de uma língua para a outra, a mesma usada por nós neste trabalho). Os autores usam termos como “hierarquia das línguas”, “línguas centrais” ou “línguas periféricas” (com referências a Calvet e a De Swaan) para designar a posição relativa de cada uma delas. Na prática, esta classificação permite observar que para uma comunicação transitar de uma língua periférica (por exemplo, da língua mongol) para uma outra língua periférica (kabuverdianu) terá de ser traduzida (vamos supor) para uma língua central como o russo, do russo para o português e do português, finalmente, para o kabuverdianu. Terá de subir na hierarquia das línguas de forma a ser transmitida, correndo o risco de ver a sua mensagem distorcida. Em último caso, estas traduções indiretas podem ser responsáveis pela forma como uma cultura vê a outra. Uma das conclusões do estudo é que apenas cinco ou seis línguas mantêm a intercomunicação de informação em todo o mundo. Uma das razões por que uma língua das mais faladas do mundo como o chinês, por exemplo, é menos central do que o inglês, prende-se com o facto de não ser usada nestas intercomunicações.

Quadro 24

Ranking de traduções (por língua de partida)

#	Língua	Traduções de (língua de partida)	Nº de falantes (milhões)	PIB per capita (US dólares - \$)
1	Inglês	1 225 237	1 500	32 952
2	Francês	216 624	200	15 102
3	Alemão	201 718	185	38 268
4	Russo	101 395	278	15 487
5	Italiano	66 453	70	30 623
6	Espanhol	52 955	500	16 776
7	Sueco	39 192	10	40 265
8	Japonês	26 921	132	34 739
9	Dinamarquês	21 239	6	37 151
10	Latim	19 240	0	0
11	Holandês	18 978	27	40 518

12	Grego (clássico)	17 342	0	0
13	Checo	17 202	12	27 062
14	Polaco	14 104	43	20 326
15	Chinês	13 337	1575	9 206
16	Servo-Croata	12 743	23	12 907
17	Árabe	11 884	530	8 719
18	Português	11 390	290	11 852
19	Húngaro	11 256	15	18 671
20	Hebraico	9 889	10	30 975

(Fonte: *Global Language Network*, segundo valores apresentados em junho de 2017)

Nesta tabela estão refletidos os dados relativos à tradução de livros a partir de uma determinada língua, o respetivo número de falantes e o valor da língua em PIB *per capita*. Como era expectável, o inglês é a língua de topo, seguida de longe pelo francês e o alemão. O russo, como língua oficial dos países da ex-União Soviética e continua a ser uma língua de comunicação ente estes países (onde se fala cerca de duzentas línguas eslavas, entre o ucraniano, o tajique, ou o usbeque) mas, além da importância a nível político, a literatura russa é também uma das mais traduzidas, daí o seu posicionamento num dos lugares cimeiros da tabela. O italiano aparece, curiosamente, à frente do espanhol, e o português surge muito distanciado, atrás de línguas com um número mais reduzido de falantes como o sueco, o dinamarquês, o holandês, o checo e o polaco. Esta desproporção entre o número de traduções feitas a partir de uma determinada língua e o respetivo número de falantes pode ser explicada pelo investimento educativo e cultural e por níveis mais altos de alfabetização e produção literária destes países.

Quadro 25

Ranking de traduções (por língua de chegada)

#	Língua	Traduções <i>para</i> (língua de chegada)	Nº de falantes (milhões)	PIB per capita (US dólares - \$)
1	Alemão	292 124	185	38 268
2	Francês	238 463	200	15 102
3	Espanhol	228 910	500	16 776
4	Inglês	146 294	1 500	32 952
5	Japonês	130 893	132	34 739
6	Holandês	111 371	27	40 518
7	Russo	82 772	278	15 487
8	Polaco	76 720	43	20 326
9	Português	74 721	290	11 852
10	Sueco	71 688	10	40 265
11	Dinamarquês	64 799	6	37 151
12	Checo	64 442	12	27 062
13	Chinês	62 650	1575	9 206
14	Italiano	59 830	70	30 623
15	Húngaro	54 989	15	18 671
16	Finlandês	46 271	7	46 272
17	Norueguês	45 923	5	53 471
18	Servo-Croata	45 036	23	12 907
19	Grego (moderno)	27 422	15	26 693
20	Búlgaro	25 742	12	13 487

(Fonte: *Global Language Network*, segundo valores apresentados em junho de 2017)

O alemão é a língua para a qual mais se traduz, seguida de perto pelo francês e pelo espanhol. Como explicar que línguas com um número reduzido de falantes, se comparadas com o inglês, estejam entre as mais traduzidas? A resposta pode residir num zelo da língua e da cultura face à hegemonia do inglês – o caso mais extremo é o do holandês que, com apenas 27 milhões de falantes, está colocado na 6ª posição. De notar que o árabe, falado por mais de 500 milhões de indivíduos não aparece mais uma vez nesta lista. O português surge a meio da tabela, bastante mais bem posicionado aqui do que como língua de partida, na tabela anterior.

Quadro 26

Ranking de publicações no *Twitter* (por número de *tweets*)

#	Língua	Nº de <i>Tweets</i>	Nº de utilizadores	Falantes multilingues (políglotas)	Nº de falantes (milhões)	PIB per capita (US dólares - \$)
1	Inglês	255 351 176	10 859 465	3 129 456	1 500	32 952
2	Japonês	91 669 691	2 602 426	124 833	132	34 739
3	Malaio	49 546 710	1 651 705	1 033 758	300	6 023
4	Português	46 520 572	1 617 409	708 142	290	11 852
5	Espanhol	44 195 979	2 043 468	769 887	500	16 776
6	Coreano	11 674 755	289 982	56 893	78	21 723
7	Holandês	10 526 980	435 128	231 807	27	40 518
8	Árabe	9 993 172	366 643	119 350	530	8 719
9	Tailandês	7 449 790	154 171	40 935	73	9 396
10	Turco	4 660 694	233 158	51 929	70	14 623
11	Russo	4 577 942	243 159	35 833	278	15 487
12	Francês	3 434 065	147 843	84 199	200	15 102
13	Filipino	1 905 619	257 611	250 959	90	4 073
14	Alemão	1 705 256	73 897	38 388	185	38 268
15	Italiano	1 586 225	89 242	52 558	70	30 623
16	Sueco	596 130	36 604	16 144	10	40 265
17	Grego (moderno)	526 527	30 609	21 830	15	26 693
18	Chinês	453 837	24 113	11 757	1575	9 206
19	Catalão	236 424	32 376	27 431	9	30 625
20	Norueguês	170 430	16 500	11 126	5	53 470

(Fonte: *Global Language Network*, segundo valores apresentados em junho de 2017)

Este quadro representa um grupo de pessoas que utiliza regularmente a internet e recorrendo ao Twitter para divulgar e obter informação de uma forma instantânea. Como é possível verificar, a língua portuguesa é uma das cinco mais utilizadas, estando mesmo à frente do espanhol (que tem um maior número de utilizadores). A correlação entre a quantidade de utilizadores que se expressam em português e noutra língua (número de multilingues) é aqui, também, bastante positiva.

Quadro 27

Ranking de publicações na *Wikipedia* (por número de edições)

#	Língua	Nº de edições	Nº de editores	Falantes multilingues (políglotas)	Nº de falantes (milhões)	PIB per capita (US dólares - \$)
1	Inglês	198 361 048	1 589 250	3 129 456	1 500	32 952
2	Alemão	33 977 378	224 215	70 281	185	38 268
3	Francês	23 070 757	142 795	45 439	200	15 102
4	Japonês	16 149 315	102 857	18 578	132	34 739
5	Espanhol	13 645 596	145 487	41 700	500	16 776
6	Russo	12 445 887	81 925	23 828	278	15 487
7	Italiano	11 923 658	72 981	21 393	70	30 623
8	Chinês	7 302 770	50 341	13 826	1575	9 206
9	Polaco	6 589 015	47 015	13 932	43	20 326
10	Holandês	6 393 791	46 951	18 050	27	40 518
11	Hebraico	5 467 149	18 998	4 555	10	30 975
12	Português	5 168 734	60 487	15 213	290	11 852
13	Sueco	3 521 224	30 498	13 476	10	40 265
14	Finlandês	2 926 115	20 811	7 431	7	36 236
15	Húngaro	2 713 725	18 033	6 031	15	18 671
16	Coreano	2 634 092	16 464	3 991	38	21 723
17	Árabe	2 178 719	18 258	4 647	530	8 719
18	Turco	2 062 037	23 926	6 820	70	14 623
19	Servo-Croata	2 030 039	10 901	4 670	23	12 908
20	Ucraniano	1 839 988	10 028	4 519	45	7 242

(Fonte: *Global Language Network*, segundo valores apresentados em junho de 2017)

Aqui está reunido um grupo de indivíduos que participa ativamente na edição de páginas da Wikipedia e que não só têm um nível de literacia que lhes permite produzir texto e conteúdo em mais do que uma língua como também compreender o sistema de funcionamento e a formatação própria destas páginas. A língua portuguesa não é uma das mais ativas na produção e edição de conteúdos, apesar de ter um maior número de falantes e de editores do que a língua polaca, holandesa e hebraica, à sua frente.

5.2. O português como língua de partida e de chegada

O projeto “Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography”, da responsabilidade do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa e do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa apresenta dados sobre as obras traduzidas em Portugal entre 1930-2000 (preenchendo o período não coberto pela obra de Gonçalves Rodrigues “A Tradução em Portugal”, cujos cinco volumes abrangem as traduções publicadas em Portugal entre 1495 e 1930) constitui uma excelente fonte de informação sobre as traduções de obras literárias publicadas em Portugal, independentemente da língua de partida, até ao virar do milénio. Para a nossa pesquisa consultámos ainda o Index Translationum da UNESCO que apresenta dados não apenas referentes a Portugal, mas aos restantes países de língua oficial portuguesa até 2009.

Ao consultar os dados constatamos que uma grande parte da informação não é atualizada há vários anos porque ou está a ser recolhida, ou processada, ou não foi entregue. Apesar disso, não deixa de constituir a fonte mais atual para calcular o número de traduções de e para uma determinada língua. Relativamente à língua portuguesa, a última vez que o Index Translationum recebeu informações relativas à publicação e tradução de livros foi em 1990 para Angola, 2013 para o Brasil, 1987 para Cabo Verde, 1982 para Moçambique, 2012 para Portugal e 2010 para Timor-Leste, não tendo sido encontrados quaisquer resultados para a Guiné-Bissau nem para São Tomé e Príncipe⁵⁹.

Como alguns destes dados ainda estão a ser processados para a língua portuguesa, existe informação apenas entre os anos de 1979 e 2009. No quadro seguinte apresentamos o número de traduções de e para português ao longo destes 30 anos.

⁵⁹ Dos países consultados, incluindo os de línguas centrais como Espanha, França e Inglaterra, apenas a Alemanha entregou recentemente estas informações em 2016, o que acaba por se refletir nos resultados da pesquisa. Informação disponível em <http://www.unesco.org/xtrans/bscontrib.aspx?lg=0>

Quadro 16

Número de traduções por ano (1979-2009)

Ano	De português para outras línguas	De outras línguas para português
1979	210	1265
1980	209	1606
1981	176	1872
1982	186	2326
1983	202	2546
1984	222	2491
1985	261	2304
1986	263	2790
1987	337	2935
1988	295	2702
1989	268	3490
1990	318	3028
1991	265	3313
1992	336	3535
1993	406	4055
1994	330	2986
1995	284	2458
1996	308	2520
1997	401	4314
1998	420	1752
1999	487	3391
2000	637	3198
2001	772	3243
2002	541	2984
2003	617	4287
2004	534	3672
2005	604	764
2006	549	794
2007	582	821
2008	445	396
2009	107*	10 *

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

* o número reduzido de traduções em 2009 está relacionado com a contagem, que ainda estava a decorrer quando fizemos a nossa pesquisa.

Estes resultados dizem apenas respeito a obras literárias e não incluem outro tipo de publicações, como jornais ou revistas científicas. Como é possível observar, houve um aumento no número de traduções de português para outras línguas a partir do ano 2000. O ano em que se verificou o número de traduções mais reduzido foi em 1981 (apenas 176). Relativamente à tradução de outras línguas para português, foi na década de 90 que se publicaram mais livros, sendo o melhor ano o de 1997. De notar a enorme diferença entre o número de traduções *de* e *para* língua portuguesa – a tradução de autores estrangeiros chega a ser, por vezes, dez vezes maior do que a tradução de autores de expressão portuguesa noutros países.

Quadro 17

Línguas mais traduzidas (1979-2009)

#	Língua de partida	Traduções	Língua de chegada	Traduções
1	Inglês	1 266 110	Alemão	301 935
2	Francês	226 123	Francês	240 045
3	Alemão	208 240	Espanhol	228 559
4	Russo	103 624	Inglês	164 509
5	Italiano	69 555	Japonês	130 649
6	Espanhol	54 588	Holandês	111 270
7	Sueco	39 984	Russo	100 806
8	Japonês	29 246	Português	78 904
9	Dinamarquês	21 252	Polaco	76 706
10	Latim	19 972	Sueco	71 209
11	Holandês	19 667	Checo	68 921
12	Grego (clássico)	18 077	Dinamarquês	64 864
13	Checo	17 161	Chinês	63 123
14	Polaco	14 663	Italiano	61 087
15	Norueguês	14 276	Húngaro	55 214
16	Chinês	14 071	Finlandês	48 311
17	Árabe	12 410	Norueguês	35 161
18	Português	11 583	Grego (clássico)	30 459
19	Húngaro	11 297	Coreano	28 168
20	Hebraico	10 279	Búlgaro	27 457

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

A língua inglesa é a fonte do maior número de traduções, no entanto, fazem-se mais traduções para alemão, francês e espanhol. Se atentarmos ao equilíbrio entre traduções *de* e *para* uma determinada língua, verificamos que estas três línguas surgem também bem posicionadas na lista de línguas mais traduzidas. O espanhol destaca-se pela distância entre o número de traduções a partir desta língua (54 588) e para esta língua (228 559), assim como o japonês e o holandês. O português não é dos mais bem posicionados, com apenas 11 583 de traduções de partida registadas e 78 904 traduções de chegada. Esta situação pode ser explicada por diversos fatores: nível de alfabetização na língua, grau de leitura, dinâmica de publicação de livros, apoios e incentivos à tradução ou, ainda a influência que uma determinada cultura de partida exerce na cultura da língua de chegada. Sabemos que uma língua com escritores consagrados e com sucesso comercial vai beneficiar de um maior número de traduções para uma outra língua e devemos também considerar a promoção de autores e obras em feiras e eventos literários internacionais.

Quadro 18

Países que publicam traduções para português (como língua de chegada) entre 1979 e 2009

#	Países	Nº de traduções
1	Brasil	48 691
2	Portugal	24 150
3	Espanha	3 918
4	União Soviética (até 1981)	1 118
5	França	166
6	Alemanha	156
7	Santa Sé	138
8	Canadá	55
9	Suíça	42
10	Iraque	41

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

Aqui constatamos, mais uma vez, um maior número de traduções *para* português do que *de* português para outras línguas. É interessante verificar que tanto Portugal como o Brasil aparecem listados, sinal de que as suas variantes são contabilizadas e que as traduções (ou adaptações) dentro da própria língua contam para as estatísticas. O número expressivo de traduções do russo com origem na ex-União Soviética (até 1991) prende-se com o facto de não só em Portugal, mas também no Brasil e nos países africanos de língua oficial portuguesa se terem publicado vários livros de propaganda política de ideologia socialista e comunista (neste caso, seria interessante averiguar se as inúmeras monografias publicadas por editoras independentes ou clandestinas foram também contabilizadas). O estado da Santa Sé entra igualmente nas estatísticas, facto que se pode explicar pela relevância da religião junto destas populações e pela abundância de traduções de publicações religiosas para língua portuguesa. A presença do Iraque na décima posição não deixa de ser surpreendente e pode ser explicada pela influência do governo de Saddam Hussein (1979-2003), de índole marxista, na ideologização de intelectuais e revolucionários em Portugal, no Brasil e nas ex-colónias.

Quadro 19

Países que publicam traduções a partir de português (como língua de partida) entre 1979 e 2009

#	Países	Nº de traduções
1	Espanha	2051
2	Brasil	1427
3	França	1363
4	Alemanha	1100
5	Estados Unidos da América	518
6	Argentina	447
7	Reino Unido	416
8	Itália	318
9	Portugal	301
10	Holanda	272

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

Mais uma vez, o Brasil e Portugal entram aqui nas estaísticas do Index Translationum, com o Brasil a publicar mais livros de origem portuguesa. Podemos supor que nos países onde existem comunidades de expressão portuguesa se investe num maior número de traduções, ou ainda que a proximidade geográfica pode contribuir para uma maior afinidade cultural (Espanha e Portugal, a Argentina e o Brasil). No entanto, parece-nos que o fator mais relevante está relacionado com o vigor de cada um destes mercados editoriais – como tivemos oportunidade de observar no quadro “Línguas mais traduzidas”, o alemão, o francês e o espanhol estão no topo dos países que mais traduzem para as suas línguas.

Quadro 20

Línguas mais traduzidas para português (1979-2009)

#	Línguas	Nº de traduções
1	Inglês	48 800
2	Francês	12 532
3	Espanhol	5 534
4	Alemão	4 748
5	Italiano	3 476
6	Russo	1 372
7	Latim	552
8	Grego (clássico)	333
9	Holandês	179
10	Dinamarquês	156

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

O inglês surge, sem surpresas, no topo das línguas mais traduzidas, seguido do francês e do espanhol (as variantes do português não são aqui consideradas, como nos quadros anteriores) e as línguas coincidem com os países que mais publicam traduções para língua portuguesa (Quadro 19). De notar a presença relevante de autores holandeses e dinamarqueses no mercado editorial de língua portuguesa.

Quadro 21

Línguas mais traduzidas nos países de língua oficial portuguesa (1979-2009)

#	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
1	Francês	Inglês	Português	Inglês	Francês	Inglês	s/d	Inglês
2	Inglês	Francês	Alemão	s/d	Inglês	Francês		Francês
3	Árabe	Alemão	s/d		Russo	Espanhol		s/d
4	Russo	Espanhol			Espanhol	Alemão		
5	Espanhol	Italiano			Alemão	Italiano		
6	Grego*	Português			Italiano	Português		
7	Hebraico	Latim			s/d	Latim		
8	s/d	Grego*				Grego*		
9		Holandês				Russo		
10		Norueguês				Dinamarquês		

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

* Grego clássico

Como referimos anteriormente existe apenas informação disponível até 2009 e, para a maioria dos países, os dados não estão aqui atualizados (exceto Portugal e Brasil, onde as línguas mais traduzidas são o inglês, o francês, o espanhol e o alemão) ou não existem sequer (caso de São Tomé e Príncipe). Timor-Leste é um estado independente apenas desde 2002, razão pela qual as informações são também escassas. Aqui, mais uma vez, devemos ter em consideração fatores como o nível de alfabetização e de leitura e o dinamismo do mercado editorial em cada um destes países. É interessante verificar que em Angola e Moçambique a língua mais traduzida seja o francês, um reflexo da cultura francófona de países vizinhos ou com um passado de luta anticolonial semelhante. Tirando o kabuverdianu também não aparecem no quadro a tradução de outros crioulos para português, tanto na Guiné-Bissau como em São Tomé e Príncipe. Sabemos, no entanto, que “quase todos os escritores guineenses escreveram e escrevem, até hoje, em crioulo” (Silva 2017: 241) e que a maioria das obras é publicada em português, uma realidade que não se encontra aqui refletida. Aliás, o português não surge aqui como língua de chegada de traduções feitas a partir de línguas

nativas destes países, nem são consideradas as variantes brasileiras e europeias, daí que tanto o Brasil como Portugal apresentem o português no oitavo lugar das línguas mais traduzidas, o que não se verifica em mais nenhum país.

Quadro 22

Autores mais traduzidos nos países de língua oficial portuguesa entre 1979 e 2009

#	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
1	Mongo Beti <i>Camarões</i>	Barbara Cartland <i>Inglaterra</i>	Lopes da Silva <i>Cabo Verde</i>	Luigi Scantamburlo <i>Itália</i>	D. Delafosse <i>França</i>	Enid Blyton <i>Inglaterra</i>	s/d	Li Cunxin <i>China</i>
2	Naguib Mahfouz <i>Egito</i>	Agatha Christie <i>Inglaterra</i>	Jorge Barbosa <i>Cabo Verde</i>	s/d	Jane Kiura Quénia	Agatha Christie <i>Inglaterra</i>		Saint-Exupéry <i>França</i>
3	Sergio Ramírez <i>Nicarágua</i>	Joseph Murphy <i>Irlanda</i>	Josef E. Kasper <i>Alemanha</i>		Nena Valdes Recio <i>Cuba</i>	René Goscinny <i>França</i>		David Werner <i>E.U.A</i>
4	Ousmane Sembène <i>Senegal</i>	Danielle Steel <i>E.U.A</i>	s/d		Peter Abrahams <i>África do Sul</i>	Nicholas Sparks <i>E.U.A</i>		s/d
5	Chinua Achebe <i>Nigéria</i>	Sidney Sheldon <i>E.U.A</i>			Mongo Beti <i>Camarões</i>	VV. AA. <i>Vários países</i>		
6	G. Bogore <i>França</i>	Allan Kardec <i>França</i>			G. Bogore <i>França</i>	Morris (pseud.) <i>Bélgica</i>		
7	B. Dadié <i>Costa do Marfim</i>	Italo Calvino <i>Itália</i>			Eza Boto (pseud.) <i>Camarões</i>	Albert Uderzo <i>França</i>		
8	Pierre Dargelos <i>França</i>	Og Mandino <i>E.U.A</i>		Leonid Brezhnev <i>Rússia</i>	João Paulo II <i>Polónia</i>			

9	Birago Diop <i>Senegal</i>	Morris West <i>Austrália</i>			Pierre Dargelos <i>França</i>	Gabriel G. Márquez <i>Colômbia</i>		
10	V. G. Dmitrenko <i>Rússia</i>	Gabriel García Márquez <i>Colômbia</i>			Birago Diop <i>Senegal</i>	Isabel Allende <i>Chile</i>		

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

Em Angola, os autores estrangeiros mais publicados são francófonos de origem africana, cuja literatura aborda os temas do colonialismo, racismo e independência e autores latino-americanos que escrevem sobre temáticas socialistas e comunistas. No Brasil, os escritores norte-americanos são os mais traduzidos e os géneros mais publicados são romances, livros religiosos, de espiritualismo e de auto-ajuda. De realçar ainda a presença de autores consagrados, como Italo Calvino e Gabriel García Márquez. Em Cabo Verde surgem dois autores cabo-verdianos que escrevem em kabuverdianu e português, o que levanta a possibilidade de as duas línguas terem sido aqui consideradas. Liga-os uma temática patriota, de apreço à cultura do país. Na Guiné-Bissau, surge apenas um autor traduzido: Luigi Scantamburlo, um padre italiano missionário neste país que escreveu um livro de etnologia sobre Bubaque, uma das ilhas do arquipélago. Embora não conhecendo o mercado editorial deste país e mesmo sabendo que não é o mais ativo, sublinhamos a questão da ausência de dados. De destacar o pioneirismo da KuSiMon Editora, fundada em Bissau em 1994 por Abdulai Sila, Teresa Montenegro e Fafali Koudawo (cuja ficção “A Última Tragédia” foi a primeira obra guineense a ser traduzida para inglês (“The Ultimate Tragedy”, por Jethro Soutar para a editora inglesa Dedalus Books), o que aconteceu apenas este ano (2017)⁶⁰. Em Moçambique, o padrão de tradução e publicação de livros é similar ao de Angola: durante o período analisado, verifica-se uma incidência de autores africanos e um interesse por assuntos relacionados com ideologia política, nacionalismo e colonialismo. Em Portugal, nota-se a enorme influência da cultura francesa e belga em livros infantis e da literatura anglo-saxónica em policiais e romances. De notar ainda a presença de autores religiosos e escritores

⁶⁰ Notícia da publicação do livro em inglês disponível no blog Brittle Paper em <https://brittlepaper.com/2017/08/translating-guineabissaus-book> (acedido em novembro de 2017)

pertencentes ao chamado cânone literário mundial. Em Timor-Leste registam-se apenas três autores, todos traduzidos para tétum e, por sua vez, para o português (traduções indiretas), salvaguardando, novamente, a desatualização da nossa amostra.

Quadro 23

Autores de língua portuguesa mais traduzidos (1979-2009)

#	Autores	Países
1	Paulo Coelho	Brasil
2	José Saramago	Portugal
3	Jorge Amado	Brasil
4	Fernando Pessoa	Portugal
5	Leonardo Boff	Brasil
6	Eça de Queiroz	Portugal
7	António Lobo Antunes	Portugal
8	José Mauro de Vasconcelos	Brasil
9	Clarice Lispector	Brasil
10	Machado de Assis	Brasil

(Fonte: *Index Translationum*, UNESCO)

Como podemos comprovar, a maioria dos autores traduzidos são clássicos da literatura brasileira e portuguesa, mas também se incluem escritores contemporâneos e autores de *best sellers* a nível mundial (como Paulo Coelho, um dos autores vivos atualmente mais traduzidos). De referir que nas últimas décadas houve um interesse assinalável a nível internacional em descobrir e traduzir autores africanos de língua portuguesa. Os casos de Mia Couto (Moçambique) e José Eduardo Agualusa (Angola) são os mais conhecidos, mas não se encontram refletidos nestes resultados.

5.3. Planificação da tradução na política da língua

Num estudo sobre as políticas de tradução na Catalunha e na Galiza, Díaz Fouces refere-se à planificação da mediação linguística como sendo de três tipos: planificação do controlo do acesso, planificação do controlo da execução e planificação do controlo do impacto no sistema linguístico (2004: 3).

Por controlo do acesso, entende-se a seleção das línguas a partir das quais se traduz, (ou não se traduz), dos géneros que se traduzem (ou não se traduzem) e dos produtos culturais que são (ou não) importados e exportados, assim como o modo de produção dos mesmos (ou a sua não-produção)⁶¹. O controlo da execução diz respeito aos atores e agentes sociais cuja atividade é realizar “processos de intercâmbio linguístico-cultural”: tradutores, intérpretes, revisores, editores e mediadores culturais. A regulação profissional, a formação e a oficialização do exercício da atividade destes agentes é fundamental para que a execução seja reconhecida no sistema linguístico. Por último, o controlo do impacto é medido pelo nível de importação de palavras, pela entrada de empréstimos, estrangeirismos e decalques que não encontram convergência semântica no sistema linguístico da cultura de chegada por serem conceitos novos, oriundos de um domínio de especialidade, de um grupo social específico ou pertencentes a culturas estrangeiras (2004: 4).

Na política da língua, Calvet faz uma distinção entre políticas “in vitro”, que assumem a forma de diplomas legislativos, e políticas “in vivo”, que resultam de políticas individuais ou comunitárias (1996: 50). Esta distinção parece-nos adequada também ao nível da política de tradução na perspetiva do controlo de acesso: apesar de as leis imprimirem um carácter obrigatório e oficial às decisões políticas, as escolhas de agentes linguísticos são também elas resoluções que influenciam a forma como determinada língua é representada. A esse respeito, Feytor Pinto refere:

“a regulação das práticas linguísticas de uma comunidade pode não depender de iniciativas oficiais, mas da iniciativa de indivíduos como Álvaro Velho que, em 1499, registou e traduziu palavras da língua de Calecute ou como Fernão de Oliveira que selecionou a norma da língua portuguesa vigente, pelo menos, até ao século XXI (...). Numa perspetiva ecolinguística, qualquer intervenção num elemento do ecossistema, micro ou macro, tem repercussões nos restantes elementos – em contextos multilingues, como são atualmente a generalidade dos países do mundo, a seleção de uma língua implica a rejeição de outra(s), por exemplo.” (2014: 27)

⁶¹ Esta problemática vai de encontro às questões levantadas pela sociologia da tradução de James S. Holmes, da teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar e sobre quem controla a lógica da cultura da *Manipulation School*.

No sentido “in vitro”, a tradução pode ser um instrumento de regulação que intervém na sociedade podendo ser utilizado para decidir o que é ou não traduzido. É no setor público que o estado pode e deve regular o que é passível de ser traduzido, primeiro estabelecendo critérios do que é traduzível e posteriormente implementando medidas, de forma a cumprir o propósito de chegar ao maior número de pessoas. Por exemplo, é decisão do estado disponibilizar intérpretes a indivíduos que têm o direito de se representarem, ou fazerem representar, perante um tribunal que não fala a mesma língua. A mesma situação pode ser aplicada num hospital ou centro de saúde públicos, onde a presença de um tradutor pode fazer a mediação entre um profissional e um doente. Espera-se ainda que muitos serviços da administração pública disponibilizem intérpretes e traduções dos seus documentos de forma a tornar a informação acessível a todos os indivíduos que a eles recorrem (os serviços que lidam com imigração são os casos mais paradigmáticos). A Declaração dos Direitos Linguísticos, assinada em Barcelona em 1996 com o patrocínio da UNESCO, valoriza os direitos das várias comunidades linguísticas e reconhece o direito à não discriminação linguística. Os princípios que constam na declaração aplicam-se a seis esferas de ação: a administração pública e organismos oficiais, o ensino, a onomástica, os meios de comunicação e novas tecnologias, a cultura e a socio-economia. No artigo 7, nº1 é referido: “Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.”

No sentido “in vivo”, as estratégias de tradução são, de igual forma, instrumentais na promoção do acesso à informação por parte de indivíduos, organizações não-governamentais ou empresas privadas. Assim, sempre que, por exemplo, uma editora adota o critério de traduzir este ou aquele autor (ou obra) está a influir no mercado linguístico e é responsável pela entrada de língua, cultura e pela formação do cânone nacional, ainda que de forma indireta e, muitas vezes, não-deliberada (o fator de sucesso comercial costuma presidir a estas decisões, mais do que o da responsabilidade social). O mesmo acontece com o investimento em feiras do livro ou eventos literários que implicam uma escolha sobre que obras, autores e tradutores promover. As empresas privadas são também responsáveis pelas suas próprias políticas tradutórias e pelas decisões em disponibilizar a informação em mais do que uma língua, com fins meramente comerciais (de localização de produtos, bens ou

serviços) ou como patronos (um dos exemplos mais paradigmáticos é o da enciclopédia *online* multilingue de acesso livre Wikipedia).

Relativamente ao controlo do impacto, as implicações destas escolhas determinam o enriquecimento ou o empobrecimento dos recursos expressivos da sociedade que traduz esses termos. Neste sentido, as pessoas que exercem uma atividade de mediação linguística (tradutores, jornalistas), pela própria natureza do seu trabalho, atuam como agentes codificadores da língua e como decisores na importação, ou não, de palavras novas. A tradução de uma língua hipercentral (como o inglês) para outra central (como o português) pode tornar a língua de chegada mais operativa, atual e relevante, contribuindo para a sua integração na esfera internacional a nível político, económico, cultural e científico. No sentido inverso (de língua central para hipercentral) contribuiu para a difusão da cultura, dos autores, da literatura e do trabalho produzido na cultura de partida e para o enriquecimento da cultura de chegada. As línguas periféricas beneficiam igualmente em ambos os sentidos: a tradução pode ter um impacto decisivo na codificação e revitalização de uma língua ao transportar sentidos culturais e registar terminologias, enriquecendo as línguas e as culturas de partida e de chegada com a equivalência e a transmissão de conceitos e termos novos. Por ser um trabalho contrastivo, promove a sistematização linguística e pode ser adotado como uma estratégia de prestigiar línguas periféricas.

Em termos de controlo da execução, o reconhecimento da atividade do tradutor assume uma importância significativa na forma como a sua profissão é percecionada no mercado linguístico. A existência de associações de tradutores fortes e intervenientes e a profissionalização da atividade tradutória, nomeadamente do reconhecimento da figura do tradutor certificado ou juramentado – que existe apenas no Brasil mas não nos restantes países de língua oficial portuguesa, onde o tradutor tem de se responsabilizar perante um advogado ou um notário –, são fundamentais para a valorização do seu estatuto e ética profissional. Na tradução literária acontece muitas vezes o seu nome não aparecer na obra traduzida, nem a sua figura surgir em encontros literários, consequência da falta de relevância do seu trabalho ou da exigência da invisibilidade do mesmo, permitindo que a obra seja inteiramente atribuída ao autor. A criação de apoios à tradução de obras literárias ou científicas (por parte do estado ou de instituições privadas), de prémios de tradução ou até

de prémios literários que repartem o valor de forma igual pelo tradutor e pelo autor, são edificantes no reconhecimento do contributo de ambos para o resultado final da obra.

Conclusão

A proposta deste trabalho foi a de traçar um panorama linguístico do português nos países de língua oficial portuguesa num contexto pós-colonial; de analisar criticamente a atual política da língua portuguesa; de apresentar os motivos pelos quais é relevante pensar na tradução como um instrumento relevante dessa política; e de que forma a tradução e – o que se poderia considerar o seu inverso – o multilinguismo, concorrem, ambos, para a internacionalização da língua.

Como ponto de partida apurámos os critérios que posicionam a língua portuguesa (“capital linguístico”) no mapa das línguas e nos blocos económicos e políticos, fazendo uma diferenciação entre número de habitantes e número de falantes (detentores de “poder simbólico”, para usar a terminologia de Bourdieu) – que não coincidem, apesar de muitos estudos apresentarem estes valores como um conjunto uno e indiviso. Esta distinção, feita com base em fontes diversas, mereceu-nos particular atenção para não incorrermos em valores incorretos e declarações imprecisas como “a língua portuguesa é falada por 270 milhões de pessoas” ou “o português é a quarta língua mais falada do mundo” ou ainda “ocupa a quinta posição do ranking mundial das línguas”, afirmações que não correspondem à realidade, mas são muitas vezes transmitidas pelos media e por órgãos institucionais. Os valores diferem, assim, de acordo com os critérios escolhidos: se considerarmos todos os habitantes dos países de língua oficial portuguesa atingimos um número bastante mais elevado do que se avaliarmos, de facto, os seus falantes. E temos, também, outros números se observarmos apenas os falantes de português como primeira língua ou como primeira e segunda língua.

Para avaliarmos o potencial da língua analisámos, de seguida, a presença do português na internet, um indicador importante da dinâmica linguística que, neste caso, aponta para um crescimento bastante positivo da língua em todos os países onde é falada, constatando uma

primazia do uso pelo Brasil e um predomínio do acesso, em termos de percentagem, por Portugal. Relativamente ao uso oficial como língua de trabalho nos blocos económicos e políticos constatámos que, nas organizações mais relevantes onde é falada (na União Europeia, no Mercosul e na União Africana, entre outras), a sua utilização tem um impacto no seu processo de difusão, tornando-a relevante em fora internacionais, aumentando tanto o seu estatuto como o seu potencial comunicativo. No entanto, constatámos que a estratégia de internacionalização defendida por instituições governativas e, nomeadamente, pela CPLP, para ser uma das línguas de trabalho na ONU, por exemplo, não tem surtido os efeitos desejados.

Para averiguarmos a influência internacional da língua e compreender a posição do português nas línguas mais usadas em termos de disseminação de informação e bens culturais recorremos ainda a estatísticas sobre os níveis de escolarização e de produção literária, científica e cultural. Concluimos que os índices são baixos em relação a outras línguas (como o inglês, o francês ou o espanhol), embora seja uma tendência que se tem vindo a alterar positivamente nos últimos anos.

Relativamente à influência simbólica da língua, distinguimos entre “prevalência” e “centralidade”, os dois principais fatores que concorrem para o seu potencial comunicativo. Segundo Abram De Swaan (2001) quanto maior for o número de falantes de uma língua, mais atrativa e valiosa ela se torna – qualidade da “prevalência”; e quantos mais falantes de uma língua souberem outras línguas, isto é, quanto mais multilingues houver, mais central é a língua – qualidade de “centralidade” (2001). Inferimos, deste modo, o potencial comunicativo da língua portuguesa através do cálculo da fórmula “Q-value”, que combina estes dois critérios e determina o seu lugar no “modelo gravitacional” das línguas. O português surge numa posição central em relação às restantes pelo facto de combinar um grande número de falantes com uma comunicação multilingue intensa, ou seja, por ser um idioma falado por muitos e por estes falarem outras línguas, transportando assim conhecimento. Este equilíbrio entre centralidade e prevalência poderia ser otimizado se verificássemos uma melhoria dos fatores que referimos anteriormente – uso oficial da língua por mais organizações internacionais, aumento da taxa de alfabetização e de produção de conteúdos, acrescidos de um maior desenvolvimento económico nos países de língua oficial portuguesa.

Posteriormente constatámos como em realidades multilingues (exceto em Portugal, onde a questão da heterogeneidade linguística não se coloca) o uso da língua portuguesa serviu o objetivo de criar uma unidade político-administrativa num contexto pós-colonial: no Brasil, onde a maioria fala a variante do português brasileiro e onde se encontra um sem-número de línguas ameríndias que apenas recentemente começam a ser alvo de políticas de proteção e revitalização; em Angola, onde o português é falado pela maioria da população (mas por menos como língua primeira) e coexiste com outras línguas como o umbundu; em Moçambique, onde é falado por cerca de 30% da população, a par de outras línguas como o makhuwa; na Guiné-Bissau, onde a língua portuguesa é usada na capital mas menos no resto do país; em São Tomé e Príncipe, onde o santome é a língua mais difundida, seguida pelo português; em Timor Leste onde o português é falado por uma pequena percentagem de indivíduos de gerações mais velhas ou que estão agora a aprender a língua; e em Cabo Verde, onde o kabuverdiano é, de longe, mais usado e se verifica uma situação de diglossia com o português.

Em termos de adoção das línguas autóctones, estes países têm-se mantido essencialmente exoglóssicos, usando uma língua que não é nacional, regional ou local. Temos, assim, uma realidade diversa e multilingue, composta por duas variantes da língua portuguesa e várias línguas nativas onde o português é adotado como língua oficial porque se reconhece o seu contributo enquanto fator de unidade política, capital cultural (em termos de transmissão de conhecimento, de competências e qualificações técnicas ou educativas), capital simbólico (no alcance de prestígio e mérito sociais) e capital linguístico (relativamente à potencialidade de produzir conteúdos).

Abordámos igualmente a questão da padronização linguística, quer do ponto de vista legalista e da sua imposição pelo estado – através de leis, tratados, acordos – quer da adoção de normas linguísticas por uso corrente – através de indivíduos com poder simbólico (que fazem um uso prolixo da língua) – influenciando a forma como a sociedade fala e escreve. Neste aspeto, destacamos o papel do sistema educativo e da produção de conteúdos na sistematização e codificação do idioma; e salientamos a função dos acordos ortográficos na convergência das variantes linguísticas, na padronização da língua e, consequentemente, na sua internacionalização, apesar de encontrarem uma ampla oposição nos países onde são

aplicados. O que os acordos ortográficos trouxeram ao longo da história, enquanto instrumentos de revisão linguística, foi a normalização da escrita, geralmente apenas aceite e amplamente usada por gerações posteriores à sua adoção oficial.

Relativamente à diversidade linguística nos países de língua oficial portuguesa, constatamos como o multilinguismo pode constituir fator de vantagem, mas também de pressão a nível interno e externo. A concorrência entre as várias línguas dentro do próprio país conduz a ambientes linguísticos bastante complexos, de tensão ou completa diglossia, quando as línguas são concorrentes entre si. Em termos externos, os países convivem com outras línguas nas suas fronteiras e são naturalmente permeáveis à entrada de uma mais forte ou central. Assim, concluímos que a introdução das línguas autóctones nos sistemas educativos, através da educação bilingue (ou multilingue, conforme os casos) a par com o português, pode constituir um fator de desenvolvimento cognitivo e de equilíbrio pedagógico e comunicacional, uma vez que a aprendizagem da língua materna reforça a identidade cultural e a aprendizagem de uma segunda língua constitui um veículo de conhecimento, de comunicação e de prestígio.

Na terceira parte, abordámos alguns paradoxos da ideia de lusofonia baseada numa língua que passou de um estatuto de subjugação cultural para língua de unidade nacional, após a independência colonial, servindo os interesses dos estados emergentes face ao multilinguismo e às tribos existentes. É a partir daqui que o português se afirma e consolida como língua de conhecimento, de produção científica e tecnológica, de cultura, de trabalho e de negócios, usada também na internet por milhões de utilizadores, conferindo um poder simbólico aos seus utilizadores. Apesar deste processo relativamente recente, que associa a língua ao estatuto, ao prestígio e à ascensão social, a identidade cultural ligada a uma pertença linguística não parece ainda ter amadurecido o suficiente nestes países para estabelecermos esse nexo.

A ideia de lusofonia está, assim, ligada a uma construção política dos estados-nação consubstanciada na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com os desafios inerentes a uma organização supranacional que tem de gerir diferentes expectativas linguísticas e culturais, nomeadamente no que diz respeito à internacionalização da língua. Se Portugal é o

país mais interessado na difusão e promoção do português, seguindo essa estratégia unilateral através do Instituto Camões e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Brasil está paulatinamente a seguir o mesmo rumo, promovendo a sua variante linguística e cultural através do Ministérios das Relações Exteriores, ponderando a hipótese de criar um Instituto Machado de Assis com objetivos semelhantes ao Instituto Camões e emitindo o seu próprio certificado de proficiência em português no ensino a estrangeiros. Por outro lado, assistimos a um alheamento e quase neutralidade na prossecução dos mesmos fins por parte dos restantes países da CPLP, motivados por fracos laços de pertença linguística e identidade cultural em relação ao português – uma situação adversa, se tivermos em conta a futura geografia da língua portuguesa, em que se espera que o número de falantes aumente consideravelmente no continente africano, estimando-se que só Angola e Moçambique arrecadem uma fatia de população de 266 milhões de indivíduos (Reto:2016).

No que respeita à política da língua e às motivações que podem conduzir ao seu desenho e implementação, identificámos quatro fatores que determinam essas escolhas: assimilação linguística, pluralismo linguístico, vernaculização e internacionalização do idioma (Cobarrubias 1983). Tendo em vista estes fatores, fizemos uma comparação entre as políticas de língua de ex-potências coloniais europeias e observámos que em França existe uma norma centralizada, onde o estado e a academia intervêm fortemente na proteção da língua opondo-se à penetração do inglês, rejeitando o multilinguismo e optando pela adoção da ideia de francofonia dentro e fora do seu território. No caso da Alemanha verificamos uma norma descentralizada, onde uma cultura de apoio e divulgação dos dialetos da língua alemã convivem com a preocupação em internacionalizar a língua através do ensino da língua no estrangeiro e do estímulo à tradução. Em Espanha, onde existe um cenário de coexistência idiomática devido às características regionalistas do país, a norma é centralizada e o estado intervêm na promoção da língua e da cultura – que funcionam como fatores de coesão – tanto a nível nacional como internacional (incluindo nas ex-colónias, que formam a “comunidade de hispanohablantes”). No caso da língua inglesa constatamos que, apesar de ser a língua franca e hipercentral por excelência (de acordo com a fórmula “Q-value” de De Swaan, que combina prevalência com centralidade) a norma é descentralizada e não existe uma política expressa da língua. No entanto, a geografia da língua e cooperação entre países da Commonwealth no plano político, económico e cultural acabam por estabelecer laços fortes, sendo um deles a

difusão da língua. No caso da língua portuguesa, constatamos uma norma descentralizada, com ações unilaterais de promoção por parte de Portugal e do Brasil (principalmente através do ensino pelo Instituto Camões e Ministério das Relações Exteriores, respetivamente), multilaterais por parte da CPLP (através do IILLP), difusa no sentido de existirem duas variantes linguísticas (a portuguesa e a brasileira) e com perda de proficiência em países como Cabo Verde.

Fizemos ainda a distinção entre política explícita – quando se encontra expressa por via legal ou oficial – e implícita – quando não se encontra regulada e é adotada por uma via informal, sendo por isso mais difícil de descortinar. Em relação à planificação linguística como aplicação da política explícita da língua e a praxis dessas decisões, identificámos quatro eixos de intervenção: no estatuto (relativo à manutenção e à promoção da língua a nível nacional e internacional); no corpus (referente à codificação da língua, à normalização ortográfica e à descrição gramatical); na aprendizagem (respeitante às estratégias de ensino e à qualidade da aquisição da língua); e no prestígio (correspondente à projeção da língua e ao seu uso por pessoas, entidades ou instituições com projeção nacional e internacional) (Cooper, Kaplan e Baldauf). Apresentámos, de seguida, aqueles que pensamos ser os principais eixos de intervenção que podem orientar uma política de língua explícita comum à CPLP onde a tradução surge como um dos seus instrumentos.

Relativamente ao estatuto, propõe-se, a nível estatal, um reforço da cooperação entre os ministérios com responsabilidades nesta área, nomeadamente os ministérios da educação, da cultura, dos negócios estrangeiros e da economia; o desenvolvimento de planos estratégicos nacionais e a realização de acordos com os outros países de língua oficial portuguesa; o incremento da cooperação e parceria entre os países de língua oficial portuguesa com vista à prossecução de uma política concertada de difusão internacional; e a nível supranacional, a implementação das medidas concertadas entre estados na sede da CPLP através do IILLP, o seu principal instrumento de promoção e difusão do idioma.

Em relação ao corpus, seria vantajosa a criação de instrumentos de normalização oficiais ou a legitimação dos já existentes para que se constituam como uma referência no uso e desenvolvimento da investigação na área da língua e das suas variantes linguísticas; e

ainda a elaboração de léxico de especialidade nos vários campos técnicos e científicos e o incentivo à tradução do mesmo de e para as línguas nativas dos países onde o português é língua oficial.

No que diz respeito à aprendizagem, é importante considerar não só a aprendizagem do português como primeira língua (L1), mas também como segunda língua (L2) e como língua estrangeira. Nesse sentido, enquanto L1 em Portugal e no Brasil, o objetivo a atingir será sempre o de melhorar o nível de escolarização, proficiência e domínio do idioma. Enquanto L2, a principal preocupação deve residir no reconhecimento do multilinguismo e da diversidade cultural e no investimento do ensino bilingue – ou multilingue, conforme os casos – em português e nos idiomas nativos dos países de língua oficial portuguesa. Enquanto língua estrangeira são determinantes a promoção do seu ensino a nível primário, secundário, superior e em cursos extracurriculares; o estabelecimento de acordos de cooperação com entidades educativas; a administração e divulgação do sistema de certificação em língua portuguesa; e a produção de materiais adequados aos públicos-alvo e graus de ensino. Quanto ao prestígio, o principal objetivo atingir é o fortalecimento do português como língua de comunicação em contextos culturais, políticos e económicos através do incentivo do seu uso como língua de trabalho em organismos internacionais plurilinguísticos; o apoio à produção literária, cultural, técnica e científica de forma a valorizar o uso da língua para fins específicos; e o incentivo e subsídio de traduções de e para língua portuguesa como veículo de transmissão de conhecimento.

Ao estabelecer um nexo de causalidade entre tradução, multilinguismo e redes de comunicação, constatamos que um indivíduo multilingue portador de conhecimento pode transportar a informação de uma língua, de uma cultura ou de uma região para outras, contribuindo para a sua difusão e internacionalização. Assim, referimo-nos a uma “hierarquia das línguas”, onde uma “língua hipercentral” (o inglês) convive com “línguas centrais” (como o português, o espanhol, o francês e o alemão) e “línguas periféricas” (por exemplo, as nativas dos países de língua oficial portuguesa) (Calvet e De Swaan). Ao observar a cadeia de tradução para uma informação transitar de uma língua periférica para outra periférica, verificamos que passa, invariavelmente, por uma central. A título de exemplo, para que um texto viaje da língua mongol para o kabuverdianu terá de ser traduzido para uma língua central como o

russo, do russo para o português e do português para o kabuverdianu. Esta cadeia de traduções indiretas concorre para a perda da forma e do conteúdo da mensagem e, em último caso, para a deturpação do seu sentido. Daí a importância do contributo da tradução na promoção, sistematização e aproximação ao centro destas línguas na hierarquia linguística. Pese embora os conceitos de multilinguismo e tradução surjam, frequentemente, dissociados e como opostos (o primeiro implica a presença de duas ou mais línguas e o segundo a substituição de uma língua por outra), eles complementam-se no sentido em que a presença de indivíduos multilingues facilita a centralização do idioma e a tradução promove o registo, a codificação e a revitalização da língua. Isto é verdade para a língua portuguesa e, também, para as línguas africanas que se encontram num processo de padronização e assim se podem tornar mais funcionais e operativas evitando, em alguns casos, a sua extinção.

A planificação da mediação linguística inserida numa política de tradução pode controlar o acesso (a escolha das línguas, dos géneros, dos autores e dos produtos que se traduzem), a execução (o reconhecimento da regulação e oficialização profissional do exercício da atividade de tradutores e mediadores culturais) e o impacto no sistema linguístico (o nível de importação de palavras, a entrada de empréstimos, estrangeirismos e decalques na cultura de chegada) (Díaz Fouces 2004).

Na perspetiva do controlo de acesso, a tradução pode ser um instrumento público de regulação “in vitro”, na forma de leis (Calvet 1996), cabendo ao estado o estabelecimento de critérios, a escolha de atores e a implementação de medidas sobre o que é passível de ser traduzido numa determinada sociedade com o propósito de aproximar os serviços públicos dos cidadãos, nomeadamente em áreas fundamentais como a saúde, a justiça ou a administração interna, onde é desejável a disponibilização de intérpretes e tradutores de forma a tornar a informação acessível ao maior número de pessoas. Numa lógica “in vivo”, resultante de iniciativas individuais ou com origem na sociedade, a política de tradução pode ser instrumental ao disponibilizar informação em mais do que uma língua, influenciando assim na entrada de língua e cultura na sociedade de chegada (por exemplo, os critérios de publicação de uma editora literária influenciam que línguas, autores e géneros entram no mercado).

Da mesma forma, os indivíduos que exercem atividades de mediação linguística, como tradutores e jornalistas, e atuam como agentes codificadores da língua e decisores na

importação de palavras novas, podem determinar o enriquecimento ou o empobrecimento dos recursos expressivos de uma sociedade, atuando de forma implícita na planificação linguística e no controle do seu impacto. No que diz respeito ao controle da execução, o reconhecimento da profissão do tradutor legitima a sua atividade no mercado linguístico de forma a evitar situações de indiferença (onde não se espera que o seu nome figure na ficha técnica do texto traduzido ou na tradução literária, por exemplo, onde o processo de “domesticação” do texto traduzido implica a sua invisibilidade) ou, mesmo, de falta de confiança no seu trabalho – como acontece na tradução legal com a não-oficialização da figura do tradutor certificado ou juramentado.

BIBLIOGRAFIA

Agostinho, Ana Livia dos Santos, Bandeira, Manuel (2017). “Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada”. In Revista Internacional em Língua Portuguesa. Lisboa: AULP. IV série, nº 31. Pág. 207-27.

Appel, René, & Muysken, Pieter (2006). Language contact and bilingualism. Amsterdam University Press.

Associação Portuguesa de Linguística (1994). Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade. Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL/ Edições Colibri.

Baker, Mona, Saldanha, Gabriela (ed.). Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London: Routledge, 2009.

Baptista, Luís V., Costa, João, Pereira, Patrícia (Org.) (2009). O mundo dos leitorados. Políticas e práticas de internacionalização da língua portuguesa. Lisboa: Edições Colibri.

Bassnett, Susan, Lefevere, André (1998). Constructing Cultures, Clevedon: Multilingual Matters.

Batoréo, Hanna (2009). “A língua portuguesa em Timor: de que forma deve o ensino de português adaptar-se às diferentes realidades nacionais?”. Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2009, pp. 51-61.

Bernardo, Ana Maria (2001). “A história literária sob o signo da tradução: focalização cultural sobre a literatura traduzida” (123-135). In Seruya, Teresa (org.) (2001). Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa. Lisboa, Universidade Católica.

Bourdieu, Pierre. 1992. Language and Symbolic Power. Cambridge: Polity Press.

Brittle Paper. Publicado em <https://brittlepaper.com/2017/08/translating-guineabissaus-book/>. Consultado em julho de 2017.

Calvet, Alain e Calvet, Louis-Jean. Baromètre Calvet des langues du monde. Publicado em <http://wikilf.culture.fr/barometre2012> , consultado em junho de 2017.

Calvet, Louis-Jean (1996). *Les Politiques Linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France.

Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. Publicado em <https://rm.coe.int/16806d3589>, consultado em maio de 2017.

Castro, Armando (1978). *O Sistema Colonial em África (meados do século XX)*, Lisboa: Caminho.

Castro, Ivo (2010). “A internacionalização da língua portuguesa”. Lisboa. Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses.

Castro, Ivo (2010). “As políticas linguísticas do português”. Porto. Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, APL, 2010, pp. 65-71.

“Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicado em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?idnoticia=2194&view=noticia>. Consultado em novembro de 2017.

“Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para 2014-2020 (CECP)”. Governo de Portugal. Publicado em http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf. Consultado em novembro de 2017.

Couto, Mia (2009). “Luso-Afonias. A Lusofonia entre Viagens e Crimes”. In “E se Obama fosse africano e outras Interinvenções”. Lisboa, Editorial Caminho.

Cunha, Celso, Cintra, Lindley (2013), 20ª edição. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Porto: Edições João Sá da Costa.

Chart of signatures and ratifications of Treaty 148. Conselho da Europa. Publicado em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/148/signatures>, consultado em maio de 2017.

Cobarrubias, J. (1983). Ethical issues in status planning. *Progress in language planning: International perspectives*, 41-85.

Compendium, Cultural Policies and Trends in Europe, Conselho da Europa. Publicado em <http://www.culturalpolicies.net/web/index.php>. Consultado em junho de 2017.

Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, publicado em <http://miradadodouro.jfreguesia.com/v2/images/stories/PDF/convencaomirandes.pdf>, consultado em maio de 2017

Cooper, Robert. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press.

De Swaan, Abram. (2001). *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, texto completo traduzido para português pelo PEN Clube Português, publicado em http://www.penclubeportugues.org/?page_id=213, consultado em maio de 2017.

Decreto-Lei n.º 21/2012 do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República, 1.ª série — N.º 21 — 30 de janeiro de 2012. Publicado em http://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/dl21_2012_lo_camoes.pdf. Consultado em novembro de 2017.

“Defensores do mirandês exigem assinatura da Carta Europeia de Línguas Minoritárias” in Público, 22 de novembro de 2014. Publicado em <https://www.publico.pt/2014/11/22/culturaipilon/noticia/defensores-do-mirandes-exigem-assinatura-da-carta-europeia-de-linguas-minoritarias-1677128/amp>. Consultado em maio de 2017.

Díaz Fouces, Óscar. (2004). "Políticas de traducción en Cataluña y Galicia." Presentáu en el 5th Symposium on Translation, Terminology and Interpretation in Cuba and Canada.

Die Macht der sprache, Goethe-Institut. Publicado em <http://www.goethe.de/lhr/prj/mac/spw/en1903077.htm>. Consultado em junho de 2017.

Education and Languages, Language Policy. Council of Europe. Publicado em https://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Division_EN.asp. Consultado em novembro de 2017.

Endruschat, Annette e Schmidt-Radefeldt, Jürgen (2015). *Introdução Básica à Linguística do Português*. Lisboa: Edições Colibri.

“Ensino bilingue cria expectativas num país habituado ao Português”, 17 de setembro de 2011 in Sapo Notícias. Publicado em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13064425.html>. Consultado em novembro de 2017.

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Publicado em [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos CPLP REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf). Consultado em novembro de 2017.

“Falta de recursos financeiros impede a expansão do português”, 13 de maio de 2015, in Blogue do IILP. Publicado em <https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>. Consultado em julho de 2017.

Filipe, Mário. (2009). “Internacionalização da língua portuguesa: uma perspectiva sobre o global”. Évora, Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP).

Global Language Network. Publicado em <http://language.media.mit.edu/rankings/books>, consultado em junho de 2017.

“Há novos Cursos de Mestrado na FLCS”, 15 setembro 2017. In Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Publicado em <http://www.flcs.uem.mz/index.php/noticias/66-ha-novos-cursos-de-mestrado-na-flcs>. Consultado em novembro de 2017.

Hagemeijer, Tjerk (2009). “As Línguas de São Tomé e Príncipe”. In Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola 1:1 (2009), 1-27.

“História da Ortografia do Português”, Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). Publicado em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>. Consultado em novembro de 2017.

Holmes, James S. (1972). “The name and nature of Translation Studies” (172-185). In Venutti, Lawrence (ed.). The Translation Studies Reader, London: Routledge, 2000.

“How the Swahili language took hold across Africa, and beyond”, 22 de novembro de 2016. The World in Words podcast, por Daniel A. Gross. Publicado em <https://www.pri.org/node/155891>. Consultado em novembro de 2017.

Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography. Publicado em <http://www.translatedliteratureportugal.org/index.htm> . Consultado em julho de 2017.

“IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012. Características Educacionais da População. Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Publicado em <http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/TemasRGPH2012/11CARACTERISTICAS%20EDUCACIONAIS%20%20DA%20POPULACAO%20Recenseamento%202012.pdf>. Consultado em novembro de 2017.

Kaplan, Robert, Baldauf, Richard (1997). *Language Planning: From Practice to Theory*. Clevedon: Multilingual Matters.

Kukanda, Vatomene (2000). “Diversidade Linguística em África”, in *Africana Studia: revista internacional de estudos africanos*, n.º 3, p. 101-117, Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

“La politique linguistique aujourd’hui”. Académie Française. Publicado em <http://www.academie-francaise.fr/la-langue-francaise/le-francais-aujourd'hui>. Consultado em julho de 2017.

“Le Sénat rejette la Charte des langues régionales: pourquoi la ratification coince encore et toujours?” 27 de outubro de 2015. In France Info. Publicado em http://www.francetvinfo.fr/elections/regionales/charte-des-langues-regionales-pourquoi-la-ratification-coince-encore-et-toujours_1147447.html. Consultado em maio de 2017.

“Língua portuguesa reduzida a pequenos núcleos na Guiné Equatorial”. Observatório da Língua Portuguesa, 22 de maio de 2017. Publicado em <http://observalinguaportuguesa.org/lingua-portuguesa-reduzida-a-pequenos-nucleos-na-guine-equatorial/>. Consultado em junho de 2017.

Lobachev, Sergey (2008). “Top languages in global information production”. *Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research*, 3(2). Publicado em <https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/per/article/view/826/1358#.WdHh-2hSxPZ>. Consultado em junho de 2017.

Lopes, Armando Jorge (1997). *Política Linguística. Princípios e Problemas*, Maputo: Livraria Universitária, UEM.

Lourenço, Eduardo (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.

Macaringue, Ilídio (2017). “Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas”. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV série, nº 31. Pág. 45-67.

Marfan, Marilda Almeida (org) (2002). *Educação escolar indígena*. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Martinho, Ana Maria (1994). “Manuais e ensino do português em Angola e Moçambique” in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. III, p. 75-89, Lisboa: APL.

Martins, Moisés de Lemos, Brito, Regina (2004). “Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n. 2, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, São Paulo, pp. 69-77.

Martins, Moisés de Lemos (2016). “Os estudos lusófonos como campo de investigação”. In *Língua Portuguesa e Lusofonia: história, cultura e sociedade*. Neusa Barbosa Bastos (org.). São Paulo: EDUC / IP-PUC/SP.

Mateus, Maria Helena Mira (2008). *Difusão da língua portuguesa no mundo*. FLUL / ILTEC, USP São Paulo.

Mateus, Maria Helena Mira (2009). *Uma política de língua para o português*. FLUL / ILTEC, XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, FLUL.

Meylaerts, Reine (2011). "Translation policy". In *Handbook of Translation Studies Vol. 2*: 163-168. Gambier, Yves, and Luc Van Doorslaer, eds (2011). John Benjamins Publishing.

Mineiro, Ana e Correia, Margarita (Org.), “Neologia de importação no português europeu: desafios e medidas a tomar” in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 2004, pp. 33-54.

“Moçambique Outrora e Agora: Um Atlas de Estatísticas Socioeconómicas, 1997-2007” (2012). VV. AA, Report N.87733, The World Bank. Publicado em <http://documents.worldbank.org/curated/en/917351468287773924/pdf/877330WP0PORTU0esen000December02012.pdf>. Consultado em novembro de 2017.

Ndombele, Eduardo David (2017). “Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola”. In Revista Internacional em Língua Portuguesa. Lisboa: AULP. IV série, nº 31. Pág. 69-87.

“O português conquistou a Internet, agora quer ser língua oficial nas organizações internacionais”. In Público, 20 de setembro de 2013. Publicado em <https://www.publico.pt/2013/09/20/culturaipsilon/noticia/o-portugues-conquistou-a-internet-e-agora-quer-ser-lingua-oficial-nas-organizacoes-internacionais-1606507>. Consultado em julho de 2017.

Oakes, Leigh (2002). Multilingualism in Europe: An Effective French Identity Strategy? Journal of Multilingual and Multicultural Development, volume 23, issue 5, 371-387.

Oliveira, Gilvan Müller de (2013) “Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI”. Campinas: Trabalhos em Linguística Aplicada, 52(2), 409-433. Publicado em <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>. Consultado em novembro de 2017.

Plano de Ação de Brasília. VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 31 de março de 2010. Disponível em https://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Consultado em novembro de 2017.

Plano de Ação de Lisboa. XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 20 de fevereiro de 2014. Disponível em https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf. Consultado em novembro de 2017.

Pinto, Paulo Feytor (2010). O Essencial sobre Política de Língua. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Pinto, Paulo Feytor (2014). "Cooperação para o desenvolvimento e consolidação da língua portuguesa: Contributos teóricos e política linguística portuguesa.", in Revista Medi@ções, pp. 22-34

"Política linguística na União Europeia". Publicado em http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.13.6.html, consultado em maio de 2017.

Portaria N° 4.056 do Ministério da Educação de Novembro de 2005 que institui a "Comissão para Definição de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa – COLIP". Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portariacolip-4056.pdf>. Consultado em novembro de 2017.

"Português passa a ser ensinado como língua não-materna a partir do próximo ano letivo". Publicado em Expresso das Ilhas em 7 de dezembro de 2016. Disponível em <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/51215-portugues-passa-a-ser-ensinado-como-lingua-nao-materna-a-partir-do-proximo-ano-lectivo>. Consultado em novembro de 2017.

Real Academia Espanhola. Publicado em <http://www.rae.es/la-institucion/politica-panhispanica>. Consultado em junho de 2017.

Reis, Carlos (2015). Espaços da língua portuguesa ou os perigos da imagináutica. *In* Pelos mares da língua portuguesa 2. António Manuel Ferreira e Maria Fernanda Brasete (Eds). Universidade de Aveiro.

Reto, Luís (Coord.) (2012). Potencial Económico da Língua Portuguesa. Lisboa: Texto Editores.

Reto, Luís Antero, Machado, Fernando Luís, Esperança, José Paulo (2016). Novo Atlas da Língua Portuguesa. Lisboa: ISCTE – IUL.

Ricento, Thomas (Ed.) (2006). An Introduction to Language Policy: Theory and Method. Oxford: Blackwell.

Rollo, Maria Fernanda, Queiroz, Maria Inês, Brandão, Tiago e Salgueiro, Ângela (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX*. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões. Lisboa: Instituto Camões/ Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Ronen, Shahar, Bruno Gonçalves, Kevin Z. Hu, Alessandro Vespignani, Steven Pinker, César A. Hidalgo. 2014. "Links That Speak: The Global Language Network and Its Association with Global Fame." *Proc Natl Acad Sci USA* 111 (52) (December 15): E5616–E5622. Publicado em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4284551/>. Consultado em junho de 2017.

Sarmiento, Cristina Montalvão (2003). *Políticas Públicas e Culturas Nacionais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Silva, Ciro Lopes da, Sampa, Pascoal Jorge (2017). "Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português". In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV série, nº 31. Pág. 229-45.

Silveira, Onésimo (1998). "Cabo Verde: auto da criação colonial" in Rosas, Fernando e Rollo, Alberio da Costa (Coordenação) (1998), *Portugal na viragem do século. Língua Portuguesa: a herança comum*, Lisboa: Cadernos do Pavilhão de Portugal Expo' 98, Assírio e Alvim.

Spolsky, Bernard (2004). *Language Policy*. Cambridge: CUP.

"Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2015". IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Publicado em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Consultado em novembro de 2017.

"Timor Leste: ensino do português como língua oficial". Entrevista de Hanna Batoréo ao jornal Hoje Macau. Publicado no sítio "Portalingua" em 23/09/2011. Disponível em <http://www.observatoireplurilinguisme.eu/portalingua/www.portalingua.info/pt/actualites/article/timor-leste-ensino/index.html>. Consultado em novembro de 2017.

Top Ten Languages Used in the Web - June 30, 2017. Internet World Stats. Publicado em www.internetworldstats.com/stats7.htm. Consultado em junho de 2017.

Toury, Gideon. (1978). "The nature and role of norms in translation" (198-211). In Venutti, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*, London: Routledge, 2000.

UNESCO, Index Translationum, World Bibliography of Translation. Publicado em <http://www.unesco.org/xtrans/bsstatlist.aspx?lg=0>. Consultado em junho de 2017.

Vicente, António Luís, Pimenta, Margarida (Coord.) (2008). *Promoção da língua portuguesa no mundo. Reunião de Trabalho realizada na Fundação Luso-Americana em 5 de novembro de 2007*. Fundação Luso-Americana (FLAD).

Vilela, Mário (2001). "Reflexões sobre a política linguística nos PALOP". In *Africana Studia: revista internacional de estudos africanos*, n.º 4, p. 33-48, Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Vilela, Mário (2017). "O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde". In *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV série, nº 31. Pág. 138-52.

Veiga, Manuel (2015), "Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo", in *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 25(2), p. 177-187, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Welsh language. Welsh Government. Publicado em <http://gov.wales/topics/welshlanguage/?lang=en>. Consultado em junho de 2017.

ANEXOS

Apêndice A: Decreto-Lei n.º 21/2012 do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Apêndice B: Plano de Ação de Brasília de 31 de março de 2010

Apêndice C: Plano de Ação de Lisboa de 20 de fevereiro de 2014

Apêndice D: Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa